

O TRABALHO DA JUVENTUDE E A JUVENTUDE FACE AO TRABALHO:
O CASO DOS JOVENS DE BRAGA

Eduardo Duque
José F. Durán Vázquez

**O TRABALHO DA JUVENTUDE
E A JUVENTUDE FACE AO TRABALHO:
O CASO DOS JOVENS DE BRAGA**

Título: O Trabalho da Juventude e a Juventude face ao Trabalho: O Caso dos Jovens de Braga

Autores: Eduardo Duque e José F. Durán Vázquez

Edição: Edições Afrontamento / Câmara Municipal de Braga

© 2024, Eduardo Duque e José F. Durán Vázquez

Depósito Legal: 531119/24

ISBN: 978-989-53461-3-4

Impressão e Acabamento: Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira
www.rainhoeneves.pt | geral@rainhoeneves.pt

Maio de 2024

Índice

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	13

I PARTE

A JUVENTUDE: DA IDADE IMPERFEITA AO MODELO DE PERFEIÇÃO

1. Mudanças na conceção da juventude e da infância	19
2. As identidades juvenis e a transição para a vida adulta	23
3. Juventude: um espelho de virtudes e fragilidades	25

II PARTE

MUDANÇAS NOS UNIVERSOS INTEGRADORES: TRABALHO, CONSUMO, EDUCAÇÃO

1. O universo laboral	29
1.1. Mudanças no modelo de trabalho e de produção	29
1.2. De uma ética de trabalho sacrificial para uma ética de trabalho mais libertadora	30
1.3. Culturas de trabalho	32
2. Da primeira à segunda sociedade de consumo: dos sacrifícios laborais aos prazeres consumistas	33
3. Educação: entre atitudes meritocráticas e expressivas	34

III PARTE

CONDIÇÕES DE TRABALHO E ATITUDES FACE AO TRABALHO DOS JOVENS DE BRAGA

1. Aspetos metodológicos	39
1.1. O Inquérito	40
1.2. Definição do público-alvo e estruturação da amostra	41
1.2.1. População	41
1.2.2. Método de Amostragem	41
1.2.3. Amostra	42

2. Os jovens de Braga: aspirações e vivências no mercado laboral	43
2.1. Imagens da juventude	43
2.2. A juventude do Braga em números	44
2.3. A situação do emprego e a cultura do trabalho dos jovens de Braga.....	50
2.4. Os valores da juventude bracarense	65
2.4.1. Valores familiares e pessoais	65
2.4.2. O lazer e o consumo	73
EPÍLOGO: Condições de trabalho, culturas de trabalho e mundos de vida.....	83
APÊNDICE: O mundo laboral da juventude de Braga em perspetiva.....	89
CONCLUSÃO	93
SÍNTESE DOS RESULTADOS	97
Dimensão do trabalho	98
Dimensão valorativa.....	100
Dimensão do lazer e consumo	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
ANEXO: QUESTIONÁRIO ÀS GERAÇÕES	111

PREFÁCIO

Talvez a forma mais ajustada de iniciar este prefácio seja, justamente, fazê-lo a partir da sugestão final dos autores desta obra. Reporto-me à ideia de retirar ao trabalho o valor quase sagrado que ocupa na sociedade contemporânea, sociedade marcadamente salarial. Postulam Eduardo Duque e José Durán que é preciso ultrapassar o paradoxo de o trabalho ser socialmente representado como o principal meio de libertação dos indivíduos, quase como o único que lhes permite alcançar autonomia e independência, i.e., alcançar maioria social e capacidade para se auto-sustentar. Porém, quando alcançada, afinal de contas não lhes permite desfrutar de uma vida com qualidade vivida, além dos tempos e dos espaços de trabalho.

O conteúdo desta obra chama-nos a atenção para situarmos o valor social do trabalho, tal como o concebemos no nosso tempo, como produto da modernidade, do advento e do desenvolvimento da sociedade industrial. Tendemos a pensar que, historicamente, o trabalho sempre ocupou um lugar central no espectro positivo dos valores sociais. Mas isso não é bem assim, conforme os autores nos lembram. Na verdade, no passado mais ou menos longínquo, o trabalho posicionava-se bem atrás das atividades humanas que davam prestígio e prazer, como a contemplação, as atividades religiosas e certas «artes» como a da política, da guerra ou da caça. Até ao advento da sociedade industrial, o trabalho era, em rigor, uma forma de desprestígio social e sacrifício pessoal. Digamos que só se sujeitava a trabalhar quem outra coisa não conseguia ou podia fazer. Ou seja, trabalhar conduzia à produção e reprodução de identidades deterioradas, estigmatizadas, rejeitadas, socialmente desvalorizadas. Os próprios ofícios não albergavam propriamente trabalhadores, mas mestres, artesãos e aprendizes. É a industrialização que vai, como bem assinalam Eduardo Duque e José Durán, modificar a relação da sociedade com o trabalho e torná-lo o principal produtor das identidades, ainda que tenha conservado o seu cariz sacrificial. As sociedades que emergem da industrialização vão assumindo rápida e progressivamente o seu cunho de sociedades salariais e o tipo de trabalho que se faz como o principal fator de identidade de pessoas que trabalham, atribuindo o que os sociólogos denominam de «papel-chave».

Esta valorização do trabalho, por hegemónica que seja, acabou por conduzir a uma espécie de sacralização do trabalho, cuja falta arrastou consigo a exclusão, marginalização e estigmatização dos dele desapossados. Objetivamente, não dispor de um salário, sem a alternativa de outros rendimentos, significa pura e simplesmente não ter acesso a um projeto de vida ou a outras atividades socialmente valorizadas, eventualmente passar à moderníssima categoria de sujeito carenciado, virando objeto alvo dos serviços sociais públicos de solidariedade social ou de assistência social privados. É a partir deste enquadramento macrossocial que Eduardo Duque e José Durán vão colocar no centro desta relevante obra os jovens, mais propriamente os jovens bracarenses, dando especial atenção à sua relação com o mundo do trabalho.

Quando nos envolvemos na leitura rapidamente podemos inferir que, na sua relação com o trabalho, não há uma só juventude bracarense. Percebe-se que existe uma corrente principal, porém com várias ramificações no que toca à forma como os jovens bracarenses se posicionam perante o trabalho e por arrasto com a escola, a família e, sobretudo, o lazer, enquanto forma privilegiada de criar e manter relações interpessoais prazerosas e livres, significativas e duradouras. É daí que vem o estímulo com que os jovens suportam o tempo vivido no mundo do trabalho, o qual, apesar das relações de companheirismo e de amizade que possibilita, tende a ser feito de relações interpessoais obrigatórias, inóspitas, desgastantes. Para os autores, a mobilidade social desejada pelos jovens é feita pelo lazer, pelo consumo, pelo prazer que se espera obter com os frutos do trabalho. Ou seja, para os jovens bracarenses o desfrute dos lazes apresenta-se como o estimulante essencial da vontade de trabalhar, numa espécie de ciclo virtuoso: produzir para ter lazer – voltar a produzir para ter mais lazer.

A esse propósito, Eduardo Duque e José Durán, colocam-nos perante uma questão tão pertinente socialmente quanto cientificamente valiosa: como pode haver lazer de qualidade quando os rendimentos de trabalho são baixos e também têm de ser alocados a outras necessidades? A resposta parece estar na força da instituição familiar e nos valores tradicionais da família que unem os jovens aos seus pais, valores que justificam a continuidade do apoio e cuidados que devem ser garantidos pelos pais aos seus filhos durante a infância e adolescência e que, atualmente, cada vez mais se estendem pela vida adulta adentro. São esses valores que sustentam a continuidade da permanência na casa dos pais e o adiamento de compromissos familiares pelos jovens, aqui representados pelos jovens bracarenses inquiridos pelos autores desta obra. Será isso que permite aos jovens, ou parte deles, trabalhar para alimentar os seus prazeres, deixando para os seus pais o encargo com o alimentar, vestir e cuidar da saúde e do corpo, acorrentando-os, por assim dizer, às suas aspirações de uma juventude desejavelmente prolongada no tempo.

Para nos brindarem com o excelente trabalho que aqui apresentam, os autores seguiram com todo o rigor os procedimentos metodológicos próprios de um estudo que se quer científico, com recurso a várias fontes de informação teórica e empírica, com especial relevância dos dados resultantes da aplicação de um inquérito por questionário a uma extensa amostra, ainda que não probabilística, de jovens bracarenses. Para além da incorporação

de importante conhecimento histórico-social e de cuidada reflexão teórica e conceitual, os autores trataram, analisaram e apresentaram de forma reflexiva, rigorosa, cuidada e suficientemente exaustiva os dados recolhidos. Usando esses dados conjuntamente com as suas reflexões científicas e sociais permitem que viajemos por dentro da realidade vivida pelos jovens bracarenses nas suas relações com o trabalho, emprego, família, formação e com os valores que sustentam essas relações. Um «bricolage» metodológico consistentemente enriquecido pelo recurso a várias técnicas de recolha de dados, usando em complementaridade o papel, o digital, o face a face e as novas tecnologias de comunicação a distância.

Portanto, com o seu contributo para uma melhor compreensão e explicação de como a juventude bracarense aqui investigada almeja viver os tempos de não trabalho, os autores não estão propriamente a repudiar o valor do trabalho, nem a atribuir esse papel aos próprios jovens. O que os autores fazem é, sobretudo, informar a comunidade para o processo de transformação social em curso que, impulsionado pela ação dos jovens, está a fazer tombar o trabalho do pedestal para onde a história recente o levou, que está em erosão o estilo de vida atrelado à vida profissional.

A este propósito da «sacralização» do valor do trabalho, ocorre-me evocar a frase que ornamenta o portão de entrada do infame campo da morte de Auschwitz, «O trabalho liberta», pela sinistra mensagem que enviava aos desafortunados que tiveram forçadamente de o transpor: «Trabalhar é só o que vos resta». A este propósito, digamos que, ao longo desta obra, Eduardo Duque e José Durán, se questionam e nos questionam se é adequado ver no trabalho o modo de viver mais nobre de todos, que a nossa vida tem de ser uma vida dedicada ao trabalho, cuja qualidade de vida passa por um trabalho melhor, que é o mesmo que ter um trabalho mais produtivo. Ora bem, ter um trabalho e daí obter os rendimentos necessários a uma vida digna e com qualidade foi, afinal de contas, como postulam os autores desta obra um processo historicamente fugaz e ilusório. Em rigor, a estruturação do mercado de trabalho e o lugar do trabalhador nesse mercado, tem-se vindo a fazer hipervalorizando o seu contributo para necessidades produtivas cada vez maiores e mais exigentes, em que «quase todas as esferas da vida foram colocadas ao serviço do aumento da produtividade laboral», conforme referem os autores. Em suma, focado na produtividade e no seu incremento, o trabalho passou a ser um fim em si mesmo, ao invés de ser um meio para desfrutar de outras atividades mais desejáveis e prazerosas. Embora, segundo os autores, seja difícil romper com uma sociedade dominada pela hegemonia do trabalho, do viver para trabalhar, não é isso que propõem aos jovens bracarenses nem tão pouco o que esses jovens almejam concretizar. Por outras palavras, autores e jovens, estão de acordo que não se deve viver para trabalhar, mas trabalhar para viver, ou seja, o produto do trabalho tem de servir para desfrutar de outras oportunidades e atividades que vão para além dos espaços e dos tempos de trabalho.

E, a esse respeito, interrogando a juventude bracarense, os autores lançam um desafio fundamental para o próprio futuro da humanidade. O que poderemos então transmitir às futuras gerações se não concebermos outras formas de viver que valham a pena? Esta questão é bem mais do que uma interrogação científica e social, é um sério aviso, um alerta

para a necessidade de responder social e politicamente aos apelos dos jovens de hoje, aqui representados pelos jovens bracarenses envolvidos no estudo que levou à concretização desta obra. A resposta é, claramente, um sim. Sim, é preciso encontrar novas formas de vida que não sejam impostas pela atual ética do trabalho. E essa ideia é transformadora, pois, creio que eu próprio, na minha juventude, já a partilhei com outros jovens, os amigos mais próximos. Nesse longínquo tempo, alguns de nós já não aspiravam a reproduzir o modo de vida das pessoas das gerações que nos precediam e que connosco partilhavam os tempos e os espaços da vida de todos os dias. Nos nossos devaneios e sonhos essa reprodução de estilo de vida não nos seduzia, antecipando que não bastava ter um trabalho para concretizar os nossos sonhos e aspirações. Não era, recordo-me bem, a dedicação ao trabalho que alimentava os nossos desejos de uma vida com qualidade de vida: saúde, lazer, casa própria, carro e viagens pelo mundo. No caso dos jovens bracarenses, os atores principais desta obra, parece inquestionável que as suas aspirações a ter um bom emprego significam aceder a um emprego sem sofrimento, sem desgaste desnecessário, na razão que concebem o trabalho não como sobrevivência material ou psicológica, mas como um meio, um simples meio, capaz de contribuir para uma vida que vá para além do trabalho, que lhes faça esquecer a dureza do próprio ato de trabalhar.

Seja como for, Eduardo Duque e José Durán, enquanto nos alertam para a necessidade de novos olhares e novas políticas para a juventude, traçam um retrato da mesma juventude que pode causar algum desconforto. Segundo entendemos do exposto pelos autores, os jovens bracarenses encontram-se numa encruzilhada na qual a formação das suas identidades se encontra fragilizada, seja pela constância da luta entre a imperiosa necessidade de trabalhar, seja por terem de lidar com os baixos rendimentos provenientes do trabalho e com a precariedade laboral que não lhes permite dar continuidade e consistência a esses rendimentos. Por outras palavras, os jovens querem qualidade de vida, baseada no lazer, no consumo e não no trabalho ou no aforro. Talvez a mensagem subliminar que os jovens estão a enviar à comunidade seja, simplesmente: queremos financiamento para o nosso tempo de não trabalho, tempo que deve ser ocupado pelo lazer. E fazem-no já, apesar dos baixos salários e das precárias condições de manutenção do emprego.

Em complemento, Eduardo Duque e José Durán, trazem também à tona a (re)conhecida desvalorização que o mercado de trabalho está a fazer aos diplomas universitários, progressivamente menos relevantes na obtenção de um emprego agradável, estável e bem remunerado. Mostram-nos, igualmente, que essa desvalorização está a produzir uma frenética procura de novas formações académicas e profissionais.

Em suma, Eduardo Duque e José Durán, mostram-nos, de forma eloquente e segura, que se os jovens continuam a valorizar o trabalho, fazem-no fundamentalmente como um meio que lhes permite alimentar outras aspirações mais relevantes e significativas para as suas vidas, as atividades não produtivas, não estando, por essa razão, dispostos a sacrificar os prazeres que estas lhes proporcionam e o reconhecimento, liberdade e autonomia que lhes proporcionam. Estaremos a assistir à transformação do lazer em distinção social, que confere estatuto social e identidade? A associar a pessoa à forma como ocupa o tempo

de não trabalho? Não mais socialmente reconhecidos pelo que fazemos profissionalmente, mas pelos lazares que praticamos?

O que mais houver fica ao vosso encargo descobrir. Atrevam-se, boas leituras!

Carlos Veloso da Veiga
Doutor em Sociologia
Professor Associado com Agregação aposentado
CECS – UMinho

INTRODUÇÃO

Analisar, como pretendemos fazer neste texto, os mundos da juventude e do trabalho, implica mergulhar na complexidade destas realidades. Essa complexidade aumenta quando são observadas a partir de categorias mais valorativas do que científicas.

Antes de empreendermos uma análise como esta, torna-se necessário esclarecer, ainda que de forma introdutória, como ambas as realidades, laboral e juvenil, acabaram por adquirir o significado que hoje possuem. Caso contrário, corremos o risco de confundir valores com factos, justificando cientificamente o que foi previamente assumido com base noutros critérios. A atitude oposta implica não aceitar o que não pode ser dado por suposto.

O que é que, então, não podemos pressupor? No caso do trabalho, que esta atividade é a única destinada a possibilitar que, tanto os indivíduos como as coletividades, se construam de forma livre, igualitária e justa. Isso implica considerar os factos históricos que questionam tal pressuposto e que mostram, além disso, o processo ideológico que conduziu ao seu não questionamento.

De um ponto de vista histórico, pode dizer-se, de facto, que o trabalho teve um carácter absolutamente secundário em todas as sociedades pré-industriais que nos precederam. Na Grécia e em Roma, por exemplo, as atividades laborais eram consideradas degradantes (Aristóteles, 2004; Arendt, 1998; Vernant & Vidal-Naquet, 1985). Cícero escrevia que «é baixo e servil o ofício daqueles a quem se compra, não as suas artes, mas o seu trabalho; pois, nesses o próprio salário é o seu título de servidão» (Cicerón, 1995: 79-80), e Aristóteles afirmava que «a melhor cidade não fará cidadão o trabalhador» (Aristóteles, 2004: 214). Na Idade Média, o trabalho não recebeu uma consideração muito mais positiva. Do ponto de vista cristão, justificava-se a dedicação ao trabalho por razões relacionadas com a manutenção da vida, valor sagrado para os cristãos, ou para distrair o corpo das tentações do espírito, como na regra de São Bento. A atividade principal era, contudo, a contemplativa (Arendt, 1998; Le Goff,

1983). Os ofícios considerados nobres eram, pelo contrário, as armas, a política e a caça, bem como as ocupações religiosas (Veblen, 2004).

Esta atitude em relação ao trabalho permaneceu, em seus traços essenciais, até à Revolução Industrial. Ainda em 1694, o *Dicionário da Académie Française* associava o termo trabalho a «esforço, sofrimento, fadiga que supõe fazer algo» e trabalhar a «realizar uma tarefa, um trabalho penoso, suportar certa fadiga do corpo ou do espírito» (Citado em Sewell, 1992: 45). Mais ainda, não existia um termo para nomear todas as atividades que hoje consideramos trabalho, porque também não existia a consciência de que tais atividades pudessem ter algo em comum. O que existia eram os diferentes ofícios, cada um com as suas próprias particularidades (Aristóteles, 2004; Cicerón, 1995; Le Goff, 1983). Quem não tinha ofício nada tinha, exceto o seu próprio esforço para ganhar a sua subsistência, o que não o fazia perder a sua condição mais indigna: «os que não realizam nem ofícios nem comércio e ganham a vida com o trabalho das suas mãos são os mais viles do *Menu Peuple*. Pois não há trabalho pior do que a falta de trabalho», disse o jurista francês Loyseau no início do século XVII (Citado em Sewell, 1992: 47).

Foi necessário aguardar pela Revolução Industrial para que esta consideração do trabalho se invertesse (Arendt, 1998). Contudo, este processo já havia começado muito antes entre as elites intelectuais, impulsionadas, em alguns casos, pelo espírito de uma ciência experimental que procurava a utilidade e o bem-estar material da humanidade (Bacon, 1975a e b) e, noutros, por legitimar o enriquecimento dos indivíduos, da sociedade e do Estado (Hobbes, 2004; Locke, 2006).

No entanto, foi com a Revolução Industrial e as Revoluções Burguesas que o trabalho foi elevado à atividade principal do ser humano, por ser o criador da riqueza (Smith, 1997; Ricardo, 2003), a base da cidadania (Sieyès, 1989) e a origem da humanidade e da sociedade (Marx, 2001). Contudo, esta mentalidade não foi partilhada pelo comum das pessoas até que as classes trabalhadoras se integrassem plenamente nas sociedades industriais capitalistas, o que não aconteceu na Europa Ocidental até depois da II Guerra Mundial, bem como nos países do sul da Europa, como Portugal, até depois dos anos sessenta do século passado.

O trabalho tornou-se, assim, o principal conformador das identidades. Um trabalho ainda marcado pelo selo do sacrifício, expressão de tudo o que foi alcançado ao longo de uma vida de labor. Esta condição do trabalho, ligada ao modo de produção fordista, foi, contudo, abertamente criticada pelo seu caráter alienante, apesar de aqueles que assim trabalhavam não o experienciarem da mesma forma (Willis, 1988).

O paradoxal é que, quando o modo de produção fordista entrou em crise a partir de meados dos anos 70 do século passado, muitas das críticas ao trabalho fordista transformaram-se em lamentos pelo que se havia perdido e o que se criticou, então, foram as novas formas de trabalho postfordista (Castel, 2001; Gorz, 1997-2000; Alonso, 1999; Prieto, 1999).

Neste contexto, entre o final do século passado e o início deste, publicaram-se uma série de obras que refletiam sobre as consequências que o declínio da força integradora

do trabalho teria tido no passado (Beck, 2001; Rifkin, 1996), embora, em alguns casos, até se celebrasse essa perda (Méda, 1998).

O que isso demonstrava era a incapacidade de conceber a nova condição laboral por parte daqueles que não viam outra forma de sociedade que não estivesse completamente articulada em torno do trabalho. Mas também a ausência de verdadeiras alternativas a este tipo de ordem social por parte de quem queria pensar a sociedade além do «imperialismo dos valores do trabalho» (Beck, 2001; Méda, 1998).

Sobre a ausência de alternativas, já havia alertado a filósofa alemã Hannah Arendt, muito antes, no final dos anos 50, precisamente quando a sociedade laboral exaltava as virtudes desta atividade para aumentar o bem-estar material dos indivíduos e da sociedade, de uma maneira livre, igualitária e justa. Neste contexto, Arendt alertou para o quão ilusório era atribuir tal potencialidade ao trabalho. «Enfrentamo-nos – escreveu – com a perspectiva de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, sem a única atividade que lhes resta. É evidente que nada poderia ser pior» (Arendt, 1998: 17). Palavras que continham um claro aviso, ao qual, pelos vistos, se tem prestado pouca atenção desde então. Alertavam, de facto, que o trabalho carecia da capacidade que lhe tinha sido atribuída, não podendo ser a única forma de integração social, nem a principal atividade a partir da qual se desenhassem os distintos projetos de vida, a que todas as outras atividades deveriam estar subordinadas.

As consequências disto têm-se tornado cada vez mais evidentes à medida que o trabalho foi perdendo a sua capacidade integradora, num contexto em que quase todas as esferas da vida foram colocadas ao serviço do aumento da produtividade laboral. O problema reside no facto de não sabermos como responder a esta situação, uma vez que não concebemos outra forma de organizar a sociedade que não seja totalmente dominada pelo trabalho. No entanto, é certo que cada vez mais pessoas, como as da juventude de Braga que analisámos neste livro, aspiram a viver não apenas por e para o trabalho, mas também para além dele.

Impõe-se, portanto, refletir sobre a realidade laboral, tendo em conta a importância do trabalho na construção das diferentes trajetórias biográficas e na criação de sociedades mais integradas e estáveis, mas sabendo também que essa integração não será possível e que essas biografias ficarão incompletas, se se tornar cada vez mais difícil projetar outros modos de vida para além do trabalho.

O *Observatório do Emprego Juvenil* do Município de Braga surge, assim, como uma iniciativa crucial que procura entender a complexa realidade do mercado de trabalho para os jovens do município de Braga, consciente de que a complexidade desta realidade não poderá ser compreendida sem que se analisem também as suas atitudes e valores, não só em relação ao trabalho, mas também aos seus outros mundos de vida.

Para tal, é necessário partir da premissa de que o emprego juvenil não pode ser observado sob uma perspectiva puramente economicista e produtivista, que conceba o trabalho como a atividade fundamental e quase única a partir da qual se possa planear

a vida individual e coletiva. Por isso, decidimos, além de analisar estatísticas e tendências, como as taxas de desemprego e as formas de precariedade, empenhar-nos em entender como a geração mais jovem percebe o mundo do trabalho em relação à educação, ao sistema social e aos valores herdados das gerações anteriores.

Estamos num momento em que a educação não garante automaticamente uma inserção bem-sucedida no mercado de trabalho. Os jovens, na contemporaneidade, enfrentam uma precariedade laboral que os obriga a encarar o trabalho como um meio para outros fins, frequentemente, relacionados com o lazer e o consumo. Este estudo analisará também de que forma estas atitudes influenciam a integração social e o desenvolvimento da identidade dos jovens.

No contexto em apreço, este *Observatório de Emprego Juvenil* ambiciona ser mais do que simplesmente um agregador de dados. Aspira a ser um fórum de debate, um espaço para a troca de saberes e a formulação de políticas capazes de mitigar os desafios enfrentados pelos jovens no mercado de trabalho. Ao fazê-lo, o Observatório não só promoverá o bem-estar juvenil, mas também contribuirá para o futuro económico e social de Portugal.

Pela interseção entre a teoria e a prática, entre a investigação científica e a realidade concreta, espera-se que este estudo se torne uma referência e um motor para o desenvolvimento e ajuste de políticas de juventude no município de Braga.

O texto que se segue está estruturado em três partes. A primeira foca-se na análise da juventude, partindo do princípio de que não se pode compreender a situação laboral e as atitudes perante o trabalho dos jovens atuais, particularmente os de Braga, sem considerar o que significa ser jovem. Para tal, considerou-se essencial uma breve revisão histórica, com uma dupla finalidade: primeiramente, para destacar a unicidade da condição juvenil atual em comparação com outras épocas; em segundo lugar, para elucidar o processo que levou aos estilos de vida e às formas de construção das identidades juvenis contemporâneas.

A segunda parte do texto foca-se precisamente neste último aspeto, procurando descrever e analisar os principais contextos de integração dos jovens, relacionados com a **educação, o trabalho, o lazer e o consumo**. Introduzir-se-á, também, uma perspectiva diacrónica, com o objetivo de observar como as formas de integração e de construção das identidades nestas áreas têm evoluído.

Finalmente, a terceira parte dedica-se ao estudo da situação laboral, das atitudes e dos valores da juventude de Braga. Revela-se como o seu mundo laboral não pode ser compreendido apenas através de uma descrição objetiva das suas condições de trabalho, sendo imperativo considerar também a relação que estabelecem com essa realidade objetiva, através das atitudes e valores que expressam. São jovens no mundo, mas também para o mundo, e é somente sob esta ótica que se podem entender as suas experiências de vida, tal como refletido na consideração final do epílogo.

I PARTE
A JUVENTUDE: DA IDADE IMPERFEITA
AO MODELO DE PERFEIÇÃO

1. MUDANÇAS NA CONCEÇÃO DA JUVENTUDE E DA INFÂNCIA

Nas nossas sociedades, e particularmente nas ocidentais, a juventude deixou de ser uma fase de transição, cujo objetivo era entrar no mundo adulto, para se tornar uma trajetória e um destino.

No entanto, nem sempre foi assim. Se olharmos para trás, as sociedades que precederam a nossa sociedade acreditavam, pelo contrário, que a idade adulta, e não a juventude, era o modelo no qual se deveriam inspirar. Esta era uma característica comum a todas as sociedades ocidentais pré-modernas, a tal ponto que as crianças apareciam em algumas representações artísticas como se fossem pequenos adultos (Schnapp, 1996).

Para os gregos e romanos da Antiguidade, por exemplo, a infância como tal era considerada uma idade incompleta, que só poderia ser completada à medida que adquirisse as características de um ser humano adulto. «Já que o menino – afirmou Aristóteles – é um ser imperfeito, é evidente que a sua virtude não está em relação com um ser atual, mas que depende da sua maturidade e do seu guia» (Aristóteles, 2004: 148). Essa imperfeição vinha da sua incapacidade de raciocinar e refletir.

«A paixão, a vontade e o desejo existem nas crianças desde o momento do nascimento – escreve Aristóteles; mas a reflexão e a inteligência nascem, naturalmente, conforme avança a idade» (Aristóteles, 2004: 413).

Esta falta de reflexão e inteligência, que foi atribuída à infância, fez com que ela fosse equiparada à situação de um louco, pois assim quem era criança não era capaz de falar com sensatez e bom senso, pois ainda não estavam totalmente integradas na sociedade¹.

1. Mesmo as cerimónias fúnebres de rapazes e raparigas eram mais curtas e menos pomposas, ao considerar-se que tinham uma relação ainda débil com o mundo, como reconhece Plutarco a propósito do funeral da sua filha (Lett, 1997: 66).

Não é à toa que o termo *infans* significa literalmente não falar e quem não falava era entendido como tendo a sua humanidade diminuída. Tal como dizia o escritor romano Marcus Terence Varron, «um ser humano fala pela primeira vez quando pronuncia uma palavra com sentido» (Citado em Néraudau, 1984: 54-55). Esta mentalidade, que identificava a criança com o louco, era comum tanto no mundo grego como no romano (Aristóteles, 2004: 374; Néraudau, 1998: 77). Assim, diz Aristóteles, «Não se pode defender que seja mais feliz aquele que não tem nem um pingo de valor, de prudência, de justiça, nem de inteligência... e, igualmente, de intenções, é tão insensato e falso como uma criança ou um louco.» (Aristóteles, 2004: 374). Por este motivo, tanto um como o outro tinham as suas penas reduzidas em caso de crime. Assim o estabelecia, em Roma, a lei Cornélia, quando dizia que «se uma criança ou um louco assassinassem um homem, não seriam presos», porque «um é protegido pela ausência de vontade de causar dano, o outro pela infelicidade da sua sorte» (Citado em Néraudau, 1984: 92-93).

Considerando tudo o que foi dito até aqui, não surpreende que tanto a infância como a juventude estivessem, pela sua própria natureza, sob a hierarquia e a autoridade dos adultos. «A própria natureza – afirmou Aristóteles – traçou a fronteira ao distinguir dentro das pessoas da mesma raça, entre a classe dos jovens e a dos anciãos, uns destinados a obedecer e os outros a mandar» (Citado em Schnapp, 1996: 39).

Esta mentalidade relativamente à juventude e à infância manteve-se, embora com algumas diferenças importantes, durante a Idade Média. Desta forma, a infância e a juventude continuaram a ser consideradas meras etapas da vida que conduzem à idade adulta, embora, diferentemente do mundo clássico, na Idade Média, por influência do cristianismo, a primeira infância fosse considerada uma condição pura, ainda não contaminada pelos males do mundo (Becchi, 1998a; Alexandre & Lett, 1997; Riché & Alexandre, 1994): «Quem me vai recordar o pecado da minha infância – escreve Santo Agostinho nas Confissões – já que ninguém está puro diante de Deus, nem mesmo o menino que não viveu mais que um dia sobre a terra...» (Citado em Riché & Alexander, 1994: 22). Porém, ao lado dessa imagem de pureza atribuída à infância, também se afirmava o contrário, a sua condição impura, pois veio ao mundo com a marca do pecado original (Becchi, 1998a). Por isso, lhe foi atribuído um caráter irracional e impulsivo, muito distante da temperança típica das pessoas virtuosas (Tomás de Aquino, 2001: Cuestión 142). E por isso, continuando a tradição do mundo clássico, a criança também foi comparada ao louco. «Devemos proteger-nos do louco e da criança», «ter vergonha dos costumes do louco e da criança», eram certos ditados populares, que também foram repetidos noutras línguas por escritos médicos, teológicos e jurídicos (Lett, 1997).

Ultrapassada a idade infantil, por volta dos 12 anos, inicia-se a primeira juventude, idade em que se adquire o pleno bom senso e se inicia uma integração mais plena no mundo dos adultos. No entanto, inúmeras suspeitas pairavam sobre esta época devido ao seu caráter inconstante e impulsivo (Crouzet-Pavan, 1996: 217 e

235; Pastoureau, 1996), como apontou o monge beneditino Julien de Vézelay no século XII:

A infância – escreveu – é seguida pela adolescência, uma idade sensual e indisciplinada, ávida de prazer, que acredita que a virtude é pesada e difícil (...). Não podemos compreender a trajetória do homem ao longo da sua adolescência, porque ele é verdadeiramente instável, não se deixa guiar pela razão ou pelos conselhos de outrem; sujeita a diversas tentações, móvel e errante, deixa-se levar por isto e por aquilo. Um dia ele quer, no dia seguinte já não quer. Hoje ama, amanhã odeia (Citado em Riché & Alexandre, 1994: 202).

Para conduzir, portanto, os jovens pelo caminho da virtude, o modelo proposto foi o dos adultos, considerada a idade perfeita (Pastor, 1986). Todas as outras idades ainda eram um caminho para alcançar isso (Becchi, 1998a; Lett, 1997; Pastoureau, 1996; Riché & Alexander, 1994).

Embora esta mentalidade vá sendo alterada – de modo que, a partir dos séculos XIV e XV, a infância e a juventude adquirirão um papel maior protagonismo (Becchi, 1998b; Ariès, 1987) –, a crença anterior, na sua generalidade, manteve-se, crença esta que considerava que a infância e a juventude eram idades propensas aos excessos e às paixões (Ago, 1996), e que estas eram meras etapas para chegar à idade adulta, modelo no qual todas as outras idades se deveriam inspirar, tanto para evitar o que é censurável, como para admirar o que é bom (Elias, 1993). Em *O Cortesão*, obra clássica de Baltasar de Castiglione, publicada no início do século XVI, pode ler-se que a meia-idade é a idade mais temperada, «porque já saiu das más condições da juventude e ainda não atingiu as da velhice» (Castiglione, 1994: 229).

Esta mentalidade sofrerá uma mudança profunda a partir do século XVIII, e fá-lo-á sobretudo pelas mãos da burguesia (Anderson, 1988; Ariès, 1987). Mais tarde, a partir do século XX, espalhar-se-á por outros grupos sociais, impulsionado pelos processos de industrialização e escolarização (Ariès, 1987-1979). O desenvolvimento do pensamento educativo moderno terá grande influência na formação desta nova mentalidade, que reverterá o papel que até então estava reservado à infância e à juventude, as quais deixarão de ter uma condição subalterna e secundária para adquirir outra particular e principal.

Esta mudança radical na forma de conceber a infância e a juventude será marcada pela obra de Rousseau, que atribuirá à infância, em virtude da sua própria natureza, um carácter próprio e particular. A natureza, então, e particularmente a natureza infantil, e não a sociedade representada pelos adultos, ascenderá a um novo modelo no qual as outras idades se deverão inspirar. «Observe a natureza – disse Rousseau – e siga o caminho que ela lhe mostra. Ela exercita continuamente as crianças» (Rousseau, 2002: 55). Pois, devemos «considerar o homem no homem e a criança na criança», permitindo que «a infância amadureça nas crianças» (Rousseau, 2002: 104 e 126).

Não pode haver, como se vê, um investimento mais radical na categorização das diferentes idades. Se antes a meta da infância e da juventude era, como dissemos, a idade adulta, agora essa meta é estabelecida por essas primeiras idades da vida, que devem aprender por si mesmas o que os adultos não podem mais ensinar-lhes, seguindo a sua natureza e a sua própria experiência. «Pense – escreve Rousseau – que raramente terá de lhe propor o que ele deve aprender; cabe-lhe a ele desejá-lo, procurá-lo, encontrá-lo» (Rousseau, 2002: 263).

E com isso também se inverte a ordem das gerações; os mais jovens são agora quem têm, com efeito, de orientar o seu futuro com base na sua própria experiência presente, renunciando ao legado transmitido pelas gerações anteriores. «Não dê ao seu aluno – recomenda Rousseau – qualquer tipo de lição verbal, ele só deve recebê-las pela experiência» (Rousseau, 2002: 123).

No entanto, esta nova mentalidade, que marca o início da modernidade, levará muito tempo a espalhar-se pela sociedade como um todo e fá-lo-á, primeiro, como já foi referido, entre a burguesia (Cook, 2004; Robertson, 1994; Varela, 1991; Stone, 1990; Ariès, 1987). Para que isso aconteça será necessária a ocorrência de três processos, a saber, a industrialização, a escolarização e o desenvolvimento da sociedade de consumo. Vejamos cada um deles.

O processo de industrialização promoveu a escolarização, porque exigiu a aprendizagem de uma série de habilidades básicas, como saber ler, escrever e contar, o que favoreceu a universalização da escolarização, pelo menos nos seus estágios iniciais (Varela & Álvarez Uría, 1991; Pollard, 1987; Prost, 1970). Uma escolaridade que se prolongou quando foram instituídas as leis que proibiam o trabalho infantil (Ramiro: 2015; Ewen, 1983). Este processo de universalização e extensão da idade escolar ocorreu na maioria dos países da Europa Ocidental e da América do Norte em duas fases. A primeira ocorreu entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, e a segunda entre o período posterior à II Guerra Mundial e a década de 70 do século passado (Prats & Raventós, 2005; Manacorda, 1987; Bowen, 1985, vol. III). No final do mesmo, a escolaridade obrigatória abrangia toda a infância e a primeira juventude, convertida em faixas etárias totalmente diferenciadas. Todo este processo favoreceu o distanciamento destas idades dos universos de socialização próprios do mundo adulto e, em particular, da família e do trabalho, favorecendo, ao mesmo tempo, a sua integração na sociedade de consumo que se desenvolveu na Europa, após a II Guerra Mundial e, nos EUA, no período anterior à II Grande Guerra.

A sociedade de consumo contribuiu, de facto, de forma especial e particular para a criação de uma cultura com a qual os jovens rapidamente se identificaram. Uma cultura que, como dissemos, começou a manifestar-se primeiro nos Estados Unidos, antes da II Guerra Mundial, e, depois, na Europa, a partir dos anos 60 do século passado (Bocock, 1995; Ewen, 1983). Neste contexto, a infância e a juventude adquiriram uma consideração particular, tanto do ponto de vista social como moral. Os jovens e as crianças apareciam na publicidade como sujeitos soberanos, com capacidade de deci-

dir e escolher livremente (Cook; 2004; Jacobson, 2004; Lash, 1984). «Se as crianças – afirmou um publicitário americano na época em que emergia a sociedade de consumo – fossem criadas da forma liberal que caracteriza o mundo moderno e industrial, então as grandes empresas estariam em condições de intervir na definição e nos valores da cultura familiar» (Ewen, 1983: 145). A adolescência apareceu, neste contexto, como uma faixa etária com características próprias e definidas, como uma classe particular e especial de consumidores (Savage, 2007).

Todo este processo contribuirá para distanciar os membros das diferentes gerações, aqueles que foram socializados na cultura do trabalho, muito mais sacrificial e hierárquica, e aqueles que foram socializados na cultura do consumo, mais libertadora e igualitária (Frank, 2011: 63; Heath & Potter, 2005). As consequências desse distanciamento foram expressas com grande clareza pela antropóloga Margaret Mead, justamente quando começavam a ser claramente visíveis. Até muito recentemente, referiu, os idosos podiam dizer: «sabes uma coisa?, eu fui jovem e *tu* nunca foste velho». Mas os jovens de hoje podem responder: «tu nunca foste jovem no mundo em que eu sou e nunca o poderás ser» (Mead, 1971: 92).

Apesar disto, estas consequências, inicialmente, foram atenuadas, enquanto os valores meritocráticos vinculados ao mundo do trabalho e da educação funcionavam como elo de ligação entre as diferentes gerações. Com efeito, as expectativas de mobilidade social vinculadas a estas áreas que os pais projetavam nos seus descendentes ainda eram integradas por estes últimos, embora de uma forma muito mais hedonista do que sacrificial. Mas este processo começou a ser alterado quando estas expectativas foram cada vez mais vinculadas por grande parte da juventude à esfera do lazer e do consumo; então, a ética do trabalho sacrificial foi corroída sob o impulso daquela ética mais individualista e libertária, que tinha a juventude como principal protagonista (Bell, 1977). Tudo isto iria afetar, substancialmente, os processos de transição para a idade adulta, cada vez mais marcados pela transformação da cultura do trabalho sob o desenvolvimento e consolidação da cultura de consumo.

2. AS IDENTIDADES JUVENIS E A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

Nas sociedades de trabalho industrial, a transição para a idade adulta foi acompanhada por uma série de ritos de passagem marcados pela incorporação no mercado de trabalho e pela formação de uma família. Porém, à medida que a juventude se foi integrando na cultura de consumo, esses ritos foram adiados, pois, cada vez mais, a expectativa era desfrutar e ser reconhecido por todas as vivências e experiências que a sociedade de consumo oferecia (Bauman, 2007a; Lipovestky, 2003; Moya, 1984). Para isto, contribuíram as transformações ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo, a partir dos anos 80 do século passado, que se traduziram em situações cada vez de maior incerteza e precariedade, sobretudo para os jovens. Como veremos mais

adiante, toda esta situação favoreceu uma atitude cada vez mais instrumental face ao trabalho.

Como consequência disto, as formas de integração, de reconhecimento e de construção da identidade juvenil sofreram alterações importantes. Esta identidade passou a estar cada vez mais ligada ao mundo do consumo no seu sentido mais amplo, aquele relacionado com os diferentes estilos de vida promovidos pela sociedade de consumo (Chaney, 2003). Estes estilos eram inovadores, disruptivos, individualistas e plurais, difundindo uma imagem de juventude particular e autêntica, ávida de novas sensações e experiências. Este contexto contribuiu para degradar o valor das experiências que eram fruto de diferentes trajetórias de vida. Tal facto significou uma mudança substancial relativamente à primeira fase da sociedade de consumo, que decorreu entre o início da década de 60 e o final da década de 70. Com efeito, neste período, embora os estilos de vida relacionados com o consumo tenham ganho uma importância nunca antes vista, as trajetórias biográficas ligadas ao trabalho e à educação ainda poderiam ser interpretadas em termos do que foi alcançado ao longo de um determinado curso de vida (Sennett, 2001). Estas trajetórias marcaram, em grande parte, as diferentes etapas dos ciclos biográficos, cujos principais marcos eram a conclusão dos estudos, ou o abandono mais ou menos precoce dos mesmos e o início da vida profissional (Willis, 1988). Embora nestes ciclos, que marcaram a transição para a idade adulta, a formação de uma família já não estivesse tão presente, acontecimento cada vez mais adiado pela perspectiva de aproveitar a juventude preenchendo-a com diferentes experiências, o trabalho continuou a moldar as diferentes expectativas biográficas. Ou seja, para atingir determinados objetivos de vida, que concedessem certo reconhecimento, era fundamental ter uma certa formação e um emprego (Sennett, 2001) e esta realidade era, de alguma forma, inevitável.

Este cenário começou a mudar, principalmente, para os integrantes das gerações nascidas a partir de meados da década de 80 do século passado (Durán & Duque, 2018; Ferreira, 2017). Uma mudança que foi motivada, sobretudo, pelo prolongamento da idade escolar, com o conseqüente atraso na entrada no mundo do trabalho (Dubet, 2006; Navarro, 2004; Cabral & Pais, 1998; Duque, 2017), a precariedade das formas de integração laboral (Beck, 2006; Castel, 2001) e a crescente importância que a cultura do consumo ganhou para grande parte dos jovens (Frank, 2011; Benedicto, 2016; Pais, 2005-1999; Pappákamail, 2005; Inglehart, 1990; Duque, 2022). A isto devemos acrescentar as mudanças ocorridas no campo das relações de casal. Estas relações que, na fase anterior, ainda eram concebidas como parte de um projecto biográfico que culminava, mais cedo ou mais tarde, com a constituição de uma família, passaram a conceber-se, cada vez mais, em relação ao imaginário do amor romântico, que procura, sobretudo, a realização emocional de cada membro do casal (Illouz, 2012; Beck & Beck-Gernsheim, 2001). Estas novas formas de reconhecimento nas relações de casal, muito mais sentimentais e personalizadas, encontram expressão nos diferentes estilos de vida oferecidos pela sociedade de consumo, nas viagens, no cinema, nas

refeições em restaurantes, nos passeios e nas compras (Illouz, 2018). A expectativa, ao selecionar alguém que potencialmente se tornará o cônjuge, transcende, especialmente a curto prazo, a simples visão de construir um projeto familiar. Centra-se mais intensamente em cultivar uma vida de amor pessoal e genuíno. Este ideal, por sua vez, deve ser materializado mediante uma sucessão de experiências românticas (Illouz, 2009-2007). Isto não significa que as pessoas não queiram constituir família, mas sim que esta decisão é adiada, enquanto uma série de experiências típicas da juventude são vividas no presente. Também desta forma, as transições para a idade adulta, que outrora tiveram como um dos seus principais marcos o casamento e a chegada dos filhos, são cada vez mais adiados, à medida que a juventude se expande, preenchendo-a com as experiências do jovem casal que se ama.

Em resumo, os processos de transição da juventude para a idade adulta foram transformados e adiados (Pohl *et al*, 2007). Esta transformação e este protelamento estão relacionados com o prolongamento da idade escolar, com as crescentes dificuldades de integração no mundo do trabalho e com uma nova conceção das relações familiares e de casal.

Este processo tem conduzido a uma perceção ambivalente da juventude na sociedade, caracterizada por uma dualidade marcante. Por um lado, a juventude é vista como um espelho do ideal coletivo, simbolizando força, vitalidade e a constante renovação da vida. Por outro lado, apresenta-se uma imagem de incerteza, representativa daqueles que enfrentam dificuldades em gerir o presente e o futuro e que sentem a falta de um passado que lhes permita encontrar a sua identidade.

3. JUVENTUDE: UM ESPELHO DE VIRTUDES E FRAGILIDADES

A juventude tem sido aclamada nas sociedades ocidentais, especialmente a partir dos anos 60, como um modelo de virtudes que se opunham aos vícios que os seus pais tinham tido. Vícios que diziam que a juventude estava destinada a superar, renunciando à herança que os pais lhes haviam deixado (Cataluccio, 2006; Ricard, 2001). Os caminhos para esta melhoria foram inicialmente os da oposição e da rebelião, mas, mais tarde, esta rebelião transformou-se na afirmação de um modo de vida próprio e diferente que foi recriado através da imagem que a sociedade de consumo projetava da juventude (Frank, 2011; Lipovestky, 2007). Uma imagem carregada de felicidade, entusiasmo e alegria, bem como de vontade de libertação. Uma libertação que, por um lado, se expressava na crítica às instituições que tentavam impor limites e, por outro lado, se exprimia na afirmação de uma individualidade própria e autêntica, que aspirava a ser posta em prática sem quaisquer obstáculos que não fossem o que ela mesma estabelecia (Durán, 2021a).

A juventude revelou-se, portanto, como a idade perfeita, aquela ao qual todos aspiravam e ninguém desejava deixar para trás, mas sim estender indefinidamente. Repre-

sentava os valores almejados por muitos, de alguma forma, desejando ser reconhecidos por atributos que louvavam a felicidade e o prazer de viver. Esses valores manifestavam-se por meio da imagem pessoal, das viagens, da gastronomia, do esporte e da sexualidade.

Porém, esta imagem de felicidade também tinha o seu outro lado, o do sofrimento (Lipovestky, 2007), porque tudo pelo que se queria ser reconhecido estava sujeito a constantes mudanças, o que exigia que as pessoas estivessem permanentemente ativas, fazendo coisas que mereciam novos reconhecimentos. A compulsão por fazer compras, viajar, cuidar da saúde e do corpo tornou-se uma expressão de tudo isso.

Contudo, o mundo do consumo não foi a única manifestação desta realidade em mudança que levou a que os sujeitos também mudassem. A esfera do trabalho e da educação, embora por outros caminhos muito diferentes, seguiram essas mesmas sendas. A flexibilidade e a precariedade que dominam o mercado de trabalho e, particularmente, o da população mais jovem, levaram a uma obsessão crescente pela capacitação e pela formação contínua, de modo que quase ninguém podia estar minimamente seguro da experiência profissional acumulada (Farrugia, 2018; López, 2018). O mundo da educação sofria de uma insegurança semelhante, porque se por um lado eram exigidas cada vez mais qualificações de todos os tipos, a corrida formativa parecia nunca ter fim (Bauman, 2007b).

O mundo do trabalho e da educação refletem, assim, também as duas faces da juventude a que nos referimos anteriormente em relação ao consumo. Pois, se por um lado os sujeitos são convidados a reinventar-se constantemente para mostrar a sua capacidade e a sua competência e, portanto, também a sua personalidade mais autêntica, por outro, esta reinvenção está continuamente sujeita a novos testes.

Toda esta realidade traduziu-se numa identidade juvenil complexa e ambígua. Se, por um lado, a juventude se apresenta liberta, orgulhosa, autónoma e repleta de potencialidades, por outro, enfrenta crescentes dificuldades em concretizar este ímpeto de autonomia e libertação com sucesso (Rosa, 2019). Não são raros os casos de jovens que, então, sucumbem à angústia e ao desânimo (Ehrenberg, 1998).

Esta dupla perspetiva é também como a juventude é frequentemente percecionada. Por um lado, é vista como vítima de um sistema que fomenta a insegurança e a precariedade. Por outro, critica-se a sua postura individualista e a falta de sacrifício, sob o pretexto de um desejo de liberdade que rejeita qualquer tipo de restrição.

Contudo, uma análise sobre a juventude dos nossos dias deve evitar cair nestes dois extremos. Para tal, é essencial considerar não apenas as suas condições objetivas de vida, mas também a forma como vivenciam e interpretam estas condições. É este o objetivo que nos propusemos alcançar em relação ao mundo laboral dos jovens de Braga.

Com este propósito em mente, começaremos por descrever as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas. A partir daí, estaremos em condições de descrever e analisar tanto a situação laboral como as atitudes perante o trabalho dos jovens de Braga, que é o principal foco desta obra.

II PARTE
MUDANÇAS NOS UNIVERSOS INTEGRADORES:
TRABALHO, CONSUMO, EDUCAÇÃO

1. O UNIVERSO LABORAL

1.1. Mudanças no modelo de trabalho e de produção

O mundo do trabalho sofreu profundas alterações desde os anos 80 do século passado. Estas mudanças foram motivadas, essencialmente, pelo esgotamento do sistema produtivo fordista, um sistema que se desenvolveu nos países democráticos europeus após a II Guerra Mundial, embora nos EUA já tivesse sido implementado anteriormente, no período entre as duas grandes guerras (Alonso, 2005).

O declínio do sistema fordista deveu-se à queda dos níveis de produtividade, provocada pela desaceleração da procura. Este fenómeno afetou a taxa de acumulação de capital, que registou perdas significativas. A dificuldade do sistema de produção fordista em aumentar o nível da procura estava relacionada com o facto da renovação dos produtos ligados ao padrão de vida dos diferentes estratos da classe média não ocorrer com a rapidez necessária, pois, uma vez que os membros dessas classes possuíam os objetos que representavam o seu estilo de vida, o período de substituição dos mesmos não correspondia às necessidades de produção das empresas fordistas (Piore & Sabel, 1990). Como consequência, as empresas, na tentativa de impulsionar a procura e aumentar as suas taxas de produtividade e lucro, optaram por introduzir profundas alterações no seu modelo organizacional e produtivo. Do ponto de vista produtivo, decidiram realizar investimentos significativos em tecnologia com o objetivo de diversificar os seus produtos, tornando-os mais atraentes tanto pela sua singularidade como pelas suas características. Tudo isto sob o selo de uma qualidade que tinha de ser continuamente renovada, gerando novos produtos cada vez mais diversificados. A qualidade e a inovação tornaram-se, assim, princípios fundamentais da nova forma de organização da produção, conhecida como pós-fordista, e como um dos principais atrativos para os consumidores (Castells, 2000; Piore e Sabel, 1990).

No entanto, todas estas mudanças no modelo produtivo acarretaram também transformações profundas nas estruturas organizativas das empresas, que tiveram um impacto importante no mundo do trabalho. Do ponto de vista organizacional, as estruturas empresariais fordistas, altamente burocratizadas e hierarquizadas, baseadas em linhas de comando verticais, que eram funcionais num contexto em que se podia planejar a procura a médio prazo, associada aos diferentes setores da classe média, revelaram-se disfuncionais quando se tratava de responder com agilidade e rapidez a um mercado cada vez mais volátil (Alonso, 2005). Por isso, as empresas pós-fordistas decidiram flexibilizar os seus modelos organizacionais e produtivos, tornando-os mais horizontais e menos hierárquicos, de forma a permitir a tomada de decisões rápidas.

Estas mudanças tiveram uma clara incidência no mundo laboral. De facto, como resultado, o trabalho tornou-se precário, uma vez que os contratos de trabalho deixaram de ser feitos a médio e longo prazo, já que a produção também não era planeada com esta antecedência. Além disso, os fortes investimentos das empresas pós-fordistas em tecnologia tiveram também um impacto negativo no emprego (Castel, 2001; Beck, 2000-2001; OCDE, 2000; Prieto, 1999; Laville, 1997). Esta situação de crescente precariedade laboral não excluía sequer as pessoas com diferentes qualificações académicas (Beck, 2006).

As mudanças na ordem laboral e produtiva, anteriormente mencionadas, implicaram uma profunda alteração nas relações laborais. Estas relações estavam ligadas a uma ética do trabalho ainda sacrificial, aquela de raiz puritana (Weber, 1998), que se tinha estabelecido inicialmente no mundo burguês e, posteriormente, com o avanço da industrialização, se tinha estendido ao conjunto da população trabalhadora (Pollard, 1987; Thompson, 1979).

No entanto, esta ética estava cada vez menos em consonância com as novas formas de trabalho estabelecidas e promovidas pelas organizações laborais pós-fordistas.

Como se poderiam legitimar as novas relações laborais segundo os princípios sacrificiais baseados na gratificação adiada, quando os sacrifícios de hoje já não asseguravam os sucessos de amanhã? Além disso, estes princípios também já não tinham grande relação com a cultura do trabalho, especialmente entre os trabalhadores mais jovens. Desta forma, a antiga ética do trabalho distanciou-se não só das novas formas de trabalho, mas também dos valores relativos ao trabalho, especialmente entre a população mais jovem.

A seguir, daremos atenção às mudanças ocorridas na ética do trabalho, para depois nos debruçarmos sobre a análise da cultura laboral.

1.2. De uma ética de trabalho sacrificial para uma ética de trabalho mais libertadora

Como se mostrou anteriormente, as transformações na ética do trabalho, que começaram a ser visíveis a partir de meados dos anos 80 do século passado, responde-

ram em parte às mudanças que tinham sido experimentadas pelo modelo produtivo e laboral fordista. No entanto, essas mudanças não se limitaram a isso, uma vez que se a antiga ética do trabalho não se adaptasse, acabaria por se tornar refratária a uma grande parte da população trabalhadora. Afinal, nenhuma ideologia consegue sustentar-se se não estiver de alguma forma ligada às crenças das pessoas (Weber, 1993: 170 e seguintes).

Para compreender este processo, descreveremos primeiro o conteúdo da ética laboral pós-fordista e, em seguida, exporemos as transformações ocorridas na cultura do trabalho.

Na década de 70 do século passado, o sociólogo americano Daniel Bell escreveu um ensaio, agora clássico, no qual destacava as consequências que poderiam advir do desencontro entre a ética do trabalho de origem puritana e os valores hedonistas associados ao mundo do consumo, cada vez mais presentes na sociedade americana (Bell, 1977). Esta ética encarava o trabalho principalmente como uma atividade sacrificial, da qual não se podiam esperar muitos prazeres, embora se pudessem alcançar certas conquistas na forma de um melhor nível de vida, tanto para o indivíduo quanto para a sua família, o que se traduzia num determinado estilo de vida e na posse de certos bens e propriedades (Bauman, 2007a-2006; Sennett, 2001). Contudo, apenas uma década após a publicação do livro de Daniel Bell, a ética puritana do trabalho sofreu uma importante mutação, incorporando, de forma paradoxal, alguns dos valores da sociedade de consumo, renunciando aos valores mais sacrificiais ligados ao mundo da produção e do trabalho (Honneth, 2004; Boltanski & Chiapello, 2002; Brooks, 2001). Esta nova abordagem também integrou as críticas que as correntes marxistas tinham dirigido à sociedade do trabalho fordista, pelo seu caráter rotineiro, empobrecedor e alienante (Durán, 2011-2006; Frank, 2011; Heath e Potter, 2005; Le Goff, 2002).

Do ponto de vista dos valores, a ética do trabalho pós-fordista começou a valorizar a liberdade, a autonomia e a criatividade, bem como a necessidade de estar continuamente em atividade como caminho para a realização pessoal (Serrano, 2007). Neste contexto, surgiram críticas às formas do trabalho fordista, acusadas de serem pouco criativas e alienantes, limitando a liberdade e a autonomia dos indivíduos, bem como impedindo qualquer forma de criatividade e, por conseguinte, de realização pessoal. Estas críticas provinham tanto de intelectuais ligados às organizações produtivas como de instituições políticas nacionais e internacionais (Durán, 2011). A instabilidade e a precariedade laboral, que caracterizavam cada vez mais as relações de trabalho pós-fordistas, foram interpretadas como um afastamento completo da antiga ética do trabalho, que exigia sacrifício e não apelava à autonomia, à criatividade ou à realização pessoal, porque o mundo do trabalho a que se dirigia era essencialmente sacrificial, rotineiro e hierárquico. Prometia, em troca, segurança e estabilidade laboral, bem como certas oportunidades de mobilidade social. Como estas oportunidades de estabilidade e mobilidade social já não podiam ser minimamente garantidas nos contextos laborais pós-fordistas, invocá-las deixou de fazer sentido; em contrapartida, o que se

valorizava era o risco e a insegurança como meios para se construir de forma mais livre e autónoma (Gorz, 1997).

Efetivamente, tal como mencionamos anteriormente, este discurso enfrentaria uma resistência significativa se estivesse completamente em desacordo com os estilos de vida e os valores das pessoas a quem se dirigia. Se tal não aconteceu, deveu-se, em grande parte, ao facto de tanto os valores quanto os estilos de vida terem sofrido alterações profundas. Consequentemente, a cultura laboral das pessoas também se transformou.

1.3. Culturas de trabalho

Enquanto a cultura laboral fordista era relativamente homogénea, ao ser basicamente inspirada na ética sacrificial do trabalho baseada na gratificação adiada, a cultura postfordista apresenta-se mais diversificada. Esta diversidade varia conforme a idade das pessoas, a sua qualificação e o tipo de trabalho que exercem.

Relativamente à idade, nota-se uma distinção entre a população trabalhadora mais jovem e a mais experiente, particularmente, aquela com qualificações menores ou semiquificada. Esta última identifica-se mais fortemente com os valores da ética laboral fordista, que conferiram um maior sentido às suas trajetórias profissionais. Por isso, experimentam uma maior frustração ao observar a mudança nos modelos de reconhecimento, sentindo que a longa experiência de trabalho já não é valorizada como antes (Ramos, 2008). Esta frustração é intensificada pelo facto do trabalho representar um valor central nas suas vidas, conferindo um sentido especial às suas narrativas biográficas, entendidas como várias fases de uma extensa carreira.

Para muitos jovens com empregos instáveis, especialmente na região de Braga que é objeto de estudo deste livro, a importância central do trabalho desvaneceu-se (Benedicto et al., 2016; Duque, 2017; Pais, 2012). Ao contrário dos trabalhadores mais velhos, estes jovens encaram a precariedade de forma distinta, pois o trabalho já não constitui o eixo central da sua existência, que agora também se preenche com outras experiências, incluindo atividades de lazer e consumo (Balderson et al., 2020; Garner et al., 2009). Para estes jovens, o trabalho assume predominantemente um valor instrumental; ainda que necessário, a vida abrange outros objetivos que transcendem o âmbito laboral.

Portanto, não se deve interpretar todas as situações de precariedade laboral partindo do pressuposto de que o trabalho tem uma centralidade absoluta, assumindo que tal precariedade resulta inevitavelmente numa desvalorização da vida.

Conforme será discutido na terceira parte deste livro, as condições de trabalho precárias não implicam necessariamente numa precarização da existência, pois, a vida engloba mais do que apenas o trabalho. Esta mudança de paradigma, ocorrida desde a segunda metade do século XX, reflete a diminuição da importância do trabalho em detrimento do consumo, facto que exploraremos no capítulo que se segue.

2. DA PRIMEIRA À SEGUNDA SOCIEDADE DE CONSUMO: DOS SACRIFÍCIOS LABORAIS AOS PRAZERES CONSUMISTAS

A sociedade de consumo em massa surgiu inicialmente nos Estados Unidos, entre as décadas de 1920 e 1930 (Ewen, 1983; Frank, 2011), e, posteriormente, na segunda metade do mesmo século, na Europa Ocidental (Bocock, 1995). Este processo apresentou características semelhantes de ambos os lados do Atlântico. Permitiu que diferentes setores da classe trabalhadora ascendessem à classe média ou, pelo menos, aspirassem a participar do estilo de vida desta classe (Chaney, 2003; Lipovestky, 1990), inaugurando assim um novo *habitus* (Bourdieu, 2006).

Este processo implicou uma mudança de grande importância na mentalidade relativa à poupança, que, até então, tinha sido predominante na classe trabalhadora. Esta mentalidade rapidamente perdeu relevância e foi substituída por uma atitude muito mais favorável ao consumo. No entanto, inicialmente, até aos anos 70 do século passado, esta mentalidade teve um importante componente de género. De facto, os homens, na qualidade de produtores, estavam ainda mais ligados ao mundo do trabalho, entendendo-se que as suas diferentes trajetórias de vida ganhavam sentido em relação a um percurso laboral particular (Bauman, 2007a). Isso significava que tudo o que se havia alcançado, seja em forma de propriedades diversas ou de um determinado padrão de vida, carregava a marca do trabalho que o tornara possível. No entanto, ocorreu uma mudança significativa, pois, sem os bens da sociedade de consumo, que davam expressão a tudo o que se havia conseguido através do trabalho, a árdua e sacrificada vida laboral ficava oculta aos olhos dos outros e era cada vez menos fonte de reconhecimento.

Para as mulheres, maioritariamente excluídas do mercado de trabalho até aos anos 70 do século passado, e para os jovens, o estilo de vida ligado à sociedade de consumo ganhou maior importância, permitindo-lhes exibir a sua identidade publicamente, libertando-se assim do controlo dos homens provedores (Lipovestky, 1990; Ewen, 1983).

Este fenómeno resultou na progressiva ampliação de uma distância geracional cada vez maior (Mead, 1971), uma das suas manifestações mais significativas era a inversão entre a esfera da produção e a do consumo. De facto, se para as gerações socializadas na cultura do trabalho, que mais tarde aderiram à cultura do consumo, aquela atividade, como mencionamos anteriormente, continuava a ser a principal expressão da sua identidade, para as gerações seguintes, essa identidade deslocava-se cada vez mais para o mundo do consumo. Este processo, que começou a ser claramente visível na América do Norte e na Europa Ocidental a partir dos anos 60 (Bell, 1977), atrasou-se duas décadas nos países do sul da Europa, como Portugal (Durán & Duque, 2018; Pais, 1999) e significou que, pela primeira vez desde a institucionalização da sociedade do trabalho, esta atividade começasse a perder a centralidade que tinha na formação das diferentes biografias.

A perda da centralidade do trabalho e a crescente importância atribuída ao consumo, especialmente entre os membros das gerações mais jovens, começou a ser visível em Portugal desde a década de 90 do século passado. Este processo foi favorecido pela crescente precarização do mercado de trabalho juvenil e pela extensão da idade escolar (Cruz et al., 2016; INE, 2001; Smithson et al., 1998; Capucha, 1998). Isso contribuiu para o atraso na transição da juventude para a idade adulta (Mauritti, 2002; Alves, 1998; Almeida et al., 1998), um claro exemplo disso foi o aumento do número de jovens que ainda viviam com os pais (Pappákamail, 2005). Além disso, todo este processo foi igualmente influenciado pela mudança nas atitudes dos jovens em relação ao trabalho, que estavam cada vez menos relacionadas, como demonstrado noutra parte deste texto, com trajetórias biográficas típicas da idade adulta, caracterizadas pela formação de uma família e progressão na carreira, como expressão do que se tinha alcançado na vida.

Em suma, enquanto os valores de realização e estatuto associados ao mundo do trabalho diminuía, sendo substituídos por outros mais instrumentais (Veira & Muñoz, 2004), os valores mais hedonistas e expressivos relacionados com o consumo ganhavam cada vez mais importância. Com o início do novo século, esta realidade tornou-se cada vez mais evidente (Pappákamail, 2005).

Isto significava que a situação de crescente precariedade dominante no mercado de trabalho juvenil não gerava necessariamente frustrações correspondentes, porque os projetos de vida dos jovens tinham também outros horizontes, um dos quais, como vimos, estava relacionado com o mundo do lazer e do consumo. Estes horizontes já não se orientavam para um futuro mais ou menos adiado, mas eram muito mais imediatistas. Tratava-se de viver o presente intensamente, sem grandes projetos para o futuro, mas com muitos planos para o que se iria fazer imediatamente ou num futuro próximo. Neste contexto, o futuro já não era percebido com as incertezas geradas pelo mercado de trabalho, mas aberto às múltiplas oportunidades que o mundo do lazer e do consumo oferecia (Pais, 2003).

Estas incertezas começaram também a dominar cada vez mais o âmbito escolar, com as consequências que veremos a seguir.

3. EDUCAÇÃO: ENTRE ATITUDES MERITOCRÁTICAS E EXPRESSIVAS

A perda da centralidade do trabalho, em virtude da maior importância atribuída ao consumo, não provocou inicialmente grandes alterações na esfera escolar, devido à persistência dos valores meritocráticos associados a essa esfera. De facto, a educação continuou a ser percebida como um dos principais meios para melhorar a posição social de origem numa sociedade em que a maioria da população não possuía estudos superiores (Smithson et al., 1998; Guerreiro & Abrantes, 2003). E isto era assim, pelo menos para aquela parte da população com estudos superiores cujos pais tinham

maioritariamente uma qualificação inferior à dos filhos (Duque, 2017; Cruz et al., 2016). Por isso, embora o mercado de trabalho, e particularmente o juvenil, se torne cada vez mais precário, a educação continua a ser vista como o principal instrumento para escapar a essa precarização (Sagnier et al., 2021). Tal facto, traduziu-se num crescente fenómeno de sobrequalificação (Nada et al., 2022).

Além disso, a prolongação dos estudos oferece também a oportunidade de estender as experiências e vivências típicas da juventude (Matias, 2016). Para isso, é necessário dispor de rendimentos fornecidos por certos trabalhos, na sua maioria precários, que permitem continuar a desfrutar da experiência de ser jovem, enquanto se prossegue um processo formativo e/ou se aguarda por um emprego melhor.

Assim sendo, as identidades juvenis formam-se em grande medida em relação aos mundos do trabalho, da educação, do lazer e do consumo, que constituem as suas principais formas de integração e socialização. A relação que os jovens estabelecem com o mundo do trabalho, objeto principal deste estudo, é, por isso, mediada pela forma como se relacionam com estes outros domínios.

Neste contexto, é necessário compreender o aparente paradoxo de que os jovens estudem e trabalhem em condições precárias e incertas, onde há cada vez menos garantias e oportunidades, e que as suas atitudes em relação ao trabalho não sejam, no entanto, caracterizadas pela insatisfação e descontentamento; talvez porque as suas condições laborais não esgotem as suas oportunidades de vida.

Nas secções seguintes, mostraremos como isto pode ser verdade para a juventude de Braga que analisámos.

III PARTE
CONDIÇÕES DE TRABALHO E ATITUDES
FACE AO TRABALHO DOS JOVENS DE BRAGA

1. ASPETOS METODOLÓGICOS

Como referimos na Introdução, este estudo vai para além da descrição das características objetivas do emprego juvenil. Primordialmente, estamos interessados em analisar as opiniões, atitudes e valores dos atores principais nesta área. Sob esta luz, a nossa hipótese é de que o mercado de trabalho, especialmente aquele que se relaciona com os jovens, não é meramente o resultado de vários interesses económicos convergentes. É, sobretudo, uma realidade social e institucional moldada pela ação de uma série de atores, cada um com as suas atitudes e valores distintos, que definem e dão sentido aos seus objetivos pessoais.

Este estudo começou com uma revisão bibliográfica, envolvendo autores nacionais e internacionais que estudaram as temáticas relevantes aqui tratadas. Esta fase inicial permitiu-nos contextualizar o problema e compreender a magnitude do fenómeno. Assim, percebemos que a análise das atitudes e dos valores dos atores que intervêm e influenciam, direta ou indiretamente, no mundo do trabalho juvenil não pode ser desintegrada da análise de várias outras dimensões. Portanto, um estudo deste género não pode ser somente baseado na análise do trabalho em si, mas deve incorporar outras dimensões como as motivações dos jovens, a perceção sobre a adequação de sua educação, a questão do rendimento e formas não tradicionais de ingressar no mercado de trabalho.

Dada a vastidão e complexidade do tema, a fase inicial de exploração focalizou-se na coleta de fontes bibliográficas e documentais, tanto qualitativas quanto quantitativas. Estes elementos foram cruzados com dados estatísticos para uma análise mais completa. A partir destas fontes, exploramos, delimitamos e esclarecemos diversos dados teóricos e empíricos, garantindo a sua representatividade, exaustividade, homogeneidade e relevância para o nosso estudo.

Posteriormente, optamos por conduzir um levantamento quantitativo de informações sobre o trabalho e a inserção profissional dos jovens. O objetivo não era apenas aprofundar a análise do fenómeno, mas também avaliar como os jovens percecionam as diferentes conexões do mercado de trabalho. Esta abordagem, além de ser um excelente recurso para analisar temas complexos, é também útil quando o universo de estudo é amplo, portanto, consideramos esta ferramenta vital para um entendimento mais abrangente do problema.

Na continuação desta secção, faremos uma breve caracterização dos inquiridos e dos aspetos técnicos envolvidos no processo de recolha dos dados a serem analisados.

As informações que recolhemos permitirão obter um conhecimento mais aprofundado das disfuncionalidades associadas a este mercado de trabalho, muitas das quais acreditamos serem consequência das diferentes conceções, atitudes e valores que os vários atores que nele participam possuem. Com base neste conhecimento, acreditamos que será possível melhorar a integração laboral e social dos jovens.

1.1. O Inquérito

Utilizamos um inquérito por questionário como instrumento de recolha de dados, formulando uma série de perguntas tanto relativas aos objetivos do estudo quanto à situação socioprofissional dos respondentes.

Na construção do questionário, antes de formular as perguntas, procuramos identificar um conjunto de dimensões teóricas e, para cada uma delas, estabelecemos um conjunto de indicadores que se alinhavam com os objetivos do estudo. Desta forma, definimos sete dimensões, a saber:

- Com a primeira dimensão pretendeu-se analisar a relação dos indivíduos com o trabalho, incluindo a perceção da satisfação no trabalho, o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal e a influência do trabalho na identidade e no bem-estar dos indivíduos. As perguntas do Módulo 1 enquadram-se nesta dimensão.
- Com a segunda dimensão procurou-se estudar a estrutura e as interações familiares, incluindo as práticas de socialização e os valores transmitidos através das gerações. As perguntas C1, C2, C3, C4, C6a e C7a refletem esta dimensão.
- A terceira dimensão, plasmada nas perguntas em D1, D2, D3 e D4, pretendeu explorar como a escola e a educação influenciam o desenvolvimento individual, as atitudes, valores e competências.
- Com a quarta pretendeu-se estudar o papel e a influência da religião na sociedade e na vida dos indivíduos. As perguntas em E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 e E1a, E2a, E3a e E4a exploram esta dimensão.

- A quinta dimensão teve como objetivo o estudo do lazer e do consumo, incluindo os hábitos de compras e as atitudes em relação ao lazer. As perguntas F1, F2, F3, F4, F5 e F6 refletem este objetivo.
- A sexta dimensão centrou-se na análise das questões sobre o nível de escolaridade dos pais (G6 e G7) de forma a permitir estudar a mobilidade social e a importância da educação nessa mobilidade.
- A sétima e última dimensão, plasmada nas perguntas G1, G2, G3, G4 e G5, explorou as questões sociodemográficas de forma a que, quando cruzadas com as demais perguntas do questionário, se alcançasse uma abordagem mais integrada de como os diferentes fatores socioculturais e institucionais moldam a experiência de trabalho dos jovens.

Poder-se-á dizer, assim, que este inquérito reflete, de certa forma, uma abordagem holística do trabalho, tendo em conta os vários fatores e dimensões da experiência humana.

O período da sua aplicação decorreu entre setembro e dezembro de 2021.

1.2. Definição do público-alvo e estruturação da amostra

1.2.1. População

A população-alvo para este estudo foi cuidadosamente delimitada, abrangendo todos os residentes do município de Braga, independentemente do sexo, que se enquadram na faixa etária compreendida entre os 20 e 30 anos. Esta escolha da população-alvo permitirá uma análise abrangente das questões relacionadas com o emprego juvenil, bem como com os desafios que essa faixa etária enfrenta, no contexto específico de Braga.

1.2.2. Método de Amostragem

Para a realização deste estudo, adotamos uma abordagem de recolha de dados que incluiu tanto o contacto presencial, quanto o online com os participantes. Inicialmente, conduzimos entrevistas presenciais com diversos jovens residentes no Município de Braga. Além disso, pedimos à Câmara Municipal de Braga e a várias Juntas de Freguesia do Município para divulgarem o questionário de forma a alcançar um público mais vasto. Solicitamos também a vários jovens que manifestaram interesse voluntário em participar na pesquisa que compartilhassem o questionário com os seus contactos de e-mail que estivessem dispostos a contribuir para o estudo. Desta forma, a composição da amostra obtida é não probabilística, uma vez que foi selecionada por conveniência e disponibilidade dos participantes.

Ao analisar os dados recolhidos por meio do inquérito presencial e da aplicação online, não se identificaram diferenças significativas entre estes dois métodos. Esta conclusão está em linha com estudos anteriores, como os de Hewson (2005), Vallejo et al. (2007), Spek et al. (2008), Campos (2010) entre outros, que também encontraram evidências de que as respostas obtidas por meio de aplicações online são equivalentes às obtidas em aplicações presenciais. Portanto, optamos por tratar os dados combinados, provenientes de ambas as fontes, como um conjunto coeso para análise e interpretação.

1.2.3. Amostra

Recebemos 520 questionários devidamente preenchidos. Dentro desse número, 406 atenderam aos critérios estabelecidos para identificar a população-alvo, ou seja, residir no Município de Braga e ter nascido entre 1990 e 2000.

O Quadro 1 ilustra a composição demográfica completa dos respondentes da nossa amostra, segmentada por variáveis como o sexo, idade, nível de escolaridade, escolaridade dos pais e rendimento líquido.

Quadro 1 – Características dos inquiridos %

Sexo	
Masculino	48
Feminino	52

Ano de nascimento										
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
12	6	8	7	12	6	8	11	7	11	12

Nível de escolaridade			
	Inquirido	Pai	Mãe
Nenhum	0	0	0
1º ciclo do básico	0	19	7
2º ciclo do básico	0	19	17
3º ciclo do básico	0	29	21
Secundário	49	13	35
Curso de Especialização Tecnológica	6	3	1
Licenciatura	28	11	16
Mestrado	16	5	3
Doutoramento	1	1	0

Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Em relação à idade dos participantes, estes têm entre 21 e 31 anos. Quanto à formação académica, o cenário é bastante diversificado tanto para os inquiridos quanto para os seus pais e mães. Entre os inquiridos, 49% completou o ensino secundário; 6% possui um curso de especialização tecnológica e 28% têm uma licenciatura. Há ainda 16% que detêm um título de mestrado e 1% alcançou o nível de doutoramento.

Quando observamos a formação dos pais, notamos que todos eles têm algum nível de escolaridade. A maioria dos pais tem o nível básico completo, representando 67% da totalidade. Apenas 13% dos pais têm o ensino secundário, enquanto 11% têm a licenciatura. Um número menor, 5%, alcançou o nível de mestrado e apenas 1% tem o doutoramento.

No que diz respeito às mães, 45% têm o ensino básico e 35% completou o secundário. A percentagem de mães com uma licenciatura é de 16%, enquanto 3% têm mestrado. Uma porção muito pequena, apenas 1%, completou um curso de especialização tecnológica e nenhuma alcançou o nível de doutoramento.

Em resumo, os inquiridos tendem a ter um nível de escolaridade mais elevado em comparação com os seus pais e mães, destacando uma evolução geracional na aquisição de formação académica.

2. OS JOVENS DE BRAGA: ASPIRAÇÕES E VIVÊNCIAS NO MERCADO LABORAL

2.1. Imagens da juventude

Como referimos no início desta obra, a juventude tem quase sempre apresentado duas faces: a da esperança e a da rebeldia. Estas duas faces retratam a ambiguidade deste grupo etário. Por um lado, tem sido vista quase sempre como uma ameaça ao mundo estabelecido, perante a qual se sentiu a necessidade de a reconduzir e orientar; por outro lado, representou a energia que as pessoas mais velhas perderam para começar ou relançar as suas vidas, sem a qual o mundo não poderia renovar-se, precipitando-se em direção à sua decadência (Arendt, 2003). Ao longo da modernidade, a primeira destas duas faces foi-se atenuando e a imagem da juventude deixou de representar uma ameaça, para se identificar com a renovação necessária de um mundo que as gerações anteriores teriam deixado em mau estado. Esta imagem da juventude estava ligada à ideia de progresso associada à primeira fase da modernidade (Bury, 2009). De facto, os jovens representavam uma esperança para a sociedade e como essa esperança se projetava para o futuro, não precisava de se ancorar em nenhuma tradição anterior ligada às gerações presentes.

Em países como Portugal, que chegaram mais tarde à modernidade, a esperança depositada na juventude manifestou-se especialmente por ocasião da Revolução dos Cravos, que simbolizava a chegada de uma nova era que rompia com tudo o que a ante-

rior tinha de mau. Os jovens eram, sem dúvida, um símbolo de tudo isso, a face mais otimista de um futuro aberto e promissor.

Com o passar do tempo, este otimismo foi-se perdendo, mas não se abandonou a imagem de uma juventude destinada a iniciar uma nova era livre de qualquer herança anterior. A perda do otimismo significou que se falasse de uma juventude em permanente crise, causada pela precariedade em que vive (Nada et al., 2022; Tavares et al., 2021). De facto, parece que diferentes gerações de jovens não escaparam a esta crise por mais de quatro décadas. E, ainda assim, muitas análises os descrevem como hedonistas e vitalistas (Pais, 2019). É como se os jovens, que estavam destinados a viver plenamente, fossem arrastados para uma situação causada por outros, da qual são apenas as principais vítimas.

A investigação que realizámos sobre a situação laboral dos jovens de Braga afasta-se desta imagem dicotómica, mostrando a juventude com um vitalismo hedonista, mas também com uma atitude resignada e frustrada. Como se verá a seguir, a realidade desta juventude não se encaixa num esquema tão simples.

Antes de nos debruçarmos sobre a análise desta realidade, descreveremos, em primeiro lugar, as características demográficas da juventude bracarense.

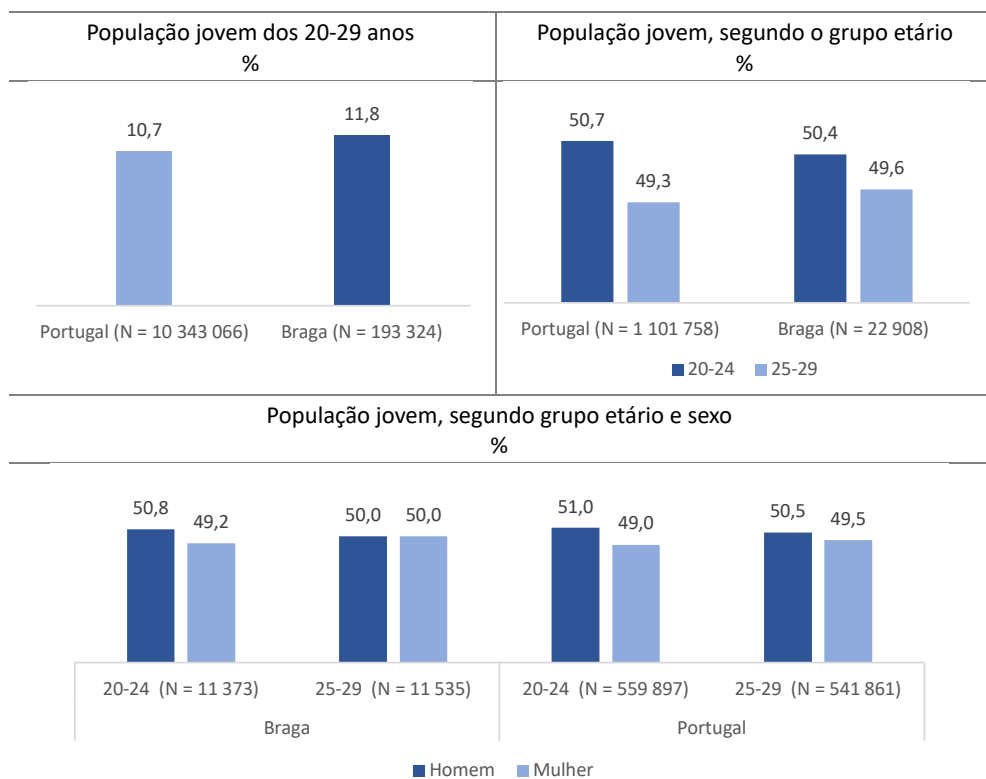
2.2. A juventude do Braga em números

Segundo os Censos 2021, Braga foi o município do país que registou o maior crescimento no número de habitantes, perfazendo agora um total de 193.324 cidadãos residentes. Estes números equivalem a um crescimento de 6,5% face aos dados obtidos nos anteriores Censos de 2011.

Considerado um dos Municípios mais jovens do país, Braga conta com 60.264 residentes com idades até aos 29 anos. Segundo os dados recolhidos nos Censos 2021, Braga tem uma percentagem de 11,8% de população jovem dos 20-29 anos entre os seus residentes, uma proporção que é mais alta que a verificada no país (10,7%) (Cf.: G.1).

Se dividirmos o total dos jovens de Braga nos grupos etários dos 20-24 e os 25-29 anos, vemos que o primeiro apresenta um número maior de indivíduos do que o segundo (50,4% e 49,6%, respetivamente), embora com uma diferença pouco expressiva. Tendência que se verifica também nos mesmos grupos etários quando analisados os dados relativos à população jovem de Portugal. Esta mesma propensão é transversal quando analisada a população jovem segundo o sexo, ou seja, a proporção de homens ou mulheres nos grupos etários dos 20-24 anos e dos 25-29 anos é muito idêntica, tanto em Braga como em Portugal (Cf.: G.1).

Gráfico 1 – População jovem segundo o grupo etário e sexo

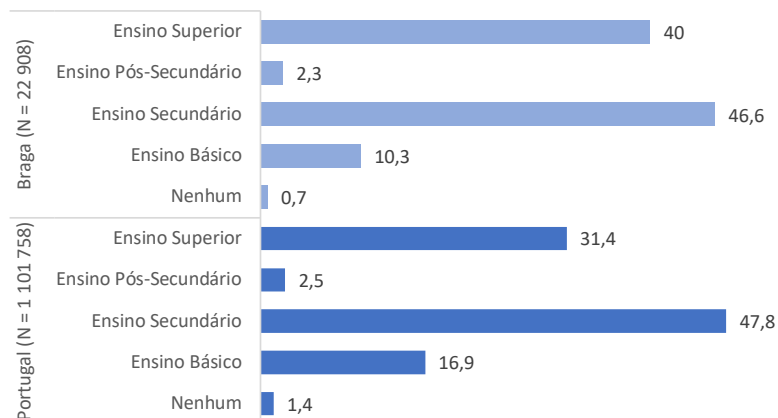


Fonte: INE, Censos 2021.

A partir desta realidade, e tendo em conta que as diferenças existentes entre estes dois grupos etários não são expressivas, procederemos à análise dos dados recolhidos dos Censos 2021, segundo o grupo etário dos 20-29 anos.

Ao analisarmos o nível de escolaridade da **população jovem de Braga** vemos que 5 em cada 10 jovens dos 20-29 anos concluiu a escolaridade obrigatória, ou seja, o Ensino Secundário (46,6%), por sua vez, 4 em cada 10 tem o Ensino Superior (40%). Apenas 1 em cada 10 apresenta um nível de escolaridade muito baixo, nomeadamente o Ensino Básico (10,3%) ou refere nunca ter estudado (0,7%) (Cf.: G.2).

Os dados da população jovem portuguesa evidenciam ligeiras diferenças: são menos aqueles que concluíram o Ensino Superior, representando apenas 3 em cada 10 jovens dos 20-29 anos (31,4%) e são 2 em cada 10 os que dizem ter o Ensino Básico ou nenhum estudo (16,9% e 1,4%, respetivamente), realidade que permite perceber que os jovens de Braga apresentam, em média, níveis ligeiramente mais altos de escolaridade (Cf.: G.2).

Gráfico 2 – População jovem dos 20-29 anos, segundo nível de escolaridade

Fonte: INE, Censos 2021.

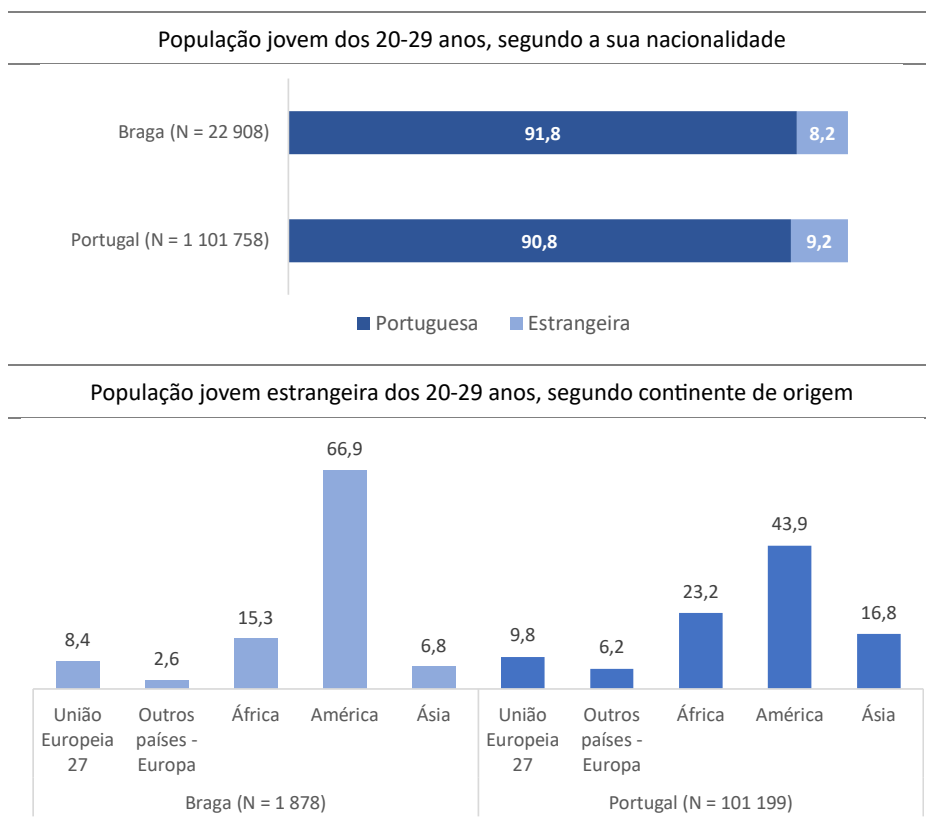
Entre os *jovens dos 20-29 anos que residem em Braga*, cerca de **8% é de nacionalidade estrangeira**, destes 66,9% provêm do continente americano, sendo quase a totalidade de nacionalidade brasileira, realidade que é transversal às demais gerações de residentes estrangeiros a viver em Braga; os jovens provenientes de África representam o segundo maior grupo de residentes estrangeiros em Braga (15,3%), seguidos de jovens oriundos de países da União Europeia (8,4%) e dos do continente asiático (6,8%) (Cf.: G.3).

Quando comparado com a nacionalidade da *população jovem portuguesa* em geral, vemos que há ligeiras diferenças. Os *jovens estrangeiros* representam 9,2% da população jovem total, sendo as suas proveniências mais divididas entre os diferentes continentes, destacando-se da mesma forma os jovens provenientes do continente americano (43,9%) que, na sua maioria, são também de nacionalidade brasileira (Cf.: G.3).

Segundo os Censos 2021, 6 em cada 10 jovens com 20-29 anos a residir em Braga está a trabalhar (59,2%), 2 em cada 10 a estudar (23,4%) e 1 em cada 10 está desempregado (7,9%). É uma realidade que se aproxima da dos jovens portugueses (Cf.: G.4).

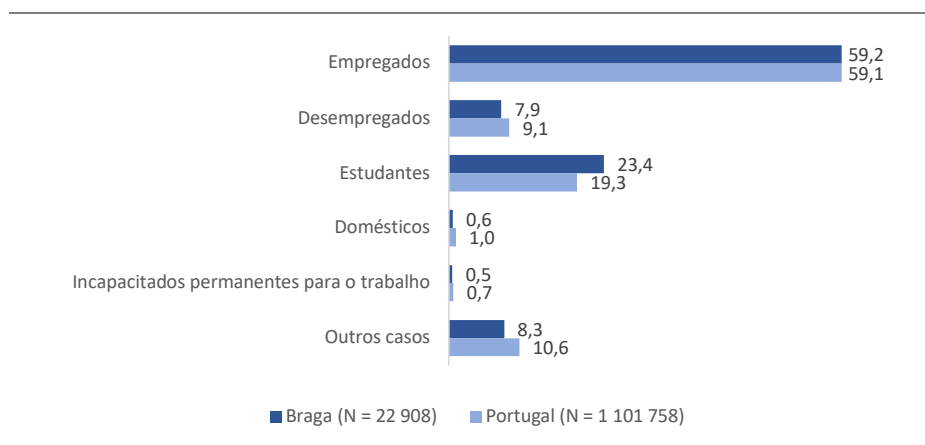
São várias as fontes de rendimento dos jovens bracarenses nesta faixa etária. A maioria provém do trabalho (58,1%) e uma parte ainda significativa depende financeiramente da família (30,8%), o que não surpreende, tendo em conta que muitos jovens ainda se encontram a estudar ou estão desempregados. Na verdade, segundo os Censos 2021, nem todos os que afirmam estar desempregados (7,9%) recebem o subsídio de desemprego, dado que apenas 2,3% dos jovens refere ter esse subsídio como fonte de rendimento (Cf.: G.4 e G.5).

Gráfico 3 – População jovem segundo nacionalidade e continente de origem



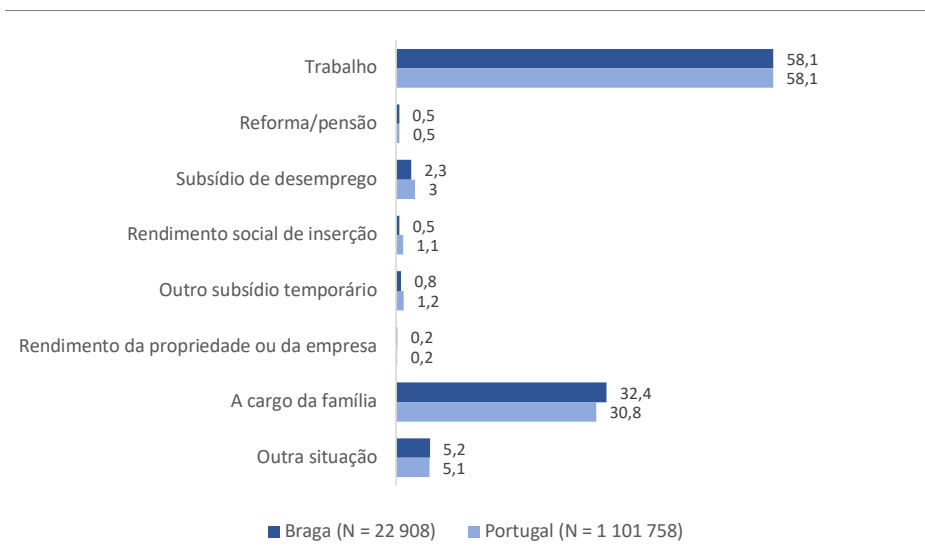
Fonte: INE, Censos 2021.

Gráfico 4 – População jovem dos 20-29 anos, segundo condição perante o trabalho



Fonte: INE, Censos 2021.

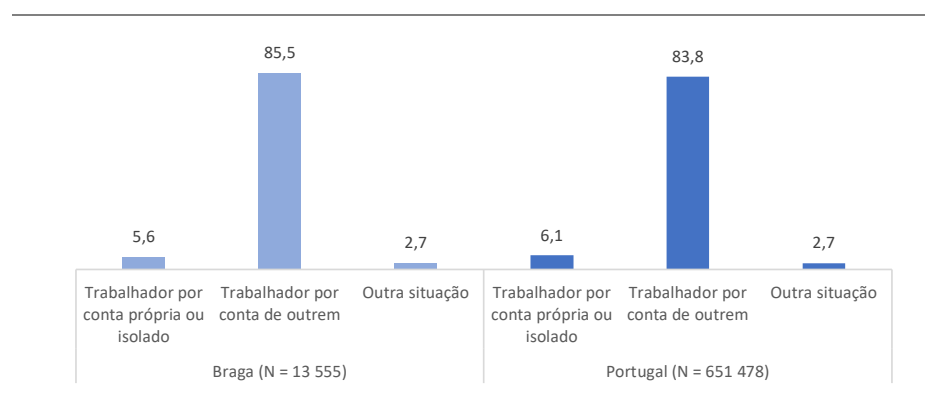
Gráfico 5 – População jovem dos 20-29 anos, segundo fonte de rendimento



Fonte: INE, Censos 2021.

Dos jovens residentes em Braga que dizem ter um emprego, 9 em cada 10 trabalha por conta de outrem (85,5%), tendência idêntica quando analisado o mesmo grupo etário a nível nacional (83,8%). São poucos os jovens dos 20-29 anos, tanto em Braga como a nível nacional, que trabalha por conta própria (5,6% e 6,1%, respetivamente) (Cf.: G.6.).

Gráfico 6 – População empregada jovem dos 20-29 anos, segundo a situação na profissão

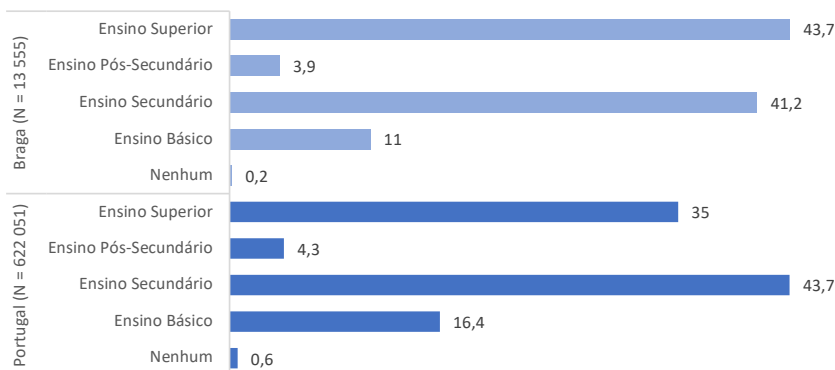


Fonte: INE, Censos 2021.

Dos cerca de 60% dos jovens de Braga que diz estar empregado, 4 em cada 10 tem o Ensino Secundário (41,2%) e outros 4 o Ensino Superior (43,7%), os demais apre-

sentam níveis de escolaridade mais baixos. Se observarmos a escolaridade dos jovens empregados dos 20-29 anos *a nível nacional* verifica-se uma diferença sobretudo entre os que têm o Ensino Superior, apresentando uma média inferior à do município de Braga, ou seja, os jovens empregados residentes em Braga apresentam um nível de escolaridade mais alto do que a média nacional, ou seja, 43,7% e 35%, respetivamente (Cf.: G.7.).

Gráfico 7 – População empregada jovem dos 20-29 anos, segundo o nível de escolaridade

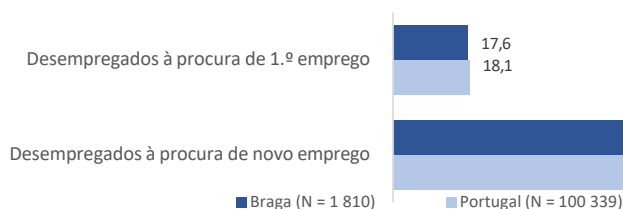


Fonte: INE, Censos 2021.

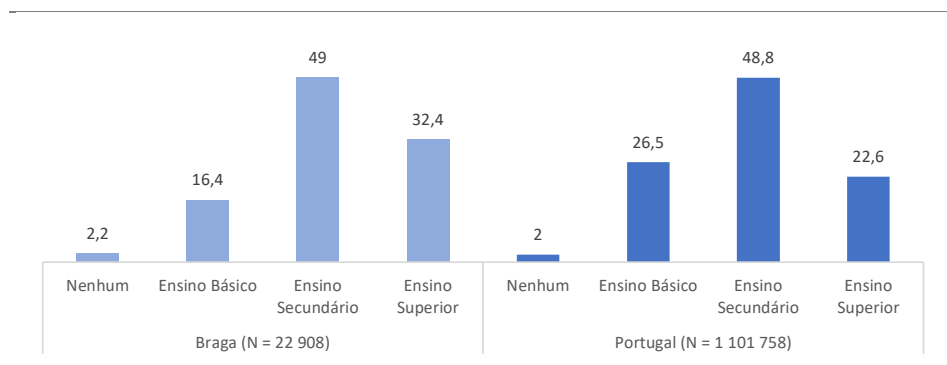
Dos 7,9% jovens bracarense que referiram estar *desempregados*, a maioria está à procura de um novo emprego, ou seja, 8 em cada 10 jovens que estão desempregados já tiveram algum emprego e procuram novo emprego (82,4%), seguindo a mesma tendência dos jovens *a nível nacional* (81,9%). Por sua vez, 2 em cada 10 jovens que se encontra desempregado *nunca teve qualquer atividade profissional* e encontra-se à procura do 1º emprego, tanto em Braga como a nível nacional (17,6 % e 18,1%, respetivamente) (Cf.: G. 8.).

Observando o nível de escolaridade destes jovens, verifica-se que, em Braga, 5 em cada 10 dos jovens desempregados entre os 20 e os 29 anos têm o Ensino Secundário (49%) e 3 em cada 10 possuem o Ensino Superior (32,4%) (Cf.: G. 9).

Gráfico 8 – População jovem dos 20-29 anos, segundo situação no desemprego



Fonte: INE, Censos 2021.

Gráfico 9 – População desempregada jovem dos 20-29 anos, segundo o nível de escolaridade

Fonte: INE, Censos 2021.

2.3. A situação do emprego e a cultura do trabalho dos jovens de Braga

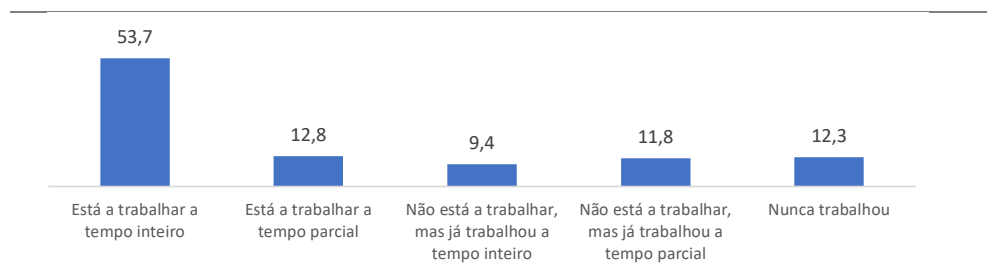
Analisando a *situação perante o trabalho* dos jovens inquiridos de Braga, verifica-se que a maioria dos jovens entre os 21 e 31 anos refere *estar a trabalhar a tempo inteiro* (53,7%), os demais encontram-se em situações diversas: 12,3% diz *nunca ter trabalhado*, enquanto 12,8% diz *estar a trabalhar a tempo parcial*; 9,4% *não está a trabalhar, mas já teve um trabalho a tempo inteiro* e 11,9% *não está a trabalhar, mas já teve um trabalho a tempo parcial* (Cf.: G.10).

Se tivermos em conta o sexo dos inquiridos, percebemos que a realidade é muito próxima entre homens e mulheres, embora os inquiridos do sexo masculino apresentem percentagens mais altas de experiência de trabalho, já que 93,8% destes referiram que *estão a trabalhar ou embora não estejam a trabalhar, já o fizeram no passado*, conta 82,1% das jovens mulheres (Cf.: G.10).

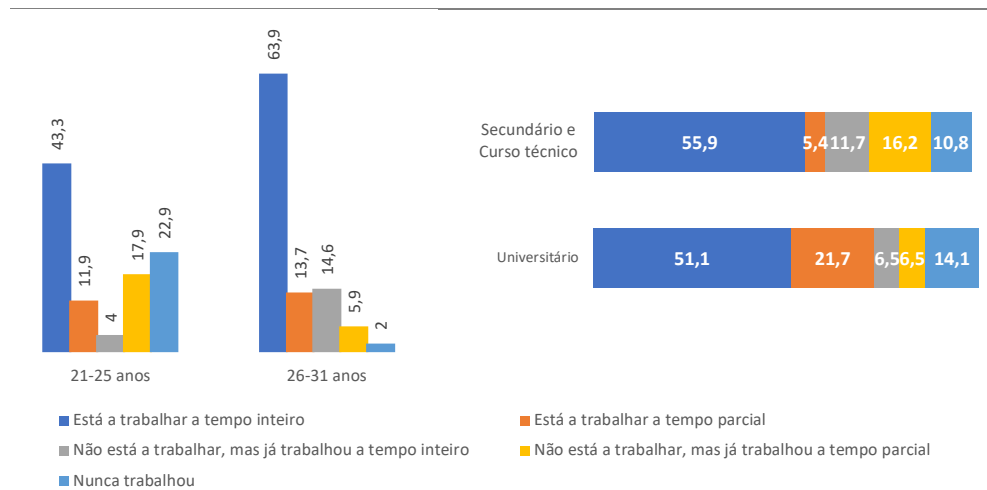
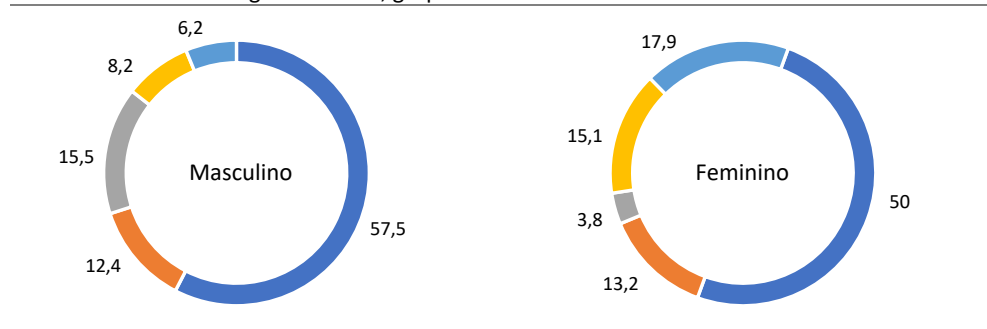
Ao analisar a mesma situação tendo em conta os dois grupos etários dos jovens inquiridos, vemos que, tal como seria expectável, os jovens do grupo etário mais velho (26-31 anos) apresentam maior experiência de trabalho do que o grupo dos mais novos (21-25 anos), pois, 77,6% daqueles diz estar a trabalhar (66,9% diz *estar a trabalhar a tempo inteiro* e 13,7% *a tempo parcial*) contra os 55,2% do grupo etário mais jovem (43,3% e 11,9%, respetivamente). Não é de estranhar que entre o grupo etário mais jovem haja uma percentagem significativa que refere *nunca ter trabalhado* (22,9%), já que alguns deles ainda se encontram em idade escolar, de um modo especial no ensino superior. Há, no entanto, 2% dos jovens entre os 26-31 anos que refere *nunca ter trabalhado*, não obstante ser uma percentagem baixa, representa alguma preocupação, dado que se trata de uma idade ativa e de grande importância para a vida pessoal e profissional de um jovem (Cf.: G.10).

Se observarmos os dados relativos à escolaridade daqueles que dizem estar a trabalhar verificamos que os jovens que têm o *ensino superior* evidenciam maior atividade profissional do que os que apresentam o *ensino secundário ou técnico* (72,8% e 61,3%, respetivamente). No entanto, são estes últimos que manifestam ter um trabalho mais estável, já que 55,9% destes jovens com o *ensino secundário ou técnico* dizem ter um *trabalho a tempo inteiro*, contra os 51,1% dos jovens com o ensino superior (Cf.: G.10).

Gráfico 10 – Situação perante o trabalho (%)



Segundo o sexo, grupo etário e nível de escolaridade



Fonte: INE, Censos 2021.

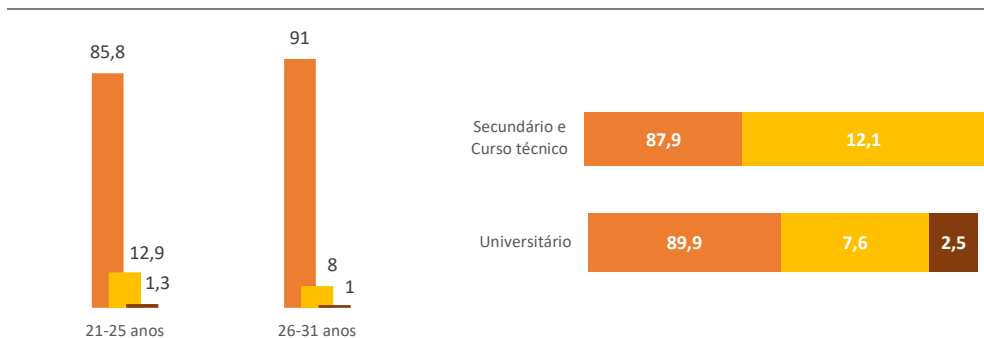
A maioria dos jovens inquiridos que dizem *estar a trabalhar ou já terem trabalhado* referem que *trabalham ou trabalharam por conta de outrem* (88,6%), sendo que são as *jovens do sexo feminino* as que apresentam maior prevalência neste tipo de trabalho (97,7%), enquanto que entre os homens este tipo de trabalho representa 80,2%. Apenas 10,3% dos jovens diz trabalhar ou ter trabalhado *por conta própria* e 1,1% está ou esteve empregado *num negócio ou empresa da família* (Cf. G.11).

Não há grande diferença quando observamos o tipo de trabalho tendo em conta os grupos etários, pois prevalece em ambos o *trabalho por conta de outrem*. O mesmo acontece entre os jovens com diferentes níveis de escolaridade (Cf. G.11).

Gráfico 11 – Tipo de trabalho (%)



Segundo o sexo, grupo etário e nível de escolaridade



■ Trabalhador por conta de outrem ■ Trabalhador por conta própria ■ Trabalhador negócio/empresa da família

Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

O Gráfico 12 permite-nos perceber que tipo de contrato têm ou tiveram os jovens trabalhadores: 6 em cada 10 jovens diz ter um *contrato de duração ilimitada*, evidenciando alguma estabilidade profissional, 3 em cada 10 refere que o tipo de *contrato que tem é limitado* e 1 em cada 10 diz *não ter qualquer tipo de contrato de trabalho*. Esta realidade é transversal aos jovens dos diferentes sexos, não havendo diferenças entre eles. No entanto, o mesmo não acontece entre os dois grupos etários, sobretudo no que se refere ao trabalho com contrato limitado ou sem qualquer tipo de contrato, havendo duas realidades que importa destacar: em primeiro lugar, 2 em cada 10 jovens dos 21-25 anos (23,2%) diz não ter qualquer tipo de contrato, enquanto que entre os mais velhos representam apenas 2%, realidade que deixa transparecer alguma instabilidade profissional entre os mais jovens; por sua vez, 4 em cada 10 jovens entre os jovens dos 26-31 anos diz ter um contrato de duração limitada, sendo um número preocupante tendo em conta que se encontram numa fase de maior necessidade de organização pessoal e familiar e este tipo de contrato evidencia uma precariedade profissional (Cf.: G. 12).

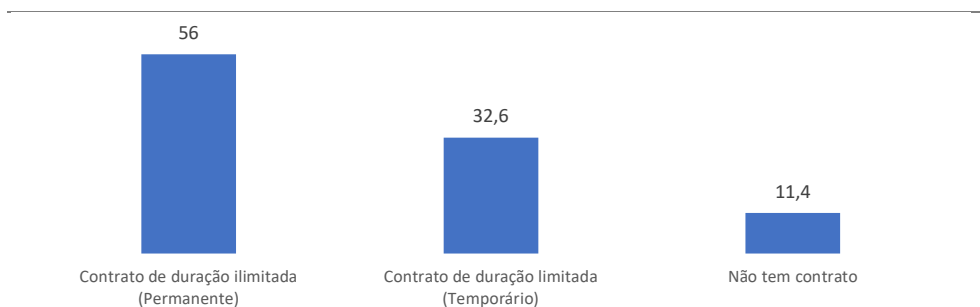
Curiosamente, os jovens inquiridos com escolaridade mais baixa, ou seja, com o *ensino secundário e técnico*, têm maior percentagem de *contratos de duração ilimitada*, representando 62,6%; por sua vez, os jovens com o *ensino superior* têm menor incidência neste tipo de contrato, com apenas 48,1%, sendo 41,8% os que referem ter *contratos de duração limitada*. Esta realidade deixa-nos perceber que ter escolaridade mais alta não significa ter maior estabilidade profissional Cf.: G. 12).

É no *setor privado*, de um modo particular nas empresas, que está ou esteve empregada a maioria dos jovens inquiridos, representando 7 em cada 10 dos jovens de Braga (66,1%). Por sua vez, 2 em cada 10 (18,4%) está ou esteve empregado no *setor da Administração Pública*, seja no governo central ou local, em setores como a educação, saúde ou outros ou em empresas do Estado. Se tivermos em conta as diferenças entre os sexos, são os jovens do *sexo masculino* os que se destacam mais no setor privado, representando 83,5% dos seus locais de trabalho, contra 47,7% das jovens do *sexo feminino* que dizem trabalhar neste setor profissional. É entre as jovens mulheres que há maior diversidade de locais de trabalho, destacando-se as 22,7% que referem trabalhar para setores da *Administração Pública*, que não no governo central ou local (Cf.: G 13).

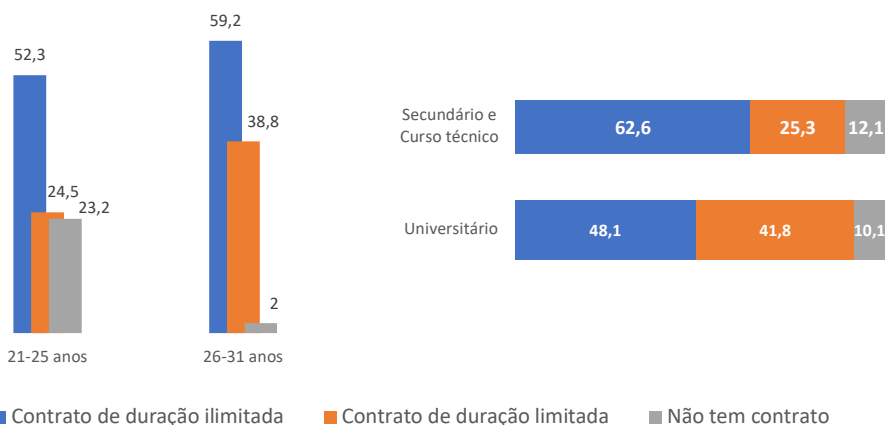
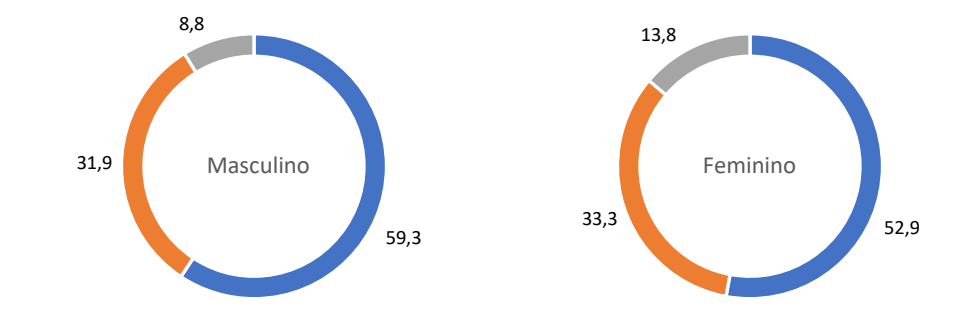
Verifica-se uma tendência semelhante quando analisamos o local de trabalho por grupo etário, sendo que, em ambos os grupos, é o setor privado que prevalece como o setor que mais emprega os jovens de Braga. Mas há algumas diferenças quando analisamos esta questão tendo em conta a *escolaridade* dos jovens, já que são os jovens com o nível *secundário ou o curso técnico* os que mais trabalham no *setor privado*, representando 74,7% destes, enquanto que, entre os jovens com o *ensino superior*, este tipo de trabalho, não obstante representar a maioria, com 55,1%, não tem tanta incidência como nos anteriores. Estes têm maior prevalência de trabalhos em setores públicos, seja em trabalhos do *governo central ou local, em setores da Administração Pública ou em*

empresas do Estado, representando 33,3% do total de locais de trabalho. São apenas 6,6% os jovens com o *ensino secundário ou técnico* que dizem trabalhar ou ter trabalhado em setores da Administração Pública (Cf.: G 13).

Gráfico 12 – Tipo de contrato de trabalho (%)

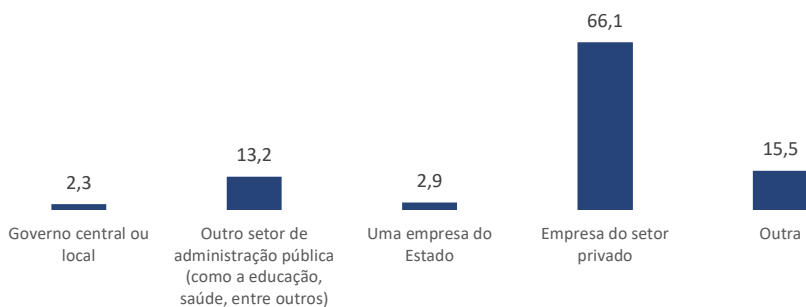


Segundo o sexo, grupo etário e nível de escolaridade

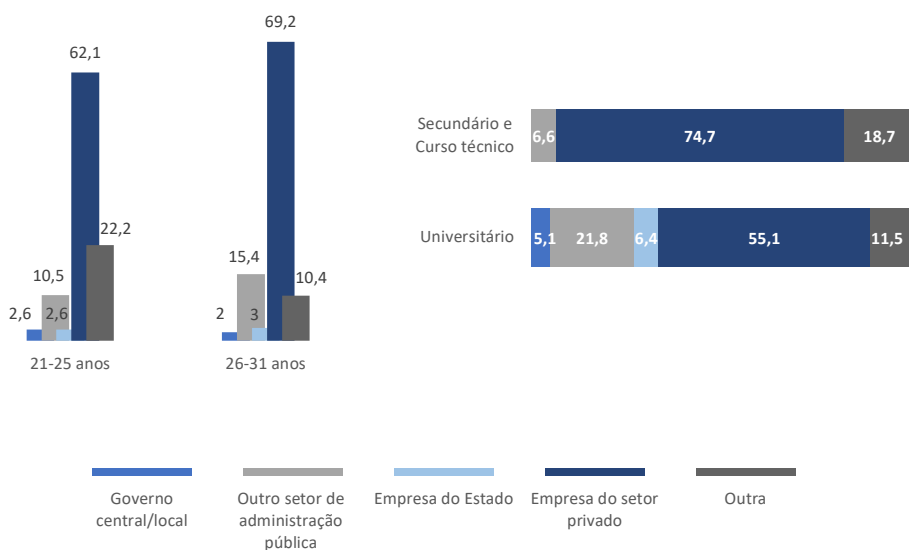
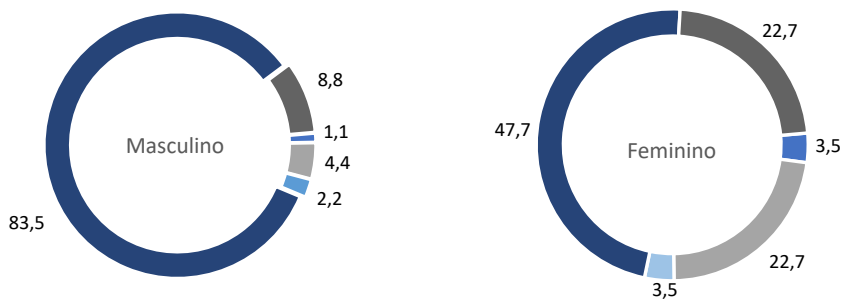


Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Gráfico 13 – A organização/empresa para quem trabalha ou trabalhava (%)



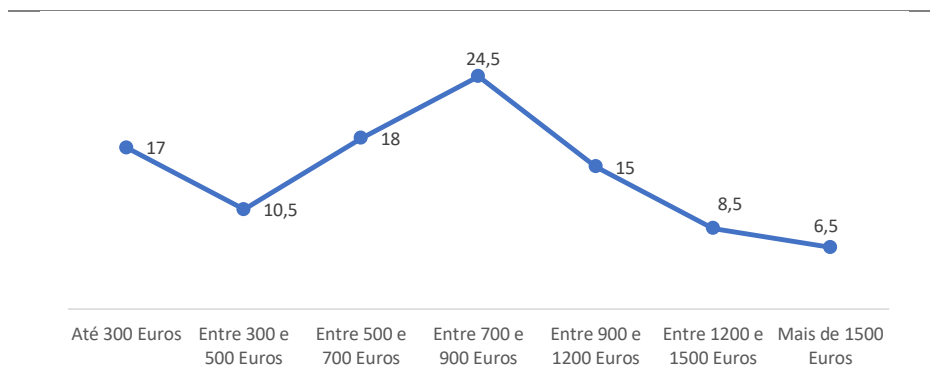
Segundo o sexo, grupo etário e nível de escolaridade



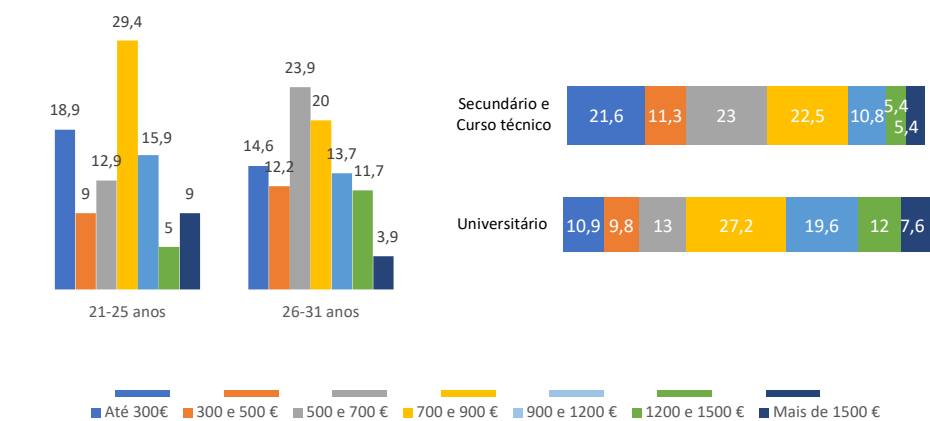
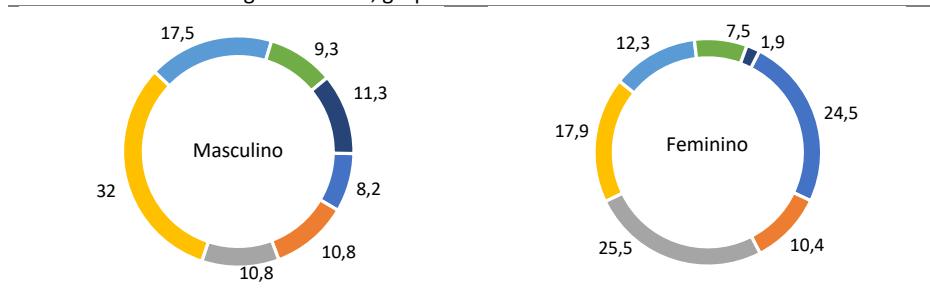
Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Ao observarmos os rendimentos que os jovens inquiridos afirmam auferir no trabalho atual ou em empregos anteriores, verifica-se que 7 em cada 10 recebem ou receberam rendimentos abaixo dos 900€ mensais e 3 em cada 10 recebem mais de 900€, nomeadamente: 15% recebem entre 900€ e 1200€; 8,5% entre 1200€ e 1500€; e 6,5% auferem rendimentos acima dos 1500€ (Cf.: G. 14).

Gráfico 14 – Rendimentos dos jovens (%)



Segundo o sexo, grupo etário e nível de escolaridade



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

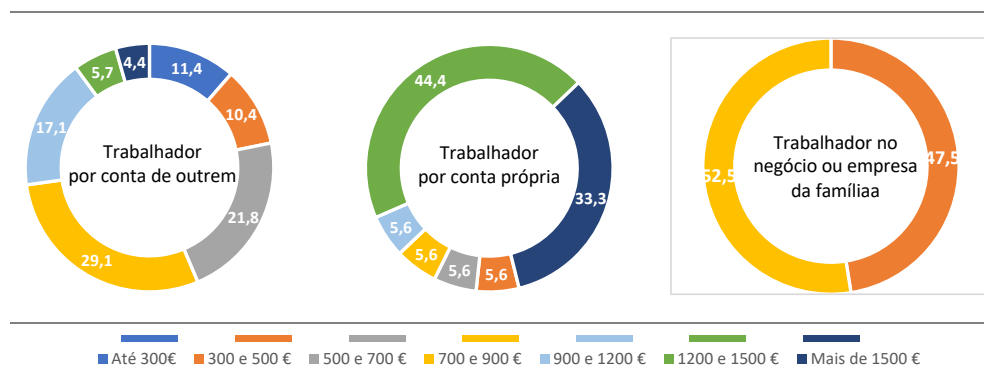
São as jovens do sexo feminino as que, em geral, apresentam rendimentos mais baixos, pois 8 em cada 10 refere receber *rendimentos abaixo dos 900€* (24,5% até 300€; 10,4% entre 300€ e 500€; 25,5% entre 500€ e 700€ e 17,9% entre 700€ e 900€), contra os 6 em cada 10 jovens do sexo masculino (8,2% até 300€; 10,8% entre 300€ e 500€; 10,8% entre 500€ e 700€ e 32% entre 700€ e 900€). São também estes os que apresentam rendimentos mais altos, nomeadamente mais de 1500€, representando 11,3% dos jovens do sexo masculino, enquanto entre as jovens do sexo feminino representaram apenas 1,9%.

O mesmo não acontece quando analisamos os rendimentos dos jovens segundo os grupos etários, pois tanto os *jovens dos 21-25 anos* como os de *26-31 anos* referem maioritariamente receber *rendimentos abaixo dos 900€* (70,2% e 70,7%, respetivamente), não obstante haver pequenas diferenças nos diferentes escalões deste grupo de rendimentos.

No entanto, os jovens com o *ensino universitário* apresentam rendimentos ligeiramente superiores aos jovens com o ensino secundário ou técnico (39,2% e 21,6%, respetivamente, dizem receber *rendimentos acima dos 900€*) Cf. G.14).

O rendimento mensal é significativamente mais baixo entre os jovens que afirmam *trabalhar por conta de outrem*: 72,7% refere auferir menos de 900€ mensais. Em contraste, os jovens que *trabalham por conta própria* apresentam rendimentos superiores, com 74,7% a receber mais de 900€: 44,4% entre 1200€ e 1500€ e 33,3% acima de 1500€. Quanto aos jovens que *trabalham no negócio ou emprego familiar*, todos apresentam rendimentos baixos: 45,5% entre 300€ e 500€ e 52,5% entre 700€ e 900€ (Cf.: G. 15).

Gráfico 15 – Rendimentos dos jovens, segundo tipo de trabalho (%)



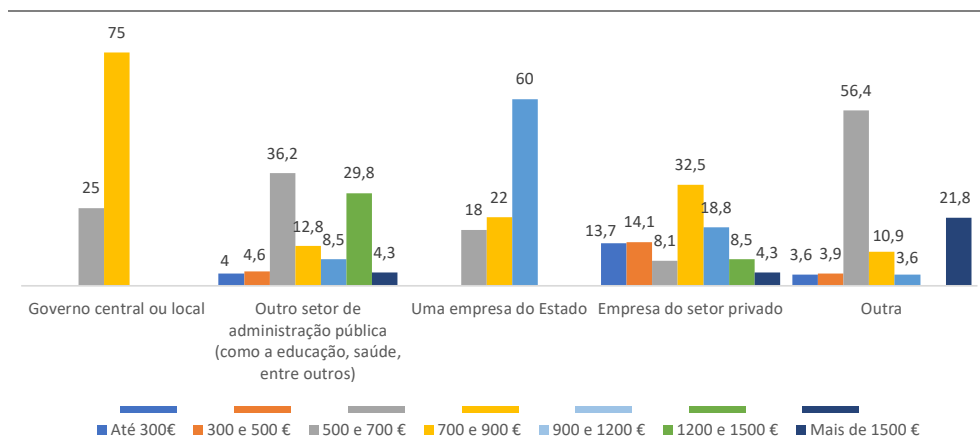
Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Observando o Gráfico 16, que fornece informação sobre o tipo de rendimentos dos jovens tendo em conta o local onde trabalham, verifica-se que, de um modo geral, os vencimentos são baixos em todos os serviços, sejam públicos ou privados, uma vez que

a maioria dos jovens que trabalha ou trabalhou nesses setores afirma auferir rendimentos abaixo dos 900€ mensais: a totalidade dos jovens que trabalham ou trabalharam no Governo central ou local recebe entre 500€ e 900€; 6 em cada 10 que trabalham ou trabalharam em setores da administração pública auferem entre 300€ e 900€; e 7 em cada 10 que trabalham ou trabalharam em empresas do setor privado recebem entre 300€ e 900€ mensais.

Apresenta-se como exceção as empresas do Estado que, na sua maioria, conferem salários mais altos, já que 6 em cada 10 jovens que dizem trabalhar ou ter trabalhado nestas entidades auferem rendimentos mensais entre os 900€ e 1200€. Importa salientar que há uma parcela significativa de jovens que trabalham em setores da administração pública, cerca de 42,4%, ou seja, 4 em cada 10, que dizem auferir de rendimentos mensais acima dos 900€, nomeadamente: 8,5% entre os 900€ e 1200€; 29,8% entre 1200€ e 1500€ e 4,3% mais do que 1500€ (Cf. G.16).

Gráfico 16 – Rendimentos dos jovens, segundo entidade empregadora (%)



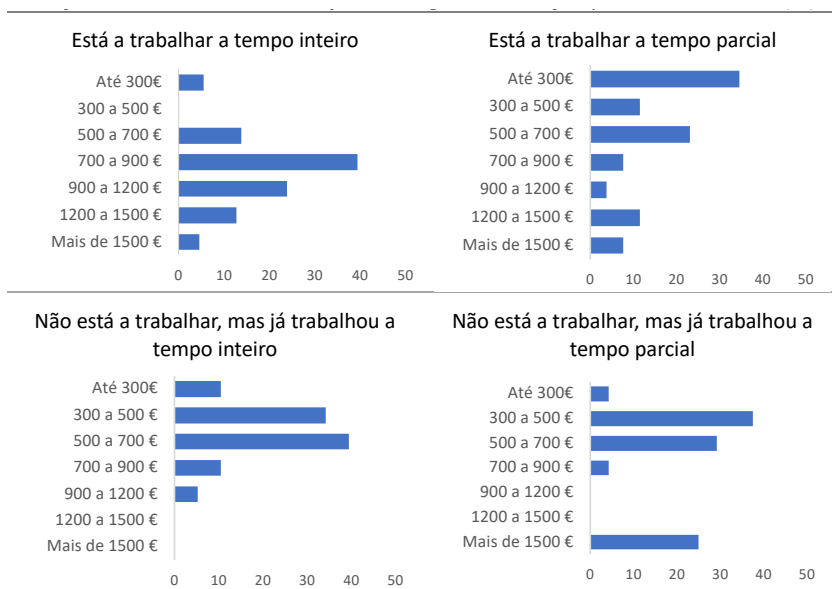
Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Na verdade, e como é natural, os rendimentos mensais dos jovens inquiridos mudam substancialmente de acordo com a condição de trabalho que estes têm. Para analisar este ponto, importa recordar a informação apresentada no Gráfico 10, em que constatamos qual a situação perante o trabalho dos jovens inquiridos: 53,7% diz estar atualmente a *trabalhar a tempo inteiro* e 12,8% a *tempo parcial*; 9,4% *não está atualmente a trabalhar, mas já trabalhou a tempo inteiro* e 11,8% *não está atualmente a trabalhar, mas já trabalhou a tempo parcial*.

O Gráfico 17 permite-nos perceber que os jovens que se encontram atualmente a *trabalhar a tempo inteiro*, em média, apresentam rendimentos substancialmente mais altos, já que, 4 em cada 10 dos jovens que diz ter atualmente um trabalho com um contrato a tempo inteiro (40,7%) refere auferir mais de 900€ de rendimento mensal (23,9% recebe entre 900€ e 1200€; 12,8% entre 1200€ e 1500€ e 4,6% mais de

1500€), contra os 5,3% dos jovens que não estão atualmente a trabalhar, mas que tiveram no passado este tipo de contrato. Importa, no entanto, salientar que, não obstante se verificar essa diferença de rendimentos entre o passado e o presente, os rendimentos mensais da maioria dos jovens que trabalha atualmente a tempo inteiro são baixos, já que 6 em cada 10 (58,7%) dizem auferir rendimentos mensais abaixo dos 900€ (39,4% entre 700€ e 900€; 13,8% entre 500€ e 700€ e 5,5% até 300€), o que confirma a realidade de que os jovens de Braga, à imagem do que acontece a nível nacional (Sagnier et al., 2021), não obstante terem no presente níveis de escolaridade mais altos que os jovens das gerações anteriores, continuam a auferir de rendimentos substancialmente baixos, que não acompanham a subida dos níveis de escolaridade, vivendo assim uma situação profissional precária.

Gráfico 17 – Rendimentos dos jovens, segundo condição perante o trabalho (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Os dados apresentados até este momento permitem-nos compreender a dimensão do trabalho jovem em vertentes mais estruturais, nomeadamente, o tipo de trabalho e vínculo com as entidades empregadoras, os locais de trabalho e o rendimento auferido nestes locais, no entanto, importa também compreender a forma como os jovens se sentem e avaliam o trabalho e o impacto que este tem nas suas vidas.

O Gráfico 18 evidencia as qualidades que os jovens valorizam na vida profissional, quer estejam a trabalhar no presente ou não. Não obstante não haver nenhuma qualidade que se destaque de forma significativa, é a *independência e autonomia que foi concedida no trabalho* a qualidade que os jovens mais destacam, com 23%; seguida dos 15% que destacaram a *segurança e estabilidade que o trabalho lhe deu*, por sua vez,

14,7% destaca como qualidade o facto de *ter conseguido o dinheiro necessário para o aplicar noutras áreas da vida*. Estas opções deixam transparecer valores como a autonomia, estabilidade e realização financeira como os mais importantes para os jovens na sua atividade profissional.

Em oposição a estas qualidades, embora sem diferenças muito expressivas, encontram-se, como menos valorizadas por parte dos jovens inquiridos, qualidades no trabalho como *ter permitido ser uma pessoa honesta e respeitada, reconhecida pelos outros* (4,4%) e *ter possibilitado fazer o que sempre gostou e assim realizar-se* (6,9%).

Quando analisadas as escolhas dos jovens de diferentes sexos, não se verificam diferenças expressivas, no entanto, ainda que com diferenças de valores pouco significativas, as jovens mulheres valorizam menos do que os jovens homens a dimensão financeira, nomeadamente *o dinheiro conseguido para o aplicar noutras áreas da vida* (11,1% e 18,1%, respetivamente) e valorizam mais *os colegas com quem trabalham* (12,1% e 7,9%, respetivamente).

Também não há grandes diferenças entre as qualidades priorizadas pelos jovens de diferentes idades, no entanto, os jovens mais velhos (26 aos 31 anos) dão menos destaque ao *dinheiro conseguido para o aplicar noutras áreas da vida* do que os mais jovens (21-25 anos), 12,4% e 17,6%, respetivamente, atribuindo mais valor à oportunidade que o trabalho lhes deu de melhorar as suas vidas e a das suas famílias (12,4% e 6,5%, respetivamente).

Por sua vez, as diferenças de escolaridade não produzem grandes diferenças quanto às qualidades destacadas entre os jovens, pois quer tenham o ensino secundário/técnico ou o ensino superior, os jovens mantêm as mesmas prioridades de valores face ao trabalho, embora com relevos diferentes, já que os jovens com ensino universitário valorizam em segundo lugar o *dinheiro conseguido para o aplicar noutras áreas da vida* e só depois a *segurança e estabilidade que o trabalho lhe deu* (17,3% e 10,5%, respetivamente (Cf.: G. 18).

Os *colegas* são aqueles que os jovens mais valorizam ou valorizavam no seu local de trabalho (59%) e só depois *os seus chefes* ou *outras pessoas* (19,8% e 9,9%, respetivamente). No entanto, há 11,3% dos jovens inquiridos que não destaca ninguém em especial como importante no seu trabalho, deixando transparecer alguma falta de relação e de identidade com o seu ambiente de trabalho (Cf.: G. 19).

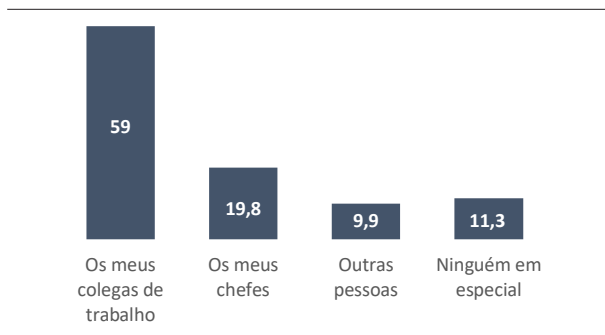
A importância atribuída aos *colegas do local de trabalho* é reforçada entre os jovens que têm experiência de trabalho, pois 6 em cada 10 referem que estes são uma parte importante do seu dia trabalho: 35,4% refere que *o seu trabalho implica o relacionamento com os meus colegas* e 20,6% diz que *enquanto trabalha, interage com os colegas*. São poucos os jovens que desvalorizam a relação social do trabalho nas suas vidas, já que apenas 2 em cada 10 não lhes atribui importância: 7,4% diz estar *focado no seu trabalho, num horário fixo, dificilmente interage com alguém* e 12% que só *ocasionalmente, quando as suas ocupações permitiam, parava o trabalho e conversava um pouco com quem por ali estivesse* (Cf.: G. 20).

Gráfico 18 – Qualidades mais importantes que valoriza na vida profissional do presente ou do passado (%)

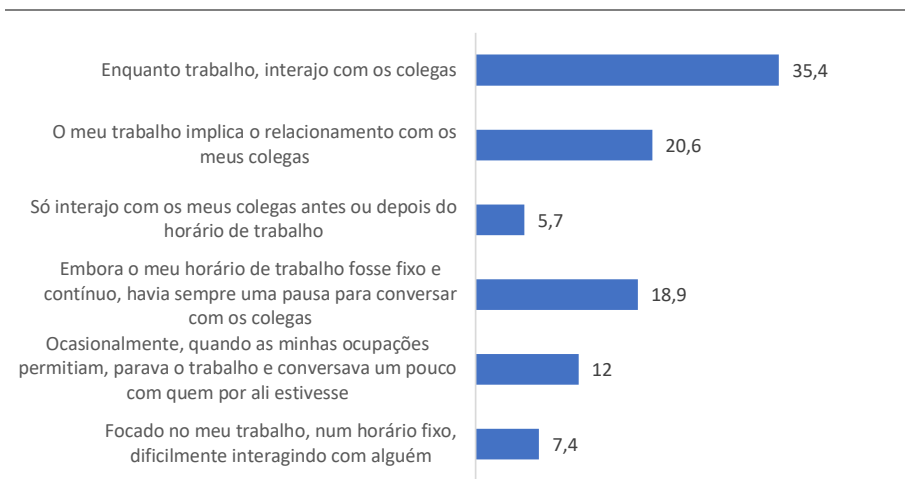


Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Gráfico 19 – Pessoas mais importantes no trabalho (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

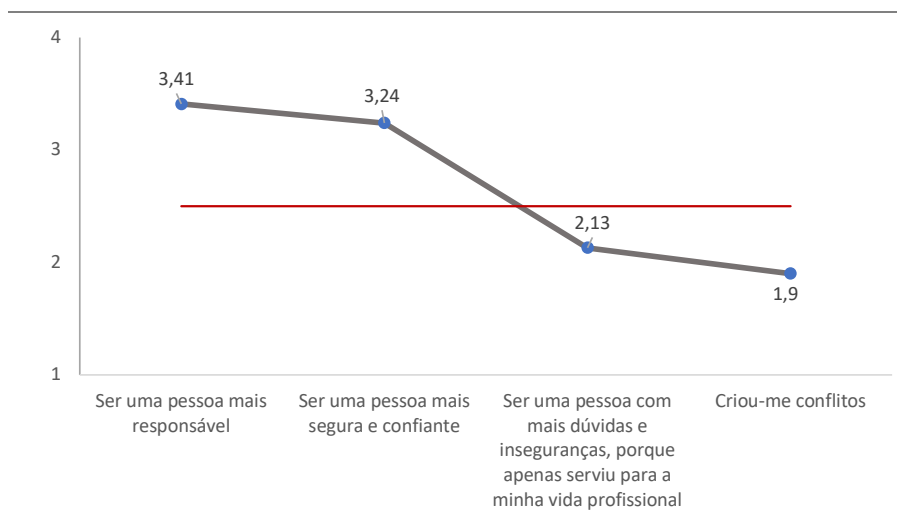
Gráfico 20 – Afirmação que mais se aproxima da forma como passa ou passava um dia de trabalho

Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Na verdade, ao observarmos o Gráfico 21, em que nos é possível perceber o impacto que tem na vida dos jovens o que lhes é transmitido no trabalho, vemos que, a maioria deles considera positivo o que recebe da sua experiência profissional, que vai muito para além das relações pessoais que aí possa construir. Por um lado, concordam que o que receberam os levou a *ser uma pessoa mais responsável* ou *ser uma pessoa mais segura e confiante* ($M = 3,41$ e $3,24$, respetivamente, numa escala que varia entre 1, *discordo totalmente*, e 4, *concordo totalmente*); por outro lado, discordam que o que receberam no trabalho fez com que se tornassem *pessoas com mais dúvidas e inseguranças, porque apenas serviu para a sua vida profissional* ou *criou conflitos nas suas vidas* ($M = 2,13$ e $1,9$, respetivamente). Esta posição dos jovens que trabalham ou já trabalharam mostra que o trabalho é muito mais do que uma fonte de rendimentos ou de posição social, é parte integrante da sua formação pessoal, o que reforça a ideia de que o trabalho é uma parte importante da vida do homem e traz benefícios que vão para além da estabilidade financeira dos indivíduos (Berg et al., 2003; Durán, 2011; Durán & Duque, 2018).

Não é de estranhar que, quando questionados sobre a satisfação que têm com o trabalho, a maioria refira que *se sente satisfeito*, apresentando uma média de 3,08, acima da média da escala que varia entre 1, *nada satisfeito*, e 4, *muito satisfeito*. Sentimento que é expresso de igual forma entre os jovens do sexo masculino e do sexo feminino. Os jovens do grupo etário mais velho (26-31 anos) e os jovens que têm escolaridade mais alta são os que apresentam uma média mais alta de satisfação ($M=3,16$ e $3,19$, respetivamente) (Cf.: Q. 2).

Gráfico 21 – O que foi transmitido no trabalho serve para (Média)



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Quadro 2 – Satisfação com o trabalho (Média)

SEXO	GRUPO ETÁRIO	ESCOLARIDADE			
Masculino	3,09	21-25 anos	2,99	Secundário e Curso técnico	3
Feminino	3,08	26-31 anos	3,16	Universitário	3,19

Fonte: Elaboração própria, a partir de inquérito aos jovens do Município de Braga.

Por sua vez, são os jovens que dizem trabalhar ou ter trabalhado no *negócio ou empresa da família* (M=3,5); que têm *contratos de duração ilimitada* (M=3,41) e que *trabalham para o Governo central ou local* (M=3,5), os que apresentam médias mais altas de satisfação com o trabalho, não obstante o seu grau de satisfação não ser muito diferente de outras realidades profissionais. Apenas os jovens que dizem trabalhar ou ter trabalhado em *outras organizações ou empresas* é que apresentam um grau de satisfação abaixo da média da escala, com 2,22 (numa escala que varia entre 1, *nada satisfeito*, e 4, *muito satisfeito*) (Cf.: Q. 3).

Quadro 3 – Satisfação com o trabalho (Média)

Tipo de atividade	Trabalhador por conta de outrem	3,11
	Trabalhador por conta própria	2,83
	Trabalhador no negócio ou empresa da família	3,5
Tipo de contrato	Contrato de duração ilimitada (Permanente)	3,41
	Contrato de duração limitada (Temporário)	2,86
	Não tem contrato	2,1

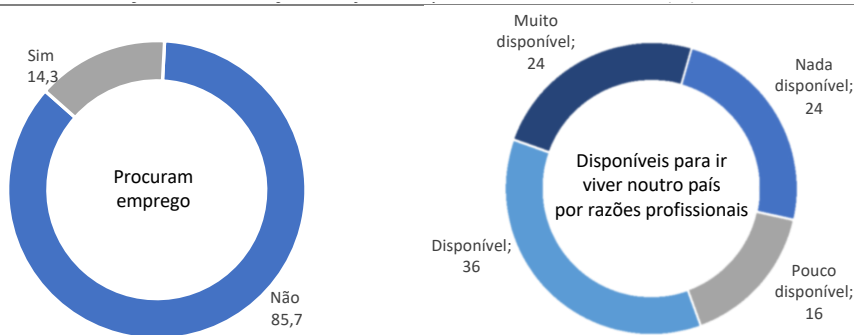
[Continua]

Organização ou empresa para quem trabalha ou trabalhava	Governo central ou local	3,5
	Outro setor de administração pública (como a educação, saúde, entre outros)	3,36
	Uma empresa do Estado	3,4
	Empresa do setor privado	3,2
	Outra	2,22

Fonte: Elaboração própria, a partir de inquérito aos jovens do Município de Braga.

Observando apenas os 12,3% de jovens que afirmam nunca ter trabalhado (Cf.: G. 10), verifica-se que 9 em cada 10 destes jovens não se encontram atualmente à procura de emprego, situação compreensível, uma vez que ainda se encontram em idade escolar. Curiosamente, 6 em cada 10 jovens que não está a trabalhar diz que *estaria disponível ou muito disponível para ir viver noutro país por razões profissionais* e somente 2 em cada 10 afirma não estar *nada disponível* (Cf.: G. 22).

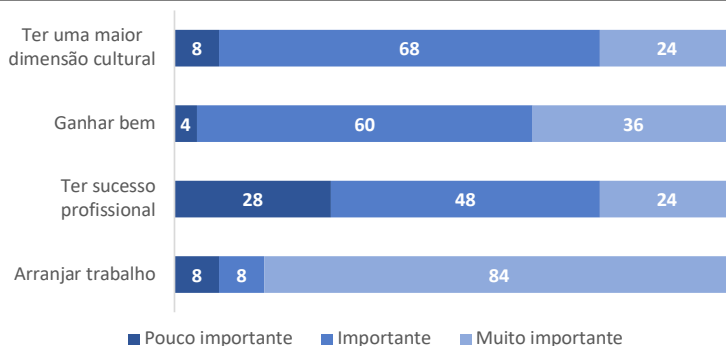
Gráfico 22 – Situação dos jovens que nunca trabalharam (%)



Base: Jovens que nunca trabalharam (N=42).

Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Gráfico 23 – Importância da formação escolar para os jovens que nunca trabalharam (%)



Base: Jovens que nunca trabalharam (N=42).

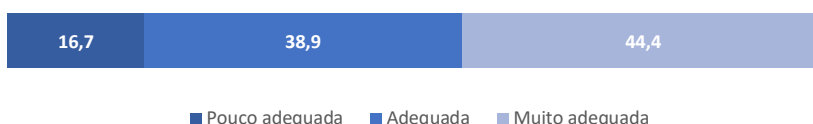
Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Para a maioria destes jovens (84%) a formação escolar é *muito importante* para *arranjar trabalho*. Por sua vez, 68% considera que a formação escolar é *importante* para valorizar a *dimensão cultural* dos indivíduos e 60% considera *importante* para *ganhar bem* (Cf.: G. 23). O que estes números nos permitem perceber é que os jovens pensam em obter os estudos essencialmente com o intuito de arranjar um trabalho, ou seja, de terem uma ocupação profissional, evidenciando a importância social que o trabalho ocupa na sociedade e o impacto que o mesmo tem na realização pessoal dos indivíduos, de um modo particular, nos jovens de Braga.

Tendo ainda por base os jovens que dizem nunca ter trabalhado, e tendo em conta que parte destes ainda se encontram a estudar, vemos que 8 em cada 10 considera que a formação escolar que recebeu ou está a receber é adequada para as funções que o mercado de trabalho está a exigir atualmente (38,9% diz que está *adequada* e 44,4% *muito adequada*) (Cf.: G.24).

Esta realidade evidencia a ideia de que o percurso escolar que muitos jovens escolhem tem em conta a oferta que o mercado de trabalho apresenta, já que a maioria destes jovens que nunca trabalharam olha para a formação escolar como um meio para entrar no mercado de trabalho. Assim, procuram obter uma formação adequada que facilite o acesso a um emprego.

Gráfico 24 – Em que medida a formação escolar que recebeu é adequada para as funções que o mercado de trabalho está a exigir atualmente (%)



Base: Jovens que nunca trabalharam (N=42).

Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

2.4. Os valores da juventude braccarense

2.4.1. Valores familiares e pessoais

A dimensão do trabalho e o impacto que este tem na vida dos jovens apresenta-se como algo determinante, de um modo especial porque, nesta fase da sua vida, marca a passagem para a vida adulta e para os contextos associados à mesma, nomeadamente, a independência financeira, a emancipação da família com a saída de casa, entre outras situações (Guerreiro & Abrantes, 2007; Barros, 2009; Pais, 2009; Andrade, 2010).

Na verdade, a realização profissional é um dos aspetos preditores da felicidade de um indivíduo (Diener et al., 2010; Oliveira-Silva, et al. 2019), mas a mesma só se torna verdadeiramente relevante quando é complementar à vida social e familiar e se a mesma estiver alicerçada em valores que determinem o equilíbrio pessoal, social e profissional dos jovens.

Neste sentido, o estudo elaborado também procurou compreender a dimensão valorativa e o impacto desta no percurso de vida de um jovem, de modo a melhor compreender o impacto que a escolaridade e a conseqüente entrada no mercado de trabalho têm no percurso de vida da população mais jovem de Braga.

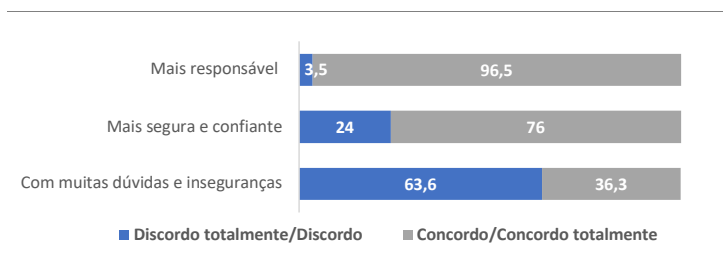
Falar em valores implica, como é óbvio, olhar para a instituição que maior influência tem na vida dos indivíduos em particular e na sociedade em geral: a família. Esta é, sem dúvida, a célula social que maior relevância ocupa na formação da identidade do jovem e na sua dimensão valorativa (Torres, 2001; Ramos & Magalhães, 2021).

O estudo sobre o «Emprego Juvenil do Concelho de Braga» revela a significativa influência que os valores familiares exercem sobre a juventude local. Para tal recorremos a três diferentes questões que nos permitem fazer uma leitura da dimensão da percepção que os jovens inquiridos têm da dimensão valorativa em contexto familiar. A questão presente no Gráfico 25, focada nas qualidades transmitidas pela família, serve como uma fundação sobre a qual os jovens constroem suas próprias percepções de valores e ética. Essas qualidades, identificadas como as mais influentes, também são vistas como essenciais para passar às futuras gerações, como se pode ver evidenciado pela questão presente no Gráfico 25. Isso destaca a continuidade de certos valores familiares e o desejo dos jovens de perpetuá-los em suas próprias famílias. Ao mesmo tempo, a questão apresentada no Gráfico 25 aborda o impacto dessas qualidades familiares no desenvolvimento pessoal dos jovens, evidenciando a crença prevalente de que os valores herdados desempenham um papel crucial na formação de sua identidade e sucesso pessoal. Em resumo, as respostas a estas três questões ilustram o ciclo virtuoso de valores que são transmitidos de uma geração para outra e que são vistos como instrumentais na formação da pessoa. Este ciclo não apenas reflete a cultura valorativa existente na vida dos jovens, mas também dá pistas sobre as características que provavelmente serão valorizadas pelas futuras gerações no Município de Braga.

Analisando, agora, de forma mais particular cada uma dessas questões vemos que, quando questionamos os jovens de Braga sobre o impacto que teve na sua vida pessoal o que lhe foi transmitido pela família, 96,5% dos inquiridos referem, de forma muito expressiva, que *concordavam ou concordavam totalmente* que essa transmissão os tinha tornado pessoas «*mais responsáveis*» e 76% «*mais seguras e confiantes*». Os valores são ligeiramente menores quando se questiona se o que lhes foi transmitido pela família os ajudou a tornarem-se pessoas «*com mais dúvidas e inseguranças*», já que só 4 em cada 10 jovens inquiridos (36,3%) refere *concordar ou concordar totalmente* com essa realidade, o que sugere que nem todas as famílias são vistas como fontes de estabilidade e autoconfiança. Não obstante esta realidade, os demais, ou seja 6 em cada 10 jovens

(63,6%) diz *discordar* ou *discordar totalmente* desse impacto negativo da educação familiar nas suas vidas, indicativo de que, em geral, as famílias parecem ser motivo de estabilidade emocional e confiança na vida (Cf.: G. 25).

Gráfico 25 – Até que ponto o que lhe foi transmitido pela sua família o ajudou a tornar-se numa pessoa (%)



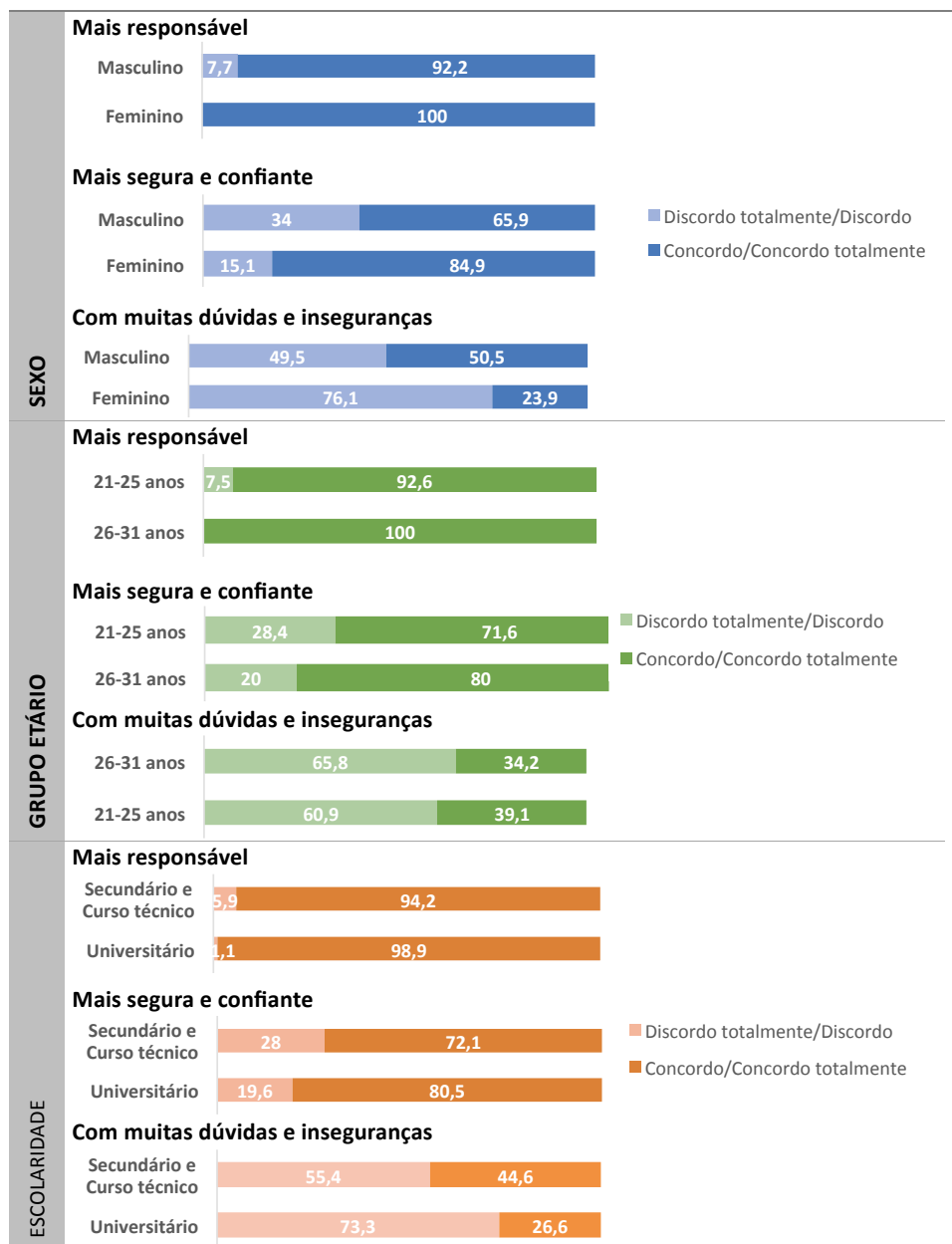
Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Se tivermos em conta o sexo dos jovens inquiridos, a sua idade e a escolaridade verifica-se algumas diferenças, embora em alguns casos não são tão substanciais que possam significar uma forma diferente de percecionar esta questão.

Relativamente à variável do sexo, vemos que as jovens raparigas apresentam sempre uma perspetiva mais positiva do que os jovens rapazes perante o impacto daquilo que teve na sua vida o que lhes transmitiram os seus familiares. Ora vejamos: 10 em cada 10 jovens raparigas concordam ou concordam totalmente que essa transmissão fez delas pessoas «mais responsáveis», contra os 9 em cada 10 jovens rapazes; 8 em cada 10 jovens raparigas dizem ser pessoas «mais seguras e confiantes», contra 7 em cada 10 jovens rapazes, e apenas 2 em cada 10 jovens raparigas afirmam concordar ou concordar totalmente com o que lhes foi transmitido pela sua família as tornou pessoas «com muitas dúvidas e inseguranças», correspondendo a 5 em cada 10 rapazes (Cf.: G. 26).

Se observarmos as mesmas variáveis, mas segundo os grupos etários verificamos que não há diferenças substanciais que permitam concluir que os mais jovens, ou seja dos 21 aos 25 anos, tenham uma perceção diferente do grupo jovem mais velho, dos 26 aos 31 anos. A mesma conclusão pode ser feita quando analisamos os dados dos jovens tendo em conta o seu nível de escolaridade, à exceção da variável em que referem ter-se tornado uma pessoa «com muitas dúvidas e inseguranças», pois os jovens com o nível secundário/curso técnico manifestam uma perceção ligeiramente menos positiva sobre esta questão, sendo 6 em cada 10 os que dizem *concordar* ou *concordar totalmente* com essa realidade, contra os 7 em cada 10 jovens com ensino universitário (Cf.: G. 26).

Gráfico 26 – Até que ponto o que lhe foi transmitido pela sua família o ajudou a tornar-se numa pessoa segundo o sexo, grupo etário e nível de escolaridade (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Neste seguimento, questionou-se os jovens de Braga sobre as três qualidades/valores transmitidos pelas suas famílias que consideravam ter sido mais importantes para a sua vida.

Do conjunto de opções apresentadas não há nenhuma que se tenha destacado de forma expressiva, mas há, pelo menos duas, que se evidenciam das demais.

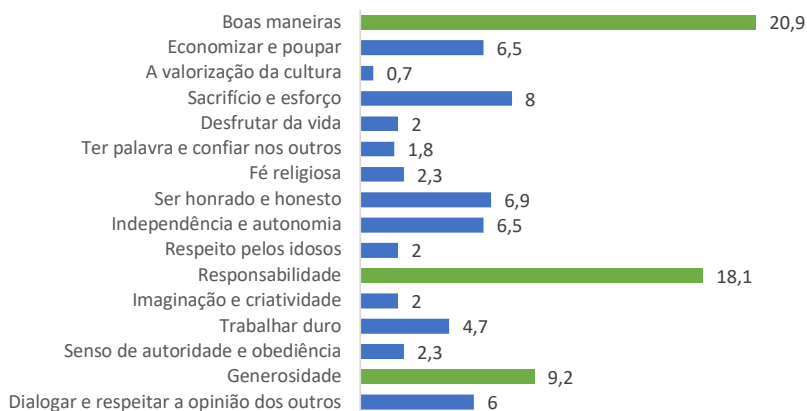
Os jovens destacam qualidades como «*boas maneiras*» (20,9%) e «*responsabilidade*» (18,1%) como as mais importantes, por um lado, porque pode refletir a importância dada ao comportamento social na educação e, por outro, sugere que as pessoas são criadas com uma forte ênfase para serem responsáveis tanto nos seus deveres pessoais como sociais. Por sua vez, ainda que com menos prevalência do que as duas qualidades anteriores e menos diferenciada das demais, a «*generosidade*» (9,2%) surge ainda como uma qualidade significativa, o que pode apontar para uma valorização da empatia e do altruísmo nas famílias e na educação dos seus filhos.

Qualidades como «*a valorização da cultura*», «*ter palavra e confiar nos outros*» e, com a mesma percentagem «*desfrutar da vida*», «*respeito pelos idosos*» e «*imaginação e criatividade*» (0,7%; 1,8% e 2%, respetivamente) surgem como as qualidades menos valorizadas pelos jovens inquiridos na educação familiar (Cf.: G. 27).

Os valores aqui apresentados evidenciam que a maioria das pessoas parece valorizar qualidades que se relacionam com interações sociais positivas (boas maneiras, responsabilidade, generosidade) e com ética pessoal (como ser honrado e honesto). Valores culturais e hedonísticos parecem ser menos universalmente transmitidos nas famílias desta amostra.

De um modo geral, os jovens inquiridos de Braga têm uma perceção idêntica desta questão independentemente do sexo, do grupo etário ou da escolaridade, na medida em que consideram de igual forma importantes as mesmas qualidades transmitidas pelas suas famílias.

Gráfico 27 – Qualidades mais importantes que a sua família lhe transmitiu (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

É curioso perceber que, quando questionamos os jovens de Braga sobre quais dessas qualidades consideram mais importantes para inculcar aos seus filhos prevalecem as mesmas prioridades que as que consideraram mais importantes na educação dos seus pais, embora com uma ligeira inversão na ordem. A «*responsabilidade*» (18%) apresenta-se, nesta questão, como a opção mais escolhida, sugerindo que os jovens valorizam mais a responsabilidade pessoal e coletiva quando se trata da educação dos seus filhos; a qualidade «*boas maneiras*» (17,5%) surge em segundo lugar, ao contrário da questão anterior, em que surge como a primeira escolha. Isto pode indicar que, embora as boas maneiras sejam importantes, talvez sejam vistas como subordinadas à responsabilidade quando se trata de educar a próxima geração. A «*generosidade*» (14,5%) surge como a terceira qualidade mais importante e com uma percentagem que está bem acima da questão anterior relativa aos valores recebidos na educação dos seus pais que, neste caso, apresenta 9,2%, deixando transparecer uma maior vontade dos jovens em criar os seus filhos para atitudes ainda mais altruístas e compassivas e menos centradas em si próprio e no seu bem-estar. (Cf. G. 28).

Gráfico 28 – Dessas qualidades, indique as 3 que considera mais importantes para inculcar aos filhos (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Qualidades como «*dialogar e respeitar a opinião dos outros*» (9,7%) e «*independência e autonomia*» (8,2%) têm maior representação nesta questão do que na anterior, em que se aborda as qualidades transmitidas pela família, podendo indicar uma mudança geracional na importância desses valores ou uma perceção diferente do ambiente social ou político vivido pelos jovens atualmente (Cf. G. 28).

Há ainda algumas ideias que importam destacar quando comparamos, de forma mais específica, as respostas destas duas últimas questões: por um lado, «*a valorização da cultura*» aparece como uma qualidade com menor importância na educação das diferentes gerações; por sua vez, há qualidades que são valorizadas de diferentes

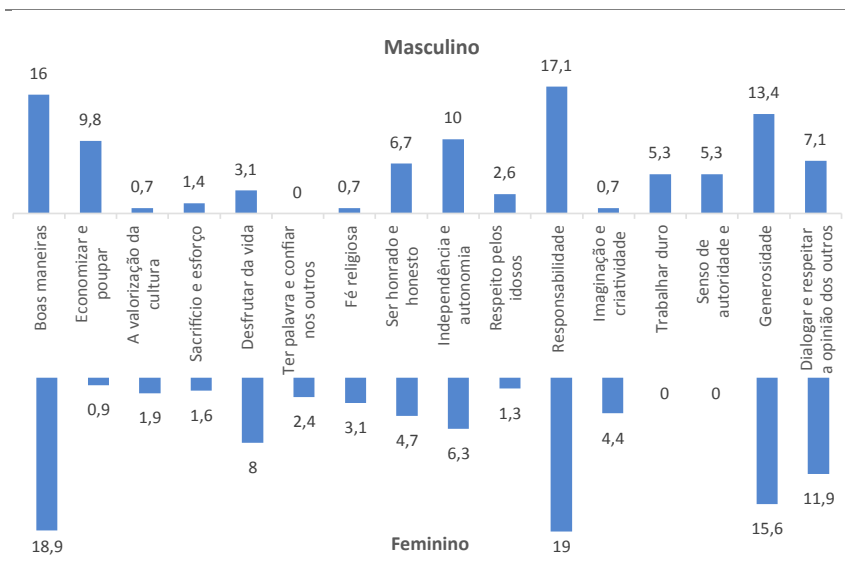
formas entre a geração dos pais e dos filhos, pois os jovens de Braga consideram que os seus pais valorizaram mais na sua educação o «*sacrifício e esforço*» do que eles consideraram importante inculcar na educação dos seus filhos (8% e 1,5 %, respetivamente). Contrariamente a esta qualidade, os jovens inquiridos consideram mais importante inculcar aos seus filhos, mais do que os seus pais, qualidades como o «*desfrutar da vida*» (5,7% e 2%, respetivamente) ou a «*independência e autonomia*» (9,7% e 6%, respetivamente) (Cf. G. 27 e 28).

Ao olharmos para esta questão, mas tendo em conta a forma como os jovens rapazes ou as jovens raparigas pensam, vemos que, na generalidade ambos priorizam as mesmas qualidades a transmitir aos seus filhos, registando-se apenas pequenas diferenças de percentagem. No entanto, se olharmos para a priorização de outras qualidades vemos que os jovens rapazes atribuem mais importância do que as jovens raparigas a qualidades como «*economizar e poupar*» (9,8% e 0,9%, respetivamente); «*trabalhar duro*» ou «*senso de autoridade e obediência*» (5,3% e 0%, em ambas, respetivamente). Por sua vez, as jovens raparigas atribuem mais importância na educação dos seus filhos do que os jovens rapazes a qualidades como «*desfrutar da vida*» (8% e 3,1%, respetivamente) ou «*dialogar e respeitar a opinião dos outros*» (11,9% e 7,1%, respetivamente) (Cf.: G.29). Estas diferenças mostram preocupações diferentes entre estes jovens, pois, se por um lado os jovens do sexo masculino evidenciam qualidades mais ligadas ao cumprimento de comportamentos mais ligados ao trabalho, por outro, as jovens do sexo feminino optam por privilegiar qualidades de ordem social e de relação com os outros.

As diferenças já não são tão expressivas se tivermos em conta os jovens segundo a idade, pois os jovens dos grupos etários dos 21 aos 25 anos ou dos 26 aos 31 anos apresentam a mesma prioridade nas qualidades a inculcar na educação aos seus filhos, no entanto, com uma diferença na ordem das mesmas, já que os jovens entre os 26 e 31 anos consideram a «*generosidade*» como uma qualidade mais importante do que a «*responsabilidade*», ao contrário dos jovens entre os 21 e os 25 anos (Cf. G.30).

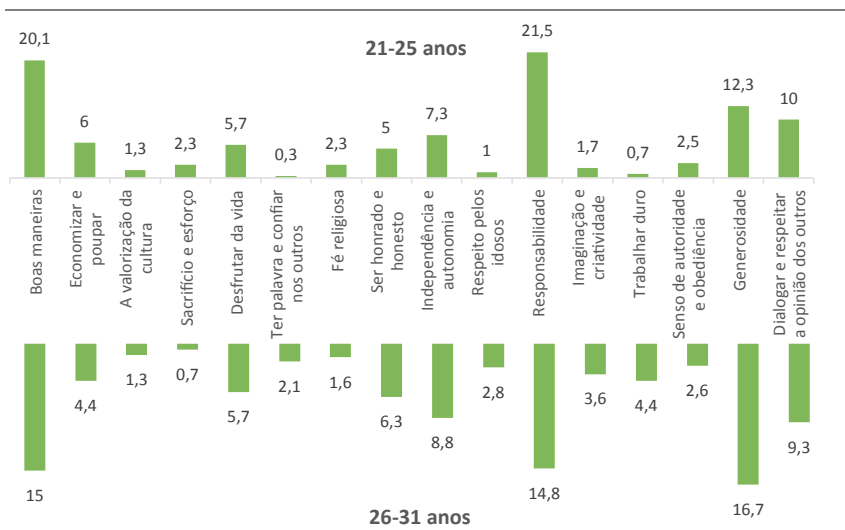
Ao analisarmos a mesma questão, mas tendo em conta o grau de escolaridade dos jovens, vemos que há algumas diferenças nas prioridades entre os jovens que têm o ensino secundário e o ensino universitário. Os jovens com o ensino superior consideram a qualidade da «*responsabilidade*» (17,5%) a mais importante para inculcar aos filhos, seguida da qualidade «*dialogar e respeitar a opinião dos outros*», que não tem tanto destaque entre os jovens com o ensino secundário (14,5% e 5,6%, respetivamente), por sua vez, as «*boas maneiras*» e a «*generosidade*» surgem para estes jovens como a terceira qualidade mais importante a inculcar aos seus filhos (12% em ambas), seguidas, com uma percentagem muito próxima, pela qualidade «*independência e autonomia*» (11,3%) Já os jovens com o ensino secundário apresentam a qualidade «*boas maneiras*» como a mais importante, seguida da «*responsabilidade*» e a «*generosidade*» (22,1%, 18,6% e 16,7%, respetivamente) (Cf. G. 31).

Gráfico 29 – Dessas qualidades, indique as 3 que considera mais importantes para incutir aos filhos segundo o sexo (%)



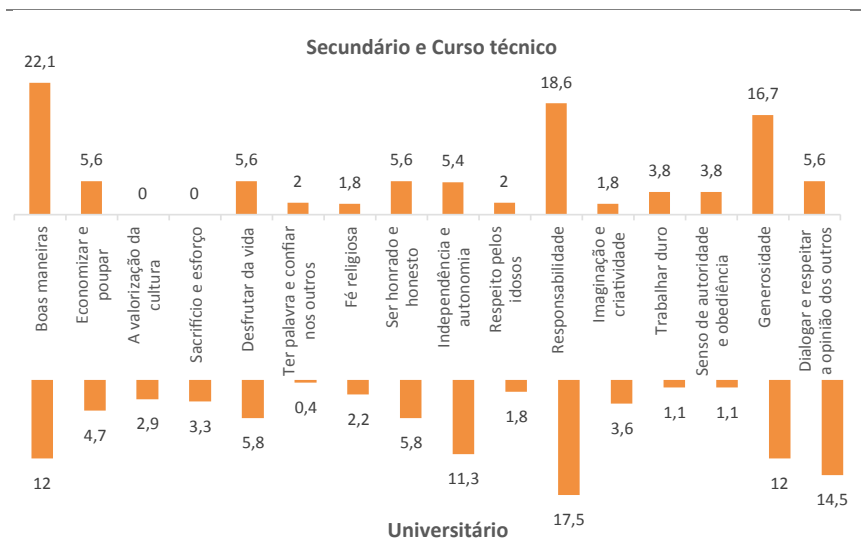
Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Gráfico 30 – Dessas qualidades, indique as 3 que considera mais importantes para incutir aos filhos segundo a idade (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Gráfico 31 – Dessas qualidades, indique as 3 que considera mais importantes para inculcar aos filhos segundo a escolaridade (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

2.4.2. O LAZER E O CONSUMO

Atualmente, um jovem é moldado por uma maior diversidade de fatores quer sejam de ordem social, económica ou política. Se a família ocupa um lugar de indiscutível importância na vida de um jovem, o tempo dedicado ao lazer e ao consumo, associados à dimensão social e relacional fora do contexto familiar, assume uma importância de grande relevância e que não pode ser descorada quando analisamos os jovens na atualidade. Na verdade, a dimensão do lazer e consumo interfere na própria dimensão do trabalho, já que a forma como os jovens gastam seu tempo livre e consomem produtos e serviços pode afetar as suas escolhas de carreira, aspirações e até mesmo a sua performance no ambiente de trabalho. A exposição a diferentes culturas e formas de vida através das redes sociais e da globalização amplia o horizonte de opções e influências, tornando a construção da identidade dos jovens um processo mais complexo e multifacetado.

A influência do lazer e do consumo vai além do aspeto superficial e tem implicações psicológicas, sociais e até mesmo políticas. Por exemplo, o tipo de conteúdo que um jovem consome online pode formar ou reforçar as suas opiniões sobre questões sociais e políticas, o que, por sua vez, pode afetar o seu compromisso cívico e as suas decisões de voto. Além disso, a maneira como os jovens escolhem gastar o seu dinheiro pode também ter um impacto significativo na economia, já que os jovens são um grupo demográfico significativo com crescente poder de compra.

No ambiente de trabalho, o foco nas habilidades sociais, criatividade e bem-estar – valores frequentemente associados ao lazer e ao consumo consciente – está a tornar-se cada vez mais relevante. Os empregadores estão a dar importância não apenas à capacidade técnica, mas também à forma como os jovens são capazes de se adaptar, colaborar e trazer inovações para o ambiente profissional.

Assim, é essencial que tanto a família quanto as diversas instituições por onde os jovens passam reconheçam a importância destas dimensões nas suas vidas e trabalhem para fornecer um ambiente que permita um desenvolvimento saudável e completo. O equilíbrio entre a vida familiar, o lazer e o trabalho é fundamental para formar jovens bem inseridos no seu meio e produtivos, capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

Posto isto, e analisando, em primeiro lugar, a dimensão do lazer, questionou-se os jovens sobre como é que eles definem a sua vida de lazer. Do conjunto de opções apresentadas, 48% dos jovens inquiridos de Braga referem que a sua vida de lazer está centrada nas «*amizades que fez e as pessoas que conheceu*». Este é o aspeto mais valorizado, com quase metade dos inquiridos indicando que a amizade e as relações sociais são a parte mais significativa da sua vida de lazer. Isso sugere que, para muitos dos jovens inquiridos, o lazer é uma oportunidade de se relacionar com os outros e criar relações significativas. Há ainda um grupo significativo dos inquiridos (27,3%) que valoriza o lazer pelas novas experiências e lugares que lhes permitiu visitar, podendo indicar uma valorização da dimensão cultural do lazer, associada ao gosto que se tem em viagens, aventuras ou simplesmente novas experiências, mesmo que estas sejam locais (Cf. G.32).

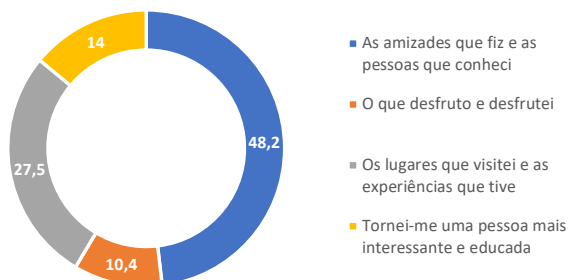
No entanto, são menos aqueles que veem o lazer como uma oportunidade para o crescimento pessoal, seja através da educação, seja tornando-se uma pessoa mais interessante, representando apenas 14,5% das respostas dos jovens inquiridos de Braga. Por último, uma percentagem ainda menor dos jovens (10,4%) vê o lazer principalmente como uma forma de desfrutar de atividades que gostam, sem destacar o tipo de atividades (Cf. G.32).

Estes dados permitem perceber que a dimensão social do lazer é o aspeto mais valorizado pelos jovens e é o que os leva a procurar os espaços e oportunidades para se divertirem e terem atividades de lazer. Só depois aparece a vontade de explorar lugares novos e ter novas experiências, o que evidencia que o crescimento pessoal e o simples prazer que as atividades proporcionam são menos valorizados pelos jovens quando ocupam o seu tempo com atividades de lazer, mas, ainda assim, são importantes para muitos dos jovens.

Se observarmos os dados relativos ao sexo dos jovens, que nos permitem analisar a forma como os jovens vivem o seu tempo de lazer, verifica-se que tanto os jovens do sexo masculino como feminino valorizam fortemente as relações sociais e as experiências de vida (47,8% e 48,1%, respetivamente), não havendo diferenças entre eles. No entanto, o grupo masculino tem uma maior proporção de indivíduos que sentem que

se tornaram «*mais interessantes e educados*» através da sua vida de lazer do que o grupo feminino (19,8% e 10%, respetivamente).

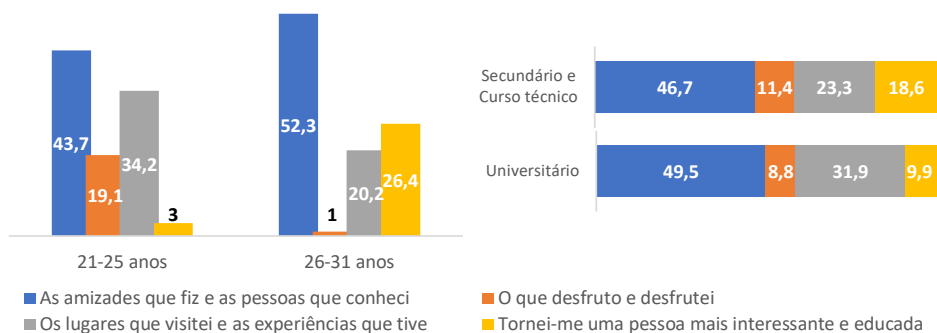
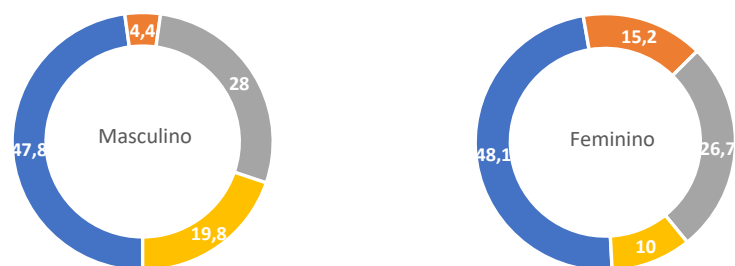
Gráfico 32 – Das frases que se seguem, diga a que melhor define a sua vida de lazer (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Por sua vez, a categoria «o que desfruto e desfrutei» é significativa apenas para o grupo feminino (15,2%), o que pode indicar uma maior tendência para valorizar experiências pessoais e prazeres individuais (Cf.: G. 33).

Gráfico 33 – Das frases que se seguem, diga a que melhor define a sua vida de lazer segundo o sexo, o grupo etário e a escolaridade (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

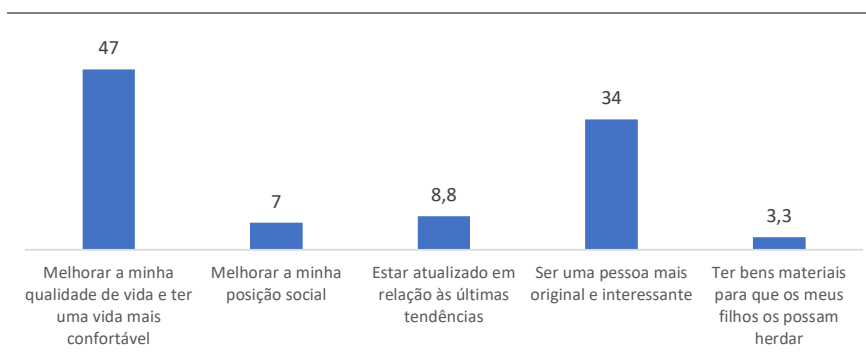
Em ambas as faixas etárias, as amizades e as experiências de vida são altamente valorizadas. No entanto, o grupo dos 26-31 anos parece dar mais ênfase às relações sociais (52,3%), do que o grupo mais jovem, dos 21-25 anos (43,7%). Já a categoria «*o que desfruto e desfrutei*» é significativa apenas para o grupo dos 21-25 anos (19,1%), o que pode indicar uma maior tendência deste grupo para valorizar o presente e as experiências pessoais (Cf.: G. 33).

A escolaridade parece não ter um impacto tão significativo nas percepções sobre o lazer, embora os jovens com ensino superior valorizem mais no lazer «*os lugares que visitaram e as experiências que tiveram*» do que os jovens com ensino secundário (32,9% e 23,3%, respetivamente); por sua vez, para os jovens com escolaridade média (secundário ou técnico) a vivência dos tempos de lazer proporcionou oportunidades para estes se tornarem «*peças mais interessantes e educadas*» do que para os jovens com ensino superior (18,6% e 9,9%, respetivamente) (Cf.: G. 33).

Tal como tivemos oportunidade de verificar, o lazer e a diversão são partes importantes da vida de um jovem, associado a isso, naturalmente o consumo assume um papel com muito destaque nas vidas dos mesmos, não só porque os jovens hoje facilmente se deixam influenciar por modelos e estilos de vida que facilmente lhes entra pelos olhos, de um modo especial através das redes sociais, mas também porque a sua vida social é cada vez mais ativa e fora de um círculo mais fechado de relações, que nas gerações passadas estava mais circunscrito ao seio familiar, o que lhes permite contactar com realidades bem diferentes das suas (Amaral et al. 2017; Batista, 2019).

Sobre esta realidade, os jovens inquiridos de Braga foram questionados sobre as razões que os motivam a fazer compras. Verifica-se que 5 em cada 10 (47%) referem que o seu objetivo ao fazer compras é “melhorar a sua qualidade de vida e ter uma vida mais confortável”, ou seja, adquirir um estatuto social em que não tenham de enfrentar privações ou desconforto com a sua condição de vida. Por sua vez, há um grupo de jovens, nomeadamente 3 em cada 10 (34%), que salienta que o que o motiva a ir às compras é a vontade de «*ser uma pessoa mais original e interessante*», uma tentativa de marcar a diferença no seu grupo de relações, tendo como prioridade a sua aparência e a forma como os outros a veem (Cf. G. 34).

Não obstante serem poucos, nomeadamente 1 em cada 10, há jovens que referem que o que os leva a ir às compras são motivos relacionados com a «*melhoria da sua posição social*» ou «*estar atualizado em relação às últimas tendências*» (7% e 8,8%, respetivamente), em ambos os casos são motivos que estão mais relacionados com a dimensão social do papel do consumo, do que com os de ordem pessoal, ou seja, há nestes jovens a preocupação de estarem integrados no seu contexto social e de se sentirem aceites pelo mesmo (Cf. G. 34). Curiosamente, e ao contrário do que era mais comum nas gerações passadas, são poucos aqueles que referem que procuram «*ter bens materiais para que os seus filhos os possam herdar*» (apenas 3,3%), ou seja, o consumo dos jovens de Braga está, nos dias atuais, associado ao usufruto no presente e das condições que o mesmo proporciona, do que na preparação do futuro, seja seu ou dos demais indivíduos.

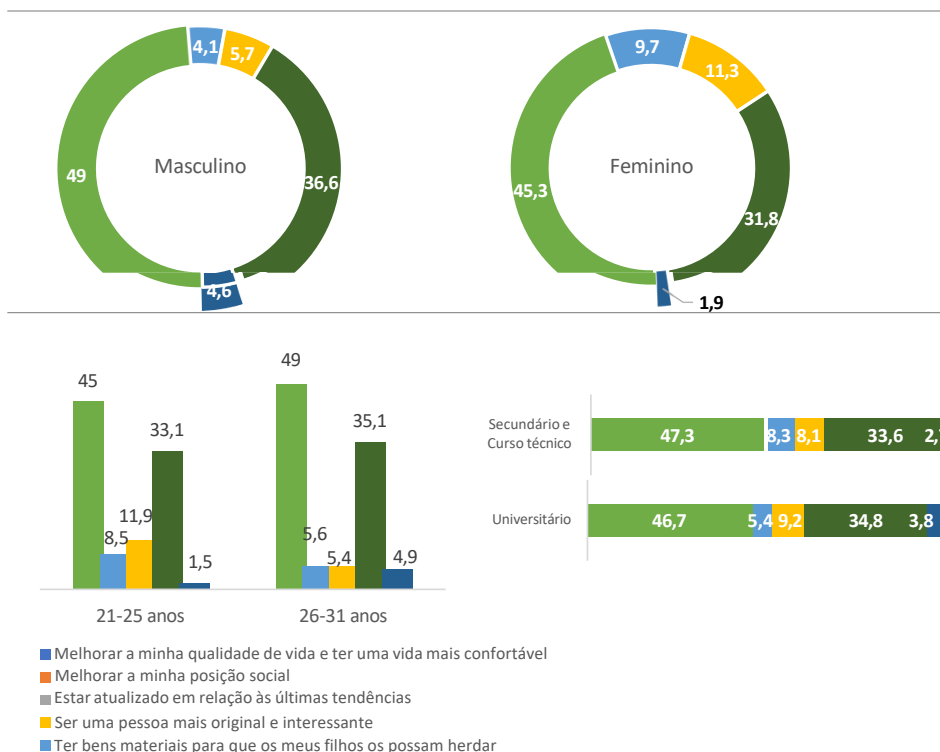
Gráfico 34 – Razões que mais o motivam a fazer compras (%)

Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Se tivermos em conta as variáveis do sexo, idade e escolaridade podemos concluir que os jovens inquiridos de Braga apresentam uma perspetiva muito idêntica. Tanto o grupo de jovens do sexo masculino quanto o feminino dão maior importância a «*melhorar a qualidade de vida e ter uma vida mais confortável*» quando falam sobre os motivos que os levam às compras, embora com ligeiras diferenças percentuais entre eles (49% e 45,3%, respetivamente). Contudo, os jovens do sexo masculino valorizam mais «*ser uma pessoa mais original e interessante*» (36,6%) em comparação com o grupo feminino (31,8%). Por sua vez, o grupo feminino mostra uma preocupação mais significativa do que o masculino em «*estar atualizado em relação às últimas tendências*» (11,3% e 5,7%, respetivamente) (Cf. G. 35). Não obstante estas diferenças na ordem das opções, as mesmas não permitem tecer conclusões sobre as diferenças dos jovens tendo em conta o sexo. O mesmo acontece quando analisamos as variáveis tendo em conta os dois grupos de idade ou os níveis de escolaridade dos jovens inquiridos de Braga. Importa, no entanto, ressaltar que, em ambos os casos, vemos que os dados sugerem que a «*melhoria da qualidade de vida*» é a motivação que mais jovens congrega seja entre os indivíduos de ambas as faixas etárias ou com diferentes níveis de escolaridade (Cf. G.35).

Analisadas as variáveis do lazer e consumo de forma separada, procuramos também, neste estudo, compreender qual é o impacto que a dimensão do lazer e do consumo tem na vida dos jovens de Braga e, para tal, questionamo-los sobre *em que medida o tempo de lazer, de diversão e de compras que eles têm molda as suas vidas*. A maioria dos jovens inquiridos de Braga tem consciência de que o impacto que tem as suas escolhas de lazer e consumo na sua vida é positivo e que, embora representem um lado mais descontraído das suas vidas, assumem, nos dias de hoje, uma importância muito grande para a felicidade e realização dos mesmos. Prova disso são os 8 em cada 10 jovens que referem *concordar ou concordar totalmente* que a vida de lazer, diversão e compras fazem deles pessoas «*mais responsáveis*» e «*mais seguras e confiantes*» (75,2% e 83,5%, respetivamente) (Cf. G. 36).

Gráfico 35 – Razões que mais motivam a fazer compras segundo sexo, idade e escolaridade (%)

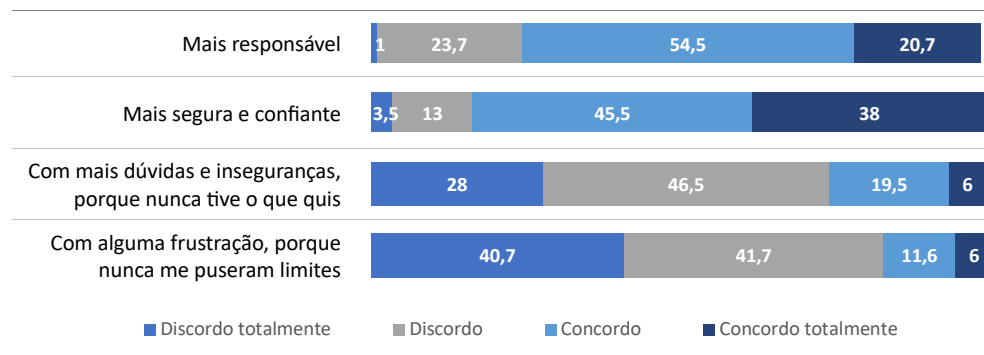


Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Por sua vez, 7 em cada 10 (74,5%) *discorda ou discorda totalmente* que a vida que têm de lazer, diversão ou de compras fez com que ficassem com «*mais dúvidas e inseguranças porque nunca tiveram o que queriam*», ou seja, a maioria dos jovens inquiridos tem a perceção do que pode ou não ter mediante a sua condição financeira ou social e que as diferenças que possa viver em relação a outros jovens, no que toca ao lazer ou consumo, não interfere na sua personalidade. Importa, no entanto, ter em atenção que há 3 em cada 10 jovens (25,5%) que pensa de forma contrária e que salientam que *concordam ou concordam totalmente* com o facto de sentirem *alguma insegurança e dúvida* perante o facto de não terem tido na sua vida o que pretendiam (Cf. G. 36).

Contrariamente à situação anterior, em que os jovens são questionados se vivem ou viveram situações de dúvida e de insegurança por não ter o que quiseram, vemos que 8 em cada 10 jovens inquiridos de Braga (82,4%) consideram que a sua vida de lazer, diversão e de consumo foi sempre controlada e dentro dos limites, não tendo, por isso, criado qualquer frustração nas suas vidas, o que permite perceber que há a perceção por parte dos jovens de Braga que na sua educação houve sempre uma conduta de moderação e acompanhamento por parte dos seus educadores no que se refere à vida de lazer e consumo (Cf. G. 36).

Gráfico 36 – Em que medida concorda que a vida de lazer, diversão e compras fez de si uma pessoa (%)



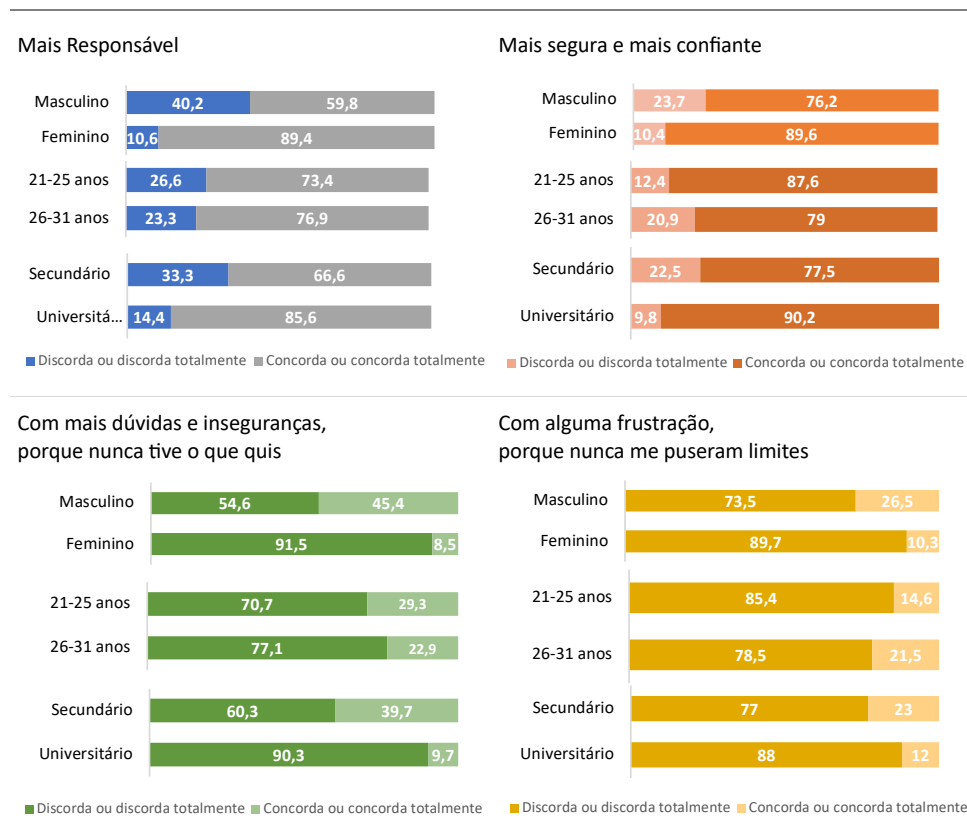
Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Ao analisarmos a mesma questão segundo o sexo dos jovens inquiridos de Braga, vemos algumas diferenças que importa salientar. Por um lado, há uma diferença quando falam na forma como a vida de lazer, diversão e compras os tornou pessoas «*mais responsáveis*», pois os jovens do sexo feminino mostram concordar mais do que os do sexo masculino sobre esta ideia, sendo 9 em cada 10 as jovens raparigas que dizem *concordar ou concordar totalmente*, contra os 6 em cada 10 jovens rapazes (89,4% e 59,8%, respetivamente). Esta diferença prevalece também quando questionamos os jovens dos diferentes sexos sobre *em que medida concorda que a vida de lazer, diversão e compras fez de si uma pessoa «com mais dúvidas e inseguranças, porque nunca teve o que quis»*, já que 5 em cada 10 jovens do sexo masculino refere *concordar ou concordar totalmente* com esta afirmação, contra apenas 1 em cada 10 jovens do sexo feminino (45,4% e 8,5%, respetivamente). Estes dados permitem-nos perceber que os jovens rapazes mostram mais insegurança ou menos responsabilidade do que as jovens raparigas no que toca às questões relacionadas com a sua vida de lazer, diversão e compras. Nas demais variáveis não se verificam diferenças entre os jovens dos diferentes sexos, em ambos os casos *concordam* de forma muito próxima de que a vida de lazer, diversão e compras faz deles pessoas «*mais seguras e mais confiantes*» ou discordam de que os torna pessoas «*com alguma frustração, porque nunca lhes puseram limites*» (Cf.: G. 37).

Se observarmos a forma como os *jovens dos dois grupos etários* respondem a estas questões, os números permitem concluir que são poucas as diferenças entre eles e que mantêm a tendência de concordância do conjunto dos indivíduos inquiridos. Há, no entanto, uma ligeira diferença ao observarmos a resposta *dos jovens com diferentes graus de escolaridade*, de um modo mais particular quando falam sobre como a vida de lazer, diversão e compras os tornou jovens «*com mais dúvidas e inseguranças, porque nunca tiveram o que quiseram*, pois 4 em cada 10 jovens com o *ensino secundário ou técnico* dizem *concordar ou concordar totalmente* com essa realidade na sua vida, quando apenas 1 em cada 10 jovens com o ensino superior se posiciona na mesma

situação (39,7% e 9,7% respetivamente). Na verdade, de um modo geral, os jovens com ensino superior apresentam uma perspetiva mais positiva sobre o impacto da vida de lazer, diversão e compras nas suas vidas do que os jovens com menos escolaridade (Cf.: G. 37).

Gráfico 37 – Em que medida concorda que a vida de lazer, diversão e compras fez de si uma pessoa segundo o sexo, a idade e a escolaridade (%)



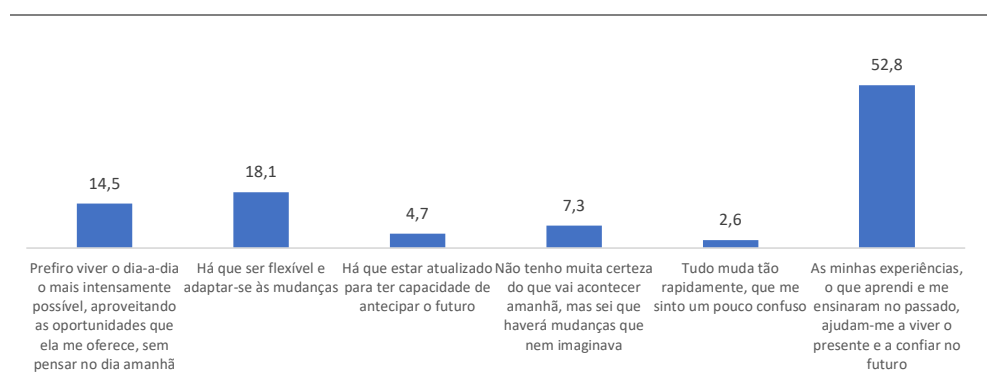
Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Os jovens de hoje vivem rodeados de muitas incertezas, sejam elas relacionadas com as opções formativas e profissionais que fazem ou as de foro mais pessoal e privado, e nem sempre as opções que tomam ao longo da sua vida têm os resultados esperados. A imprevisibilidade do futuro, tal como se refletiu no início deste estudo, é uma marca que define bem a geração atual dos jovens.

A questão presente no Gráfico 38, que pede aos jovens para determinar a sua concordância com determinadas frases, fornece uma perspetiva das atitudes e crenças pessoais que podem, por sua vez, ser influenciadas tanto pelos valores familiares quanto pelas suas experiências individuais com a dimensão do lazer e do consumo.

Questionamos os jovens de Braga sobre qual das frases melhor define a forma como pensa na atualidade e 5 em cada 10, ou seja, a maioria dos jovens inquiridos, mostram que a forma como vivem o presente e pensam no seu futuro está alicerçada nas aprendizagens que fizeram no passado (52,8%), isto indica que a maioria dos jovens inquiridos de Braga valoriza a experiência e a aprendizagem como ferramentas para viver a sua vida e para planear e até antecipar o futuro, por outro lado, evidencia alguma segurança relativamente à vida e às incertezas do futuro. Por sua vez, 2 em cada 10 referem que é necessário ser flexível na vida e adaptar-se às mudanças (18,1%). Embora estes não sejam muitos, mostra que há a consciência de alguns jovens para que o seu presente se define por algumas incertezas, daí reconhecerem que a mudança é uma constante na vida e de que há uma abertura às mudanças que as circunstâncias da vida vão impondo.

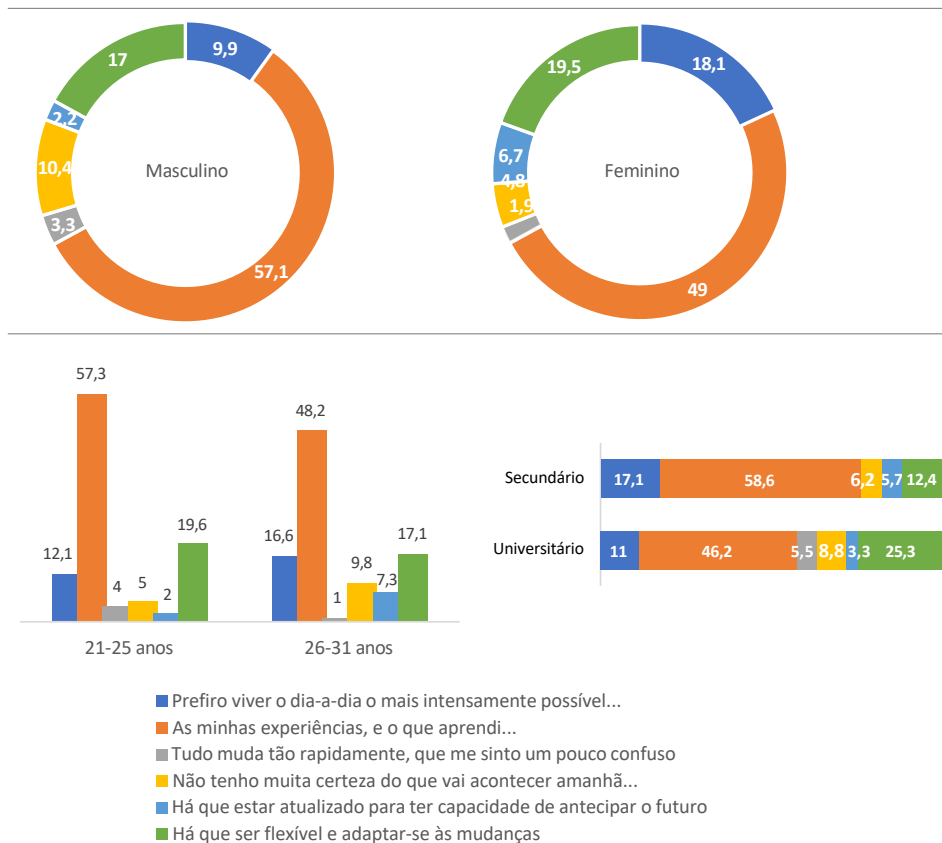
Gráfico 38 – Com qual das seguintes frases mais concorda (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

Ao olharmos para a mesma questão tendo em conta o sexo, a idade e a escolaridade dos jovens inquiridos de Braga vemos que, em alguns casos, há ligeiras diferenças, mas que numa visão mais geral, não diferencia os jovens entre si, nem nos permite afirmar que os jovens pensam de forma diferente tendo em conta o seu sexo, a sua idade e a sua escolaridade (Cf.: G. 39).

Gráfico 39 – Com qual das seguintes frases mais concorda segundo sexo, idade e escolaridade (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir do inquérito aos jovens do Município de Braga.

EPÍLOGO

CONDIÇÕES DE TRABALHO, CULTURAS DE TRABALHO E MUNDOS DE VIDA

O mundo do trabalho não pode ser entendido apenas como uma realidade que se resume essencialmente à tarefa realizada e às condições contratuais em que esta é desempenhada. Na verdade, trabalhos que, sob esta ótica, podem parecer relativamente precários, podem ser apreciados e valorizados de maneira muito diferente. Isto porque o trabalho não se limita a uma atividade desenvolvida num contexto específico e sob determinadas condições jurídicas e económicas; ele também incorpora experiências sociais e culturais variadas que atribuem mais ou menos significado à tarefa realizada.

Esta visão tem sido evidenciada desde a tradição dos estudos clássicos de sociologia do trabalho. De facto, tanto Durkheim como Weber demonstraram isso. Durkheim considerou que a crise que afetava as sociedades do seu tempo estava relacionada com a existência de uma frágil consciência moral, manifestando-se, entre outras formas, na própria vida laboral, orientada por interesses materiais e pessoais e submetida a uma regulação estrita. Nestas circunstâncias, os indivíduos trabalhavam por uma obrigação imposta. «A coerção só começa – escreveu Durkheim – quando a regulação..., não tendo base nos costumes, só se mantém pela força» (Durkheim, 1995: 442); assim, os indivíduos já não se sentiam ligados às tarefas que realizavam. Para Durkheim, esta situação só seria superada quando as atividades laborais fossem entendidas como parte do cumprimento de um dever, associado, no caso das sociedades modernas centradas no trabalho produtivo, a uma ética específica que expressasse os valores elevados pela modernidade, ou seja, os do individualismo, igualdade e justiça social (Lukes, 1984: 155). Então, o trabalho seria não só uma realidade económica e material, mas também social e moral.

Na obra de Max Weber, encontramos também uma análise do mundo laboral não só em termos económicos, mas também sociais e morais. De facto, no seu ensaio clássico sobre a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, destaca-se a paradoxal situação de que, embora o trabalho dos crentes calvinistas fosse rotineiro e monótono, eles

sentiam um forte vínculo com essa atividade por razões morais de natureza religiosa, pois «Deus não exige trabalhar por trabalhar, mas um trabalho racional na profissão» (Weber, 1998: 172-173).

A visão de Marx, contudo, distingue-se um pouco desta perspetiva sobre o trabalho. Embora reconheça que o trabalho tem um carácter antropológico, social e moral essencial, pois, está na origem da própria humanidade e da sociedade, elevando-se a um princípio político e moral por excelência (Marx, 2001), apenas um tipo de trabalho cumpre com esta condição, aquele relacionado com um estado natural hipotético da humanidade: «A vida produtiva é – escreve – a condição natural eterna da vida humana» (Marx, 2001: 112). Este tipo de trabalho é o que Marx projetou sobre a utópica sociedade comunista (Marx, 1984: 46). A vasta influência, não só intelectual, mas também política e social, da obra de Marx, fez com que esta visão do trabalho permeasse algumas análises do mundo laboral, de forma mais ou menos evidente ou latente. Assim, presumiu-se, por exemplo, que os trabalhadores fordistas, imersos em tarefas essencialmente rotineiras e monótonas, estariam necessariamente alienados, mesmo quando os factos refutavam repetidamente tal suposição (Sennett, 2001; Willis, 1988). Porque, o que esta perspetiva não considerava, é que tal alienação não dependia unicamente do quão rotineira era a atividade laboral desempenhada, mas também, e fundamentalmente, do sentido social e moral a que este desempenho estava vinculado, uma certa ideia do dever e da dignidade, e uma determinada expectativa de mobilidade social (Sennett, 2001).

A partir do que foi dito até aqui, estamos em condições de entender por que não se pode relacionar uma determinada atividade laboral, no nosso caso a dos jovens de Braga, vinculando essa atividade a uma consciência específica e esta àquela atividade, para depois propor uma explicação circular na qual cada uma dessas realidades se explicaria em função da outra. A explicação tem de ser mais complexa. Para isso, é necessário evitar, em primeiro lugar, conforme já mencionamos, a identificação do trabalho com o desempenho de uma tarefa específica sob determinadas condições económicas e contratuais; e, em segundo lugar, avaliar essa realidade a partir de critérios hipotéticos universais. Neste texto, procedeu-se de outra forma, entendendo as diferentes situações laborais como o resultado de vários processos económicos, sociais, políticos e culturais, interpretando-as não só em relação aos contextos nos quais se inserem, mas também ao significado que os indivíduos atribuem às suas experiências nesses contextos.

Ao proceder desta forma, pudemos observar como, apesar das ocupações laborais dos jovens de Braga que inquirimos serem predominantemente precárias, a sua vida laboral, pessoal e social não é necessariamente dominada pela precariedade. Procuraremos explicar esta observação.

Antes de mergulharmos nesta explicação, é preciso, contudo, clarificar o que entendemos por precariedade. De facto, se reduzirmos este conceito à situação contratual meramente dos jovens estudados, a conclusão parece clara: trata-se de uma juventude

precária, uma vez que até aqueles que têm contratos de trabalho por tempo indeterminado recebem salários bastante baixos (inferiores a 900 euros mensais), situação que afeta até os mais qualificados. Contudo, isto leva-nos ao seguinte paradoxo: como é possível que estes jovens, que na sua maioria ocupam empregos que mal lhes permitem gozar de plena independência e autonomia no sentido material – muitos ainda vivem com as suas famílias, complementando o seu salário com os rendimentos que estas lhes fornecem – possam valorizar as suas ocupações laborais precisamente sob esta perspectiva? De facto, como ilustrado no gráfico 18, o que a juventude inquirida mais valoriza no trabalho, estejam empregados ou não, é a *independência*, seguida da *segurança* e *estabilidade*, bem como *ter dinheiro* suficiente para dedicar a outras esferas da vida.

Mas o que entendemos por independência? À primeira vista, parece pouco relacionado com as trajetórias biográficas de gerações anteriores, para quem essa independência estava associada a deixar o lar familiar para se estabelecer por conta própria e também à formação de uma família (Durán & Duque, 2018). Esta conceção de independência mal se confundia com a de autonomia, pois costumava implicar outras formas de dependência, particularmente, as relacionadas com o mundo do trabalho (Duque, Pereira & Durán Vázquez, 2017). Mais ainda, uma implicava a outra; noutras palavras, a libertação de sujeições anteriores envolvia a submissão a novas (Duque & Durán, 2023), pois, para aspirar a ser alguém não restava mais remédio senão submeter-se à vontade de outros (Turner, 1988). No entanto, para a juventude de Braga objeto da nossa investigação, a independência ganha sentido em relação ao valor da autonomia; aqui, a autonomia não significa o desejo de libertação de certos universos sociais com o objetivo de integrar-se noutros que implicam a aceitação de certas dependências vinculadas a ordens hierárquicas particulares. Pelo contrário, para os jovens de Braga que inquirimos, a independência identifica-se com uma libertação sem demasiadas dependências, sendo o trabalho o instrumento dessa libertação. Se estes jovens aspiram a um trabalho estável, não é porque acreditam que isso possa permitir-lhes construir gradualmente um determinado projeto de vida; nem o seu trabalho permite tal coisa, nem eles o pretendem. Se aspiram a essa estabilidade é porque assim conseguem o necessário para manter um determinado estilo de vida, livre de angústias e preocupações. Daí que não se sintam especialmente frustrados, ao não ocorrer um desencontro entre a sua situação laboral e as suas expectativas de vida (Duque, 2022). Quem pretenda ver o contrário tem de pressupor que o trabalho coloniza a vida e que a vida deve, por isso, ser necessariamente colonizada pelo trabalho (Durán, 2021b). Mas este não é o caso, como se viu, dos jovens de Braga que investigámos.

De facto, para estes jovens, o mundo do trabalho deixou de estar associado aos valores morais e sociais que justificavam os enormes sacrifícios realizados ao longo de uma extensa vida laboral. Por isso, o exercício desta atividade está cada vez menos ligado ao cumprimento de uma série de deveres que confeririam sentido a uma vida digna. Parece que a possibilidade do trabalho permitir ser uma pessoa honesta e respeitada, reconhecida pelos outros, tem cada vez menos importância para eles. Da

mesma forma, os valores da realização pessoal e do estatuto social já não têm tanta relevância (Gráfico 18). O que a juventude de Braga valoriza especialmente no trabalho é, conforme mencionamos previamente, a obtenção de dinheiro suficiente para se dedicar a outras áreas da vida nas quais esperam alcançar um reconhecimento maior, especialmente aquelas relacionadas com o lazer e o consumo (Gráfico 36). Valorizam também a oportunidade de desenvolver certa sociabilidade (Gráfico 20). Estas aspirações distanciam-se bastante dos aspetos mais sacrificiais do trabalho, já que o que se espera do tempo dedicado ao trabalho é que este seja preenchido com estas satisfações. Distanciam-se também das suas dimensões mais expressivas, uma vez que os trabalhos desempenhados por estes jovens, ou aqueles a que podem aspirar, têm pouco a ver com os seus supostos gostos pessoais. Daí a reduzida percentagem deles que valoriza na vida profissional a possibilidade de «fazer o que sempre gostaram e assim se realizarem» (Gráfico 18).

Tudo o que foi dito até aqui está em consonância com o demonstrado por outros estudos (Balderson et al., 2020; Smith & McBride, 2020; Cogin, 2012) e deve contribuir para a reflexão daqueles que têm responsabilidades no desenho e implementação das políticas laborais.

Esta reflexão deveria orientar-se em duas direções: por um lado, questionando se o trabalho pode estar sempre em estreita relação com as motivações e os gostos pessoais, contribuindo para a realização pessoal, tal como afirmado pela atual ética do trabalho (Boltanski & Chiapello, 2002). Pois, como se pode efetivamente conciliar a dimensão necessariamente produtiva do trabalho numa sociedade capitalista industrial com aquela outra mais expressiva, relacionada com as vocações pessoais? Por outro lado, seria necessário considerar como integrar a dimensão económica do trabalho com a sua dimensão social e moral.

Para refletir seriamente sobre estas questões, é necessário primeiro distanciar-se da ideologia moderna do trabalho, para a qual esta atividade, dotada de um carácter essencialmente produtivo, era a única através da qual os indivíduos poderiam testar todas as suas capacidades e motivações, desenvolvendo-se tanto individual quanto socialmente (Durán, 2011). Contudo, como demonstrado neste estudo, a juventude de Braga distancia-se bastante desta ideologia, aspirando também a construir a sua vida em torno de outras atividades e realidades. Assim, adota uma atitude instrumental em relação ao trabalho, reconhecendo que esta atividade tem uma dimensão essencialmente económica e produtivista que não pode ser ignorada. Por isso, aspira a mais do que apenas trabalhar na vida e a trabalhar sem por isso renunciar a viver. Portanto, os contratos de trabalho precários que a maioria destes jovens possui não conduzem à precarização da sua vida.

Isto levanta questões importantes para aqueles com responsabilidades políticas. Em primeiro lugar, sugere-se que as políticas de emprego juvenil deveriam ser desenhadas considerando que uma boa parte da juventude aceita trabalhos que não são completamente submetidos à lógica produtiva, com contratos estáveis e remuneração

adequada às suas circunstâncias pessoais. Deve-se reconhecer que os ambientes de trabalho não podem ser vistos apenas como espaços produtivos, nem os trabalhadores como meros produtores, mas devem permitir o desenvolvimento de outros aspetos da personalidade, especialmente os relacionais. Isso facilitará a integração laboral, mesmo para aqueles que não se identificam plenamente com a tarefa que desempenham, se estiverem alinhados com o contexto em que a realizam.

Em segundo lugar, é necessário refletir profundamente sobre o tempo de trabalho, tanto em relação ao próprio ambiente laboral como a outros aspetos da vida. Em relação ao trabalho, deve ser organizado de tal forma que liberte tempo e espaço para relações humanas não condicionadas pela produtividade. Embora os defensores da ética do trabalho atual enfatizem a importância do trabalho permitir o desenvolvimento de todos os aspetos da personalidade, dos relacionais aos pessoais, de forma criativa, todos estes aspetos estão orientados para um único objetivo: o aumento constante da produtividade (Boltanski & Chiapello, 2002; Durán, 2011).

No entanto, a organização do tempo de trabalho deve considerar também os demais tempos da vida. De facto, se a maioria dos jovens que investigámos aspira a trabalhar para viver e não tanto a viver para trabalhar (Smith & McBride, 2020), então o trabalho deveria libertar tempo suficiente para que possam construir as suas identidades em relação a outras formas de vida não condicionadas produtivamente, pelas quais também procuram ser reconhecidos. Caso contrário, verão o trabalho, como acontece com a maioria da juventude de Braga que investigámos, como uma realidade meramente instrumental, que ganha sentido em relação a experiências alheias a essa realidade.

Para isso, temos de nos libertar de uma mentalidade que cimentou a nossa forma de pensar durante muito tempo e que conduziu ao surpreendente paradoxo de projetar uma sociedade libertada pelo trabalho e, ao mesmo tempo, liberta do trabalho (Marx, 1984: 46). Porque, de facto, o trabalho não pode ser uma necessidade determinada produtivamente e, ao mesmo tempo, um meio para se libertar dessa necessidade (Arendt, 1998: 116).

Para se sair deste paradoxo, temos de mudar a nossa forma de pensar em relação ao trabalho. De facto, não podemos considerar esta atividade como a principal e quase única forma de integração e libertação dos indivíduos e das coletividades; é necessário abrir-nos a outros espaços e tempos que permitam outros modos de integração e libertação não condicionados produtivamente. Caso contrário, a reprodução das nossas sociedades ficará condicionada a este objetivo quase único, sem outros horizontes que lhe confirmem sentido (Durán, 2021). O que poderemos então transmitir às futuras gerações se não concebermos outras formas de viver que valham a pena?

APÊNDICE

O MUNDO LABORAL DA JUVENTUDE DE BRAGA EM PERSPETIVA

Se compararmos o anterior estudo sobre a situação laboral dos jovens de Braga publicado em 2017, sob o título *Inserção profissional dos jovens de Braga*, e cujos dados foram recolhidos no final de 2012, com o presente estudo, podemos observar o seguinte.

Desde a perspetiva da *situação laboral*, no estudo de 2017, a percentagem da população entre 26 e 30 anos que afirmava estar a trabalhar era ligeiramente inferior a 57% (Duque, Pereira & Durán, 2017), enquanto que no atual estudo esta percentagem situa-se em pouco mais de 59% entre a população jovem compreendida entre os 20 e os 29 anos. Observa-se, pois, um ligeiro aumento da população jovem empregada, mais significativo ainda se tivermos em conta o maior intervalo de idades a que se refere este último valor. Nota-se também que a maioria dos jovens trabalha a tempo inteiro, embora no estudo anterior esta percentagem fosse significativamente maior, atingindo os 70%, percentagem que é perfeitamente plausível dado que, no estudo anterior, além da faixa etária ter uma maior amplitude (15 e os 35 anos) do que este último estudo (21 e os 31 anos), compreende também uma idade em que mais pessoas estão naturalmente a trabalhar.

Em ambos os estudos, mostra-se uma correlação positiva entre o *nível de estudos* e a *inserção profissional*, pois os jovens com educação universitária são os que têm uma taxa de emprego mais elevada.

Em ambos os estudos, observa-se que a larga maioria destes jovens, cerca de 88%, são empregados por conta de outrem.

Os dois estudos indicam um aumento dos jovens com contratos por tempo indeterminado, que se elevam a 57% no presente estudo, enquanto que no anterior se situavam nos 42%. Novamente, é preciso clarificar que este dado pode dever-se ao facto de os dois estudos trabalharem com faixas etárias diferentes (15-35 versus 21-31). Ainda assim, percebe-se que a situação continua a ser preocupante, pois 4 em cada 10 jovens, entre 26 e 31 anos, têm um contrato a termo. No entanto, em ambos os estudos,

observa-se também que o nível de escolaridade não protege como deveria da precariedade laboral, pois, mais de 50% dos jovens com educação universitária têm contratos a termo. No atual estudo, nota-se até que esta precariedade afeta proporcionalmente mais os jovens universitários do que aqueles com educação e formação profissional.

Em ambos os estudos, observa-se, igualmente, que a maioria dos jovens, algo mais de 60%, estão empregados no setor privado, enquanto que menos de 20% são empregados do setor público.

Quanto aos rendimentos económicos, ambos os estudos mostram que a grande maioria dos jovens tem rendimentos inferiores a 900 euros mensais, sendo muito baixa a percentagem que ultrapassa os 1500 euros mensais. Também se mostra que o nível de educação não protege substancialmente contra esta precariedade nos salários.

A partir do exposto até aqui, torna-se evidente que as condições de trabalho dos jovens de Braga continuam a ser precárias. No entanto, as suas atitudes em relação ao trabalho não refletem essa precariedade. De facto, tanto num estudo como no outro constatou-se que, apesar da precariedade destas condições, a maioria dos jovens está satisfeita com o seu trabalho. A este respeito, questionávamo-nos no primeiro estudo se esta satisfação laboral obedecia a motivações de carácter expressivo, ligadas ao desempenho da tarefa de que se goza; ou, pelo contrário, a motivos relacionados com a realização, o estatuto ou a utilidade social.

Pois bem, neste último Relatório pretendemos oferecer algumas respostas a estas questões, com base nos valores laborais da juventude de Braga que inquirimos. Conforme observamos, o que estes jovens mais valorizam nos seus respetivos empregos é a *independência e a autonomia*, seguidas pela *segurança e estabilidade*, bem como pelo dinheiro necessário para investir noutras áreas da vida e também as relações sociais no âmbito laboral. Contudo, se valorizam todos estes aspetos, é porque o trabalho já não constitui o principal eixo da sua vida; antes, este também se organiza em torno de outras atividades, especialmente as relacionadas com o mundo do lazer e do consumo. Por isso, se valorizam a *independência*, a *autonomia*, o *dinheiro* e a *estabilidade*, é na medida em que tudo isto lhes permite dispor do tempo e dos recursos necessários, sem serem assediados por excessivas incertezas, para participarem nestas outras esferas da vida juntamente com os seus pares.

Isto leva-nos a fazer as seguintes considerações. Em primeiro lugar, que a juventude de Braga não é indiferente ao facto de que o trabalho possui uma componente sacrificial relacionado com a sua dimensão económica e produtiva, o que implica aceitar que nem sempre é possível trabalhar naquilo que mais se gosta e que trabalhar envolve cumprir certos objetivos económicos e produtivos. Mas também considerar que o trabalho não é para esta nossa juventude a única razão que motiva a sua vida, razão pela qual valorizam o *tempo* e os *recursos* que esta atividade lhes proporciona para se integrarem nesses outros âmbitos da sua existência nos quais também aspiram a realizar-se e a ser reconhecidos.

As políticas laborais deveriam considerar tudo isto. Se, por um lado, deveriam procurar a maior produtividade do trabalho, o que significa utilizar o capital humano disponível da forma mais eficiente possível; por outro lado, deveriam orientar-se no sentido de tornar o trabalho compatível com os outros domínios da vida. Sem atender a estes dois objetivos, não se conseguirá alcançar nem a eficiência produtiva nem a integração efetiva dos sujeitos.

CONCLUSÃO

Este estudo proporciona uma visão multifacetada sobre as dimensões laborais, valorativas e de lazer entre os jovens do Município de Braga, com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos. Deverá servir como um ponto de partida para políticas que visem a integração mais efetiva dos jovens no mercado de trabalho.

As conclusões que emergem deste estudo são relevantes não apenas para a análise sociológica, mas também para a elaboração de políticas públicas mais eficazes.

No que respeita às características desta juventude, observámos como, a partir dos Censos 2021, se vislumbra que os jovens do Município de Braga se diferenciam, em certos aspetos, da média nacional. Primeiramente, é notório que Braga possui uma percentagem de jovens entre os 20 e os 29 anos superior à média nacional. Este dado é significativo, pois aponta para uma população jovem ativa mais numerosa, que pode ser mais facilmente mobilizada para o desenvolvimento económico e social da região.

A educação apresenta-se como um forte pilar na sociedade jovem bracarense, visto que um número significativo de jovens não só concluiu a escolaridade obrigatória, mas também o ensino superior, acima da média nacional. No entanto, é importante salientar que, apesar de uma boa parte da população jovem estar empregada, ainda existe um segmento considerável à procura de emprego, um dado que deverá ser tratado como prioritário pelos decisores políticos.

A predominância do emprego por conta de outrem sugere uma economia mais tradicional e menos empreendedora, um aspeto que poderá requerer atenção no contexto de políticas de fomento ao empreendedorismo e inovação.

Os rendimentos dos jovens são maioritariamente provenientes do trabalho, indicando uma relativa independência financeira desta faixa etária, mas também levanta questões sobre a qualidade dos empregos e as trajetórias profissionais que lhes são oferecidas.

É relevante que um percentual significativo de jovens desempregados já teve algum emprego anteriormente, o que poderia sugerir problemas estruturais no mercado de

trabalho, como contratos precários ou falta de oportunidades de carreira a longo prazo, bem visível na baixa percentagem de jovens desempregados que recebem o subsídio de desemprego.

Em suma, os dados dos Censos de 2021 revelam uma série de oportunidades e desafios que, se bem compreendidos e abordados, poderão não só melhorar a qualidade de vida dos jovens de Braga, como também contribuir para o desenvolvimento sustentável da região como um todo.

Relativamente às conclusões do nosso inquérito, no âmbito laboral, verifica-se que a maioria dos jovens está inserido no mercado de trabalho a tempo inteiro, tem contratos de duração ilimitada e trabalham mais no setor privado e, maioritariamente, por conta de outrem. Não obstante este contexto de trabalho, os rendimentos auferidos para a maioria destes jovens trabalhadores estão abaixo dos 900€ mensais, havendo uma diferença pouco expressiva nos rendimentos entre os jovens que têm uma escolaridade mais alta, auferindo estes últimos salários ligeiramente mais elevados. Por sua vez, estes têm uma percentagem de contratos de trabalho ilimitado abaixo dos jovens com ensino secundário e técnico.

Apesar de se verificar um aumento de escolaridade entre os jovens de Braga, este aumento não se reflete na estabilidade contratual e remuneratória, verificando pouca diferença entre os jovens com ensino obrigatório e aqueles que têm ensino superior. Esta realidade deixa transparecer que o capital humano do Município de Braga não está a ser potenciado tendo em conta as qualificações dos jovens, havendo mesmo o risco deste contexto ser acelerador do fenómeno da emigração, já que a maioria dos jovens desempregados dizem estar dispostos a ir viver para outro país por razões profissionais. Sabemos bem que esta realidade não é alheia ao contexto nacional.

Ainda nesta dimensão laboral, os jovens valorizam mais a autonomia e as relações interpessoais que desenvolvem no local de trabalho do que a remuneração que auferem. Tal facto, poderia sugerir que há uma adaptação ou resignação face às circunstâncias laborais atuais. Acredita-se, contudo, que esta não é a explicação mais adequada. De facto, como já foi mencionamos, se a juventude de Braga valoriza mais estes aspetos, é porque o trabalho já não ocupa uma dimensão tão central na sua vida, pelo menos não como era para os seus pais e, sobretudo, para os seus avós. Uma clara demonstração disso é que já não avaliam as suas ocupações laborais com base em razões de caráter moral associadas ao cumprimento de um determinado dever, ou em razões sociais ligadas ao estatuto e à realização, como faziam os seus antecessores. Na construção da sua identidade intervêm outras realidades, especialmente as relacionadas com o mundo do lazer e do consumo, diminuindo a importância dos aspetos anteriormente mencionados. Isso leva-os a valorizar o trabalho como um meio para se integrarem nessas outras esferas das suas vidas, que não são condicionadas produtivamente e que têm um maior significado para eles, não estando, por essa razão, dispostos a sacrificar as satisfações que estas esferas lhes proporcionam em termos de reconhecimento, liberdade e autonomia. Neste contexto, pode explicar-se a paradoxal situação,

já referida, de que esta juventude valorize a independência e a autonomia quando os seus empregos não permitem, pelo menos do ponto de vista material, tal independência e autonomia. Isto porque a autonomia a que aspiram não é apenas a que o dinheiro do trabalho lhes proporciona, sem o qual não poderiam participar nessas outras esferas da vida onde procuram maior reconhecimento, mas sobretudo a que permite o tempo livre do trabalho para dedicarem a esses outros âmbitos da sua existência que valorizam particularmente.

É precisamente por esta razão – porque para esta juventude a vida é mais do que trabalho, embora o trabalho continue a ser uma parte essencial da sua vida, uma vez que sem trabalho não há vida – que estes jovens não se deixam iludir facilmente. Não esperam do trabalho o que ele não pode oferecer e, por isso, mesmo tendo empregos precários, as suas identidades não são tão afetadas, pois a vida tem um significado maior para eles. Assim, do trabalho não esperam que esteja relacionado com os seus gostos pessoais, ou que lhes permita ascender socialmente, mas sim que lhes possibilite desfrutar da vida, tanto dentro como fora dele. Não querem sacrificar a sua vida a trabalhar, por isso aspiram a ocupações que, além de trabalhar, lhes ofereçam tempo para a sociabilidade.

Estas atitudes e valores menos sacrificiais estabelecem uma distinção entre a geração destes jovens e a dos seus progenitores. Embora a família continue a ter um papel importante na transmissão de certos valores, como os da responsabilidade e boas maneiras – ainda que o seu significado possa não ser o mesmo para quem os transmite e para quem os recebe –, observa-se que os valores mais hedonistas ligados à autonomia e à independência ganham uma importância maior para esta juventude. Um dos domínios em que experienciam mais intensamente o sentido destes valores é, precisamente, o do lazer e do consumo.

Em suma, este estudo desvenda um panorama complexo da juventude de Braga, caracterizado por um equilíbrio frágil entre aspirações e realidades, tanto a nível profissional como pessoal. Torna-se imperativo um exame mais detalhado e a implementação de políticas mais eficazes para enfrentar os desafios do mundo laboral entre os jovens. Neste contexto, os responsáveis políticos com incumbências relacionadas com o emprego juvenil deveriam reconhecer que, embora o trabalho seja uma atividade central para os jovens na planificação dos seus projetos de vida, não deve ser a única esfera à qual a sua existência faça sentido. Como observamos, existem outros fatores que também os motivam a viver com entusiasmo e esperança.

As políticas laborais devem, portanto, contribuir para criar condições que permitam que, por meio do trabalho, as pessoas possam desenvolver os seus projetos de vida, sem que o trabalho domine completamente as suas vidas. Conforme vimos, embora o trabalho seja essencial, a realização pessoal dos jovens inclui dimensões que transcendem o ambiente laboral.

Aqueles que têm responsabilidades na conceção e implementação de políticas laborais dirigidas aos jovens devem considerar todos estes aspetos; caso contrário, o custo

será suportado não só pela juventude atual, mas também pelas gerações futuras. Se conseguirmos apenas estabelecer condições de trabalho que permitam aos jovens de hoje desbravar o seu próprio caminho, que promessas poderão então fazer à juventude de amanhã? Estamos, assim, perante um desafio difícil, mas também urgente e estimulante. Um desafio que deve ser aceite tanto pela sociedade bracarense, como pelo Município de Braga e, por extensão, pelo governo e pela sociedade portuguesa no seu conjunto.

SÍNTESE DOS RESULTADOS

Síntese dos resultados do estudo

(Tendo em conta jovens entre os 20 e 29 anos)

- Braga tem uma percentagem de população jovem entre os 20-29 anos superior à nacional (11,8% contra 10,7%);
- 5 em cada 10 jovens concluiu a escolaridade obrigatória e 4 em cada 10 tem o ensino superior, sendo menos a nível nacional os que concluíram este ensino (3 em cada 10);
- 8% dos jovens que vivem em Braga são de nacionalidade estrangeira, um pouco abaixo da média nacional (9,2%), sendo mais de metade de nacionalidade brasileira, seguida dos jovens provenientes de países africanos;
- 6 em cada 10 jovens a residir em Braga está a trabalhar, 2 em cada 10 a estudar e 1 em cada 10 está desempregado, realidade que está próxima da média nacional;
- 4 em cada 10 jovens que trabalha tem o ensino secundária e outros 4 o ensino superior;
- Os rendimentos dos jovens provêm maioritariamente do trabalho (58,1%) e da família (30,8%);
- 9 em cada 10 jovens que trabalha, tem um emprego por conta de outrem e apenas 5,6% trabalha por conta própria;
- Dos 7,9% que está no desemprego, apenas 2,3% destes refere receber subsídio de desemprego;
- 8 em cada 10 destes diz estar à procura de um novo emprego, tendo já tido algum emprego;
- Entre os jovens desempregados, 5 em cada 10 tem o ensino secundário e apenas 3 em cada 10 o ensino superior.

Síntese dos resultados do estudo

(Tendo em conta jovens entre os 21 e 31 anos)

Dimensão do trabalho

- 5 em cada 10 jovens inquiridos (53,7%) diz trabalhar a tempo inteiro, 12,8% trabalha a tempo parcial, 12,3% nunca trabalhou, 9,4% não está a trabalhar, mas já teve um trabalho a tempo inteiro e 11,9% também não está a trabalhar, mas já teve um trabalho parcial;
- Não há diferenças significativas entre as mulheres e homens jovens, mas há mais jovens do grupo etário mais velho (26-31 anos) a trabalhar, cerca de 8 em cada 10, do que mais jovem (21-25 anos), representando 7 em cada 10 (77,6% e 66,9%, respetivamente);
- 7 em cada 10 jovens (72,8%) que têm o ensino superior dizem estar a trabalhar, enquanto os que têm o ensino secundário ou técnico apenas 6 em cada 10 (61,3%) diz estar a trabalhar;
- 9 em cada 10 jovens (88,6%) que está a trabalhar ou já trabalhou diz trabalhar ou ter trabalhado por conta de outrem, sendo maior a percentagem das jovens mulheres do que dos jovens homens (97,7% e 80,2%, respetivamente);
- 6 em cada 10 jovens diz ter um contrato de duração ilimitada, 3 em cada 10 um contrato limitado e 1 em cada 10 diz não ter qualquer tipo de contrato de trabalho;
- 2 em cada 10 jovens dos 21-25 anos (23,2%) diz não ter qualquer tipo de contrato, enquanto que dos 26-31 anos representam apenas 2%, sendo que 4 em cada 10 jovens deste grupo diz ter um contrato de duração limitada;
- 6 em cada 10 jovens com o *ensino secundário e técnico* (62,6%) dizem ter *contratos de duração ilimitada*; representando apenas 5 em cada 10 (48,1%) entre os que têm o ensino superior;
- 7 em cada 10 dos jovens de Braga (66,1%) diz trabalhar ou ter trabalhado no *setor privado*, de um modo particular em empresas, enquanto 2 em cada 10 (18,4%) está ou esteve empregado no setor da *Administração Pública*;
- 8 em cada 10 jovens do sexo masculino (83,5%) trabalham no setor privado, enquanto entre as jovens do sexo feminino este setor representa apenas 5 em cada 10 (47,7%) dos empregos deste grupo;
- São mais os jovens com o ensino secundário e técnico que trabalham ou trabalharam no setor privado, representado 8 em cada 10 destes jovens (74,7%), contra 6 em cada 10 dos que dizem ter o ensino superior (55,1%). Estes últimos estão mais presentes no setor público, representando 3 em cada 10 (33,3%), contra 1 em cada 10 (6,6%) dos que têm o ensino secundário ou técnico;

- 7 em cada 10 jovens recebem ou recebem rendimentos abaixo dos 900€ mensais e 3 em cada 10 diz receber mais do que 900€, entre estes: 15% recebe entre 900€ e 1200€; 8,5% entre 1200€ e 1500€ e 6,5% diz receber rendimentos acima dos 1500€;
- São as jovens mulheres que apresentam rendimentos mais baixos, pois 8 em cada 10 refere receber rendimentos abaixo dos 900€, enquanto entre os jovens homens são 6 em cada 10, sendo estes também os que recebem os rendimentos mais altos, mais de 1500€ (11,3%, contra 1,9% entre as jovens mulheres);
- Não há grande diferença dos rendimentos entre os jovens dos dois grupos etários, 7 em cada 10, seja dos 20-25 anos ou 26-31 anos recebem rendimentos abaixo dos 900€;
- Por sua vez, 4 em cada 10 jovens com o ensino superior (39,2%) dizem receber rendimentos acima dos 900€, enquanto entre os que têm o ensino secundário ou técnico representam apenas 2 em cada 10 (21,6%);
- 7 em cada 10 jovens que dizem trabalhar por conta de outrem recebem rendimentos mensais abaixo dos 900€ (72,7%);
- Embora sejam poucos, 7 em cada 10 jovens que dizem trabalhar por conta própria (72,7%) dizem ter rendimentos mensais superiores a 900€, entre estes 44,4% entre os 1200€ e 1500€ e 33,3% mais de 1500€;
- Trabalhem no setor privado ou público, os jovens, auferem rendimentos mensais baixos, em síntese: 10 em cada 10 jovens que dizem trabalhar no Governo central ou local dizem auferir um rendimento mensal entre os 500€ e 900€; 6 em cada 10 que dizem trabalhar em setores da administração pública entre 300€ e os 900€ e 7 em cada 10 que dizem trabalhar em empresas do setor privado dizem auferir entre 300€ e os 900€ de rendimento mensal;
- 6 em cada 10 jovens que dizem trabalhar ou ter trabalhado em empresas do Estado dizem auferir rendimentos mensais entre os 900€ e 1200€;
- 4 em cada 10 jovens que dizem trabalhar em setores da administração pública (42,4%) auferem de rendimentos mensais acima dos 900€;
- Entre os inquiridos 5 em cada 10 jovens (53,7%) dizem estar atualmente a trabalhar a tempo inteiro e auferem rendimentos ligeiramente mais altos que os demais. Entre eles 4 em cada 10 (40,7%) diz auferir mais de 900€ de rendimento mensal;
- 2 em cada 10 jovens (23%) destacam a independência e a autonomia concedida no trabalho como a maior qualidade da vida profissional, seguindo-se a segurança e a estabilidade que o trabalho lhes deu (14,7%), sendo menos aqueles que destacam a possibilidade para fazerem o que sempre gostaram e realizarem-se (6,9%);

- 6 em cada 10 (59%) realçam a relação com os colegas de trabalho como o que mais valorizam no seu local de trabalho e apenas 2 em cada 10 (19,8%) dá destaque aos chefes;
- A maioria dos jovens considera que o que lhes é transmitido no trabalho os levam a ser pessoas mais responsáveis ou mais seguras e confiante (M = 3,41 e 3,24, respetivamente, numa escala que varia entre 1, discordo totalmente, e 4, concordo totalmente);
- São também muitos os que referem sentir-se satisfeitos com o trabalho que têm (M = 3,08, numa escala que varia entre 1, nada satisfeito, e 4, muito satisfeito). Esta satisfação é mais evidente entre os jovens que trabalham ou trabalharam no negócio ou empresa da família (M=3,5); que têm contratos de duração ilimitada (M=3,41) e que trabalham para o Governo central ou local (M=3,5);
- Dos jovens que não estão a trabalhar (12,3% dos inquiridos), 6 em cada 10 diz estar disponível para ir viver noutra país por razões profissionais;
- 8 em cada 10 jovens inquiridos que dizem nunca ter trabalhado (84%) consideram a formação escolar muito importante para arranjar trabalho e 6 em cada 10 (60%) consideram-na importante para ganhar bem.

Dimensão valorativa

- 10 em cada 10 jovens inquiridos (96,5%) considera que os valores que a família lhes transmitiu os tornaram pessoas «mais responsáveis» e 8 em cada 10 (76%) «mais seguras e confiantes», sendo esta perspetiva ligeiramente mais vincada entre os jovens do sexo feminino do que do sexo masculino;
- Qualidades como «boas maneiras» (20,9%) e «responsabilidade» (18,1%) são as mais destacadas pelos jovens quando analisam aquilo que lhes foi transmitido pela família;
- Qualidades como «boas maneiras» (20,9%) e «responsabilidade» (18,1%) são as mais destacadas pelos jovens quando analisam aquilo que lhes foi transmitido pela família;
- Com menos valor para os jovens são qualidades como «a valorização da cultura», «ter palavra e confiar nos outros» e, com a mesma percentagem «desfrutar da vida», «respeito pelos idosos» e «imaginação e criatividade» (0,7%; 1,8% e 2%, respetivamente);
- Quando são colocados no lugar de educadores, 2 em cada 10 jovens considera a «responsabilidade» (18%) e as «boas maneiras» (17,5%) como as qualidades mais importantes para incutir aos seus filhos;

- A geração mais jovem valoriza mais do que a geração dos seus pais na educação dos filhos, qualidades como o «desfrutar da vida» (5,7% e 2%, respetivamente) ou a «independência e autonomia» (9,7% e 6%, respetivamente).

Dimensão do lazer e consumo

- 5 em cada 10 dos jovens inquiridos (48%) referem que a sua vida de lazer está centrada nas «amizades que fez e as pessoas que conheceu» e 3 em cada 10 (27,3%) valorizam na sua vida de lazer as novas experiências e lugares que lhes permitiu visitar;
- Apenas 1 em cada 10 veem o lazer como uma oportunidade para o crescimento pessoal, seja através da educação ou tornando-se uma pessoa mais interessante (14,5%), seja olhar para o lazer como uma forma de desfrutar de atividades que gostam (10,4%);
- 5 em cada 10 (47%) referem que o que pretende quando faz compras é «melhorar a sua qualidade de vida e ter uma vida mais confortável», por sua vez, 3 em cada 10 (34%), salientam que o que o motiva a ir às compras é a vontade de «ser uma pessoa mais original e interessante»;
- 8 em cada 10 jovens que referem concordar que a vida de lazer, diversão e compras fazem deles pessoas «mais responsáveis» e «mais seguras e confiantes» (75,2% e 83,5%, respetivamente);
- Por sua vez, 3 em cada 10 jovens (25,5%) concordam que sentem alguma insegurança e dúvida perante o facto de não terem tido na sua vida o que pretendiam;
- 8 em cada 10 jovens inquiridos (82,4%) consideram que a sua vida de lazer, diversão e de consumo foi sempre controlada e dentro dos limites, não tendo, por isso, criado qualquer frustração nas suas vidas;
- Ao refletirem sobre a forma como pensam na atualidade, 5 em cada 10 dos jovens (52,8%) salientam que a forma como vivem o presente e pensam no seu futuro está alicerçada nas aprendizagens que fizeram no passado, enquanto 2 em cada 10 (18,1%) referem que é necessário ser flexível na vida e adaptar-se às mudanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ago, R. (1996). Jóvenes nobles en la época del Absolutismo: autoritarismo paterno y libertad. In G. Levi & J. C. Schmitt (dirs.). *Historia de los jóvenes* (Vol. I) (pp. 305-353). Madrid: Taurus.
- Alexandre-Bidon, D. & Lett, D. (1997). Les enfants au Moyen âge, V-XV siècles. Poitiers: Hachette.
- Almeida, A. N. de, et al. (1998). Relações familiares: mudança e diversidade. In J. M. Leite Viegas & A. Firmino da Costa (coords.). *Portugal, Que Modernidade?* (pp. 45-78). Oeiras: Celta Editora.
- Alonso, L. E. (1999). *Trabajo y ciudadanía*. Madrid: Trotta.
- Alonso, L.E. (2005). *La era del consumo*. Madrid: SXXI.
- Alves, N. (1998). Escola e trabalho: atitudes, projectos e trajetórias. In M. Villaverde Cabral & J. Machado Pais (orgs.). *Jovens Portugueses de Hoje* (pp. 53-133). Oeiras: Celta Editora.
- Amaral, I. et al. (2017). Práticas e consumos dos jovens portugueses em ambientes digitais. *Estudos em Comunicação* no 24, 107-131. Fundação da Ciência e Tecnologia. UAL,CECS,I.S.M.T./UAL/UAL,CECS/UAL,IPS,Portugal.https://www.researchgate.net/publication/317280277_Praticas_e_consumos_dos_jovens_portugueses_em_ambientes_digitais (Acedido em 07/11/2018).
- Anderson, M. (1988). *Aproximación a la historia de la familia occidental, 1500-1914*. Madrid: SXXI.
- Andrade, C. (2010). Transição para a idade adulta: das condições sociais às implicações psicológicas. *Análise Psicológica*, 2(28), 255-267.
- Arendt, H. (2003). La crisis en educación. In H. Arendt: *Entre el pasado y el futuro. Ocho ejercicios sobre la reflexión política* (pp. 269-301) Barcelona: Paidós.
- Arendt, H. (1998). *La condición humana*. Barcelona: Paidós.
- Ariès, Ph. (1979). L'enfant et la rue, de la ville à l'anti-ville. *Urbi*, n.º 2, pp. III-XIV.
- Ariès, Ph. (1987). *El niño y la vida familiar en el Antiguo Régimen*. Madrid. Taurus.
- Aristóteles (2004). *Política*. Madrid: Técnos.
- Bacon, F. (1975a). *Instauratio Magna*. Porrúa: México.
- Bacon, F. (1975b). *Novum Organum*. México: Porrúa.
- Balderson, U. et al (2020). An exploration of the multiple motivations for spending less time at work. *Time & Society*, Vol. 0(0) 1-23.

- Barros, M. (2009). Trajetórias de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social. *Horizontes Antropológicos*, 16(34), 71-92.
- Batista, C. (2019). *EU kids online Portugal: usos, competências, riscos e mediações da internet reportados por crianças e jovens (9-17 anos)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Bauman, Z. (2006). *Modernidad líquida*. Buenos Aires: FCE.
- Bauman, Z. (2007a). *Vida de consumo*. Madrid: FCE.
- Bauman, Z. (2007b). *Los retos de la educación en la modernidad líquida*. Barcelona: Gedisa.
- Becchi, E. (1998a). Le Moyen Âge. In E. Becchi & D. Julia: *Histoire de l'enfant en occident* (Vol. I) (pp. 109-141). París. Éditions du Seuil.
- Becchi, E. (1998b). Humanisme et Renaissance. In E. Becchi & D. Julia: *Histoire de l'enfant en occident* (Vol. I) (pp. 171-210). París. Éditions du Seuil.
- Beck, U. (2000). Un nuevo mundo feliz. Barcelona: Paidós.
- Beck, U. (2001). Para acabar con el imperialismo de los valores del trabajo, *Archipiélago*, 48: 25-28.
- Beck, U. (2006). *La sociedad del riesgo*. Hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós.
- Beck, U. & Beck-Gernsheim, E. (2001). *El normal caos del amor*. Barcelona: Paidós.
- Bell, D. (1977). *Las contradicciones culturales del capitalismo*. Madrid: Alianza Editorial.
- Benedicto, J. (dir.) (2016). *Informe Juventud en España 2016*. Madrid: Instituto de la Juventud.
- Berg, J. et al., World employment and social outlook 2023. *The value of essential work*, ILO. Geneva. <https://policycommons.net/artifacts/3524154/world-employment-and-social-outlook-2023/>, 2, junho, 2023. CID: 20.500.12592/684g03.
- Bocock, R. (1995). *El consumo*. Madrid: Talasa.
- Boltanski, L. & Chiapello, E. (2002). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal.
- Bourdieu, P. (2006). *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus.
- Bowen, J. (1985). *Historia de la educación occidental* (Vols. II-III). Barcelona: Herder.
- Brooks, D. (2001). *BoBos en el paraíso. Ni hippies ni yuppies: un retrato de la nueva clase triunfadora*. Madrid: Grijalbo.
- Bury, J. (2009). *La idea de progreso*. Madrid: Alianza Editorial.
- Cabral, M. & Pais, J.M. (coords.) (1998). *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras: Celta.
- Campos, R. (2010). Juventude e visualidade no mundo contemporâneo: uma reflexão em torno da imagem nas culturas juvenis. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 63, 113-137.
- Capucha, L. (1998). Pobreza, exclusão social e marginalidades. In J. M. L. Viegas., A. Firmino da Costa (orgs.). *Portugal, Que Modernidade?* (pp. 209-242). Oeiras, Celta Editora.
- Castel, R. (2001). *Las metamorfosis de la cuestión social*. Buenos Aires: Paidós.
- Castells, M. (2000). *La era de la información. La sociedad red* (Vol. I). Madrid: Alianza Editorial.
- Castiglione, B. (1994). *El cortesano*. Madrid: Cátedra.
- Cataluccio, F. (2006). *Inmadurez. La enfermedad de nuestro tiempo*. Madrid: Siruela.
- Chaney, D. (2003). *Estilos de vida*. Madrid: Talasa.
- Cicerón (1995) *Los Oficios*. Madrid: Espasa Calpe.
- Cogin, J. (2012). Are generational differences in work values fact or fiction? Multicountry evidence and implications. *International Journal of Human Resource Management*, 23(11): 2268-2294.

- Cook, D. (2004). *The commodification of Childhood. The Children's clothing industry and the rise of the child consumer*. Duke: Univesity Press.
- Crouzet-Pavan, É. (1996). Una flor del mal: los jóvenes en la Italia medieval (siglos XIII al XV). In G. Levi & J.-C. Schmitt (dir.). *Historia de los jóvenes* (Vol. I). (pp. 217-267). Madrid: Taurus.
- Cruz Martins, S. et al. (2016). A educação ainda é importante para a mobilidade social? Uma perspetiva das desigualdades educacionais da Europa do sul no contexto europeu. *Revista Portuguesa de Educação*, 2016, 29(2): 261-285. DOI: 10.21814/rpe.7920.
- Diener, E. et al. (2010). New well-being measures: Short scales to assess flourishing and positive and negative feelings. *Social Indicators Research*, 97, 143-156. doi:10.1007/s11205-009-9493-y
- Dubet, F. (2006). *El declive de la institución. Profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado*. Barcelona: Gedisa.
- Duque, E. (2007). *Os jovens e a religião na sociedade actual: comportamentos, crenças, atitudes e valores no Distrito de Braga*. Braga: Council of Europe, Secretaria de Estado da Juventude, Instituto Português da Juventude.
- Duque, E. (2013). *Atitude dos jovens portugueses face à religião*. Faculdade de Letras. Instituto de Sociologia.
- Duque, E. (2017). Dinâmicas Universitárias. In J. E. Franco & J. Seabra Pereira (Eds.), *Portugal Católico* (pp. 768-773). Círculo de Leitores.
- Duque, E. (2022). *Valores e religiosidade em Portugal. Comportamentos e atitudes geracionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Duque, E. et al. (2017). *Inserção profissional dos jovens de Braga*. Braga: Universidade Católica Portuguesa.
- Duque, E. & Durán Vázquez, J. (2023). Generations and Life Worlds: The Case of Braga in Portugal. *Religions*, Vol. 14, 1413: 1-23. <https://doi.org/10.3390/rel14111413>
- Durán Vázquez, J. (2006). La construcción social del concepto moderno de trabajo. *Nómadas*, Vol. 13/1: 219-236.
- Durán Vázquez, J. (2011). *La metamorfosis de la ética del trabajo: Constitución, crisis y reconfiguración de la ética del trabajo en la modernidad tardía*. Andavira Editora.
- Durán Vázquez, J. (2021a). *La integración del sujeto moderno. Entre la liberación y la inclusión. Un relato de arraigos y desarraigos*. Madrid: Dykinson.
- Durán Vázquez, J. (2021b). Las mutaciones de las sociedades del trabajo. De la liberación a la colonización del trabajo. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo*. Vol. 3, 14: 24-37. <https://revistas.usc.gal/index.php/ricd/article/view/7501>
- Durán Vázquez, J. & Duque, E. (2018). Trayectorias y actitudes generacionales. Temporalidades y actitudes ante la educación, el trabajo y el consumo de tres generaciones de jóvenes españoles y portugueses. *Sociología, Problemas e Práticas*, n.º 87, 9-28.
- Durkheim, É. (1995). *La división del trabajo social*. Madrid: Akal.
- Ehrenberg, A. (1998). *La fatigue d'être soi*. París: Émile Jacob.
- Elias, N. (1993). *El proceso de civilización*. Madrid: FCE.
- Ewen, S. (1983). *Consciencs sous influence. Publicité et genèse de la société de consommation*. París: Aubier.
- Farrugia, D. (2018). *The formation of young workers: The cultivation of the self as a subject of value to the contemporary labour force*. *Current Sociology*, 00(0) 1-17.

- Fernández Rodríguez, C. (2007). *El discurso del management: tiempo y narración*. Madrid: CIS.
- Ferreira, V. S. (2017). Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional. In, V. S. Ferreira et al. (Eds.), *Geração Milénio? Um Retrato Social e Político* (pp. 17-36). Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.
- Frank, T. (2011). *La conquista de lo cool. El negocio de la cultura y de la contracultura y el nacimiento del consumismo moderno*. Madrid: Alpha Decay.
- Garner, H. et al. (2009). El lugar de trabajo en las identidades. In C. Crespo et al.: *Trabajo, subjetividad y ciudadanía. Paradojas del empleo en una sociedad en transformación* (pp. 139-173). Madrid: CIS.
- Goetz, A. (1997). *Metamorfosis del trabajo*. Madrid: Sistema.
- Goetz, A. (2000). *Misericordias del presente, riqueza de lo posible*. Buenos Aires: Paidós.
- Guerreiro, M. & Abrantes, P. (2007). *Transcrições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: CITE.
- Heath, J. & Potter, A. (2005). *Rebelarse vende. El negocio de la contracultura*. Madrid: Taurus.
- Hewson, C. & Charlton, J. (2005). Measuring health beliefs on the internet: a comparison of paper and internet administrations of the multidimensional health locus of control scale. *Behavior Research Methods*, v. 37, n. 4, 691-702.
- Hobbes, T. (2004). *Leviatán*. Madrid: Alianza Editorial.
- Honneth, A. (2004). Organized Self-Realization. Some Paradoxes of Individualization. *European Journal of Social Theory* 7(4), pp. 463-78.
- Illouz, E. (2007). *Intimidades congeladas. Las emociones en el capitalismo*. Madrid: Katz.
- Illouz, E. (2009). *El consumo de la utopía romántica. El amor y las contradicciones culturales del capitalismo*. Madrid: Katz.
- Illouz, E. (2012). *Por qué duele el amor. Una explicación sociológica*. Madrid: Katz.
- Illouz, E. (2018). Introducción: emodities o la invención de los commodities emocionales. In E. Illouz: *Capitalismo, consumo y autenticidad. Las emociones como mercancía* (pp. 7-41). Madrid: Katz.
- INE. Instituto Nacional de Estadística (2001). *Censos 2001. Resultados Definitivos. XIV Recenseamento Geral da População*. Lisboa: INE.
- Inglehart, R. (1990). *Cambio cultural en las sociedades Industriales avanzadas*. Madrid: CIS.
- Jacobson, L. (2004). *Raising Consumers: Children and the American Mass Market in the Early Twentieth Century*. Nueva York: Columbia University Press.
- Lash, C. (1984). *Refugio en un mundo despiadado. La familia: ¿santuario o institución asediada?* Barcelona: Gedisa.
- Laville, J. L. (1997). La crise de la condition salariale: emploi, activité et nouvelle question sociale. In VV. AA: *Le travail, quel avenir?* París: Gallimard.
- Le Goff, J.-P. (1983) *Tiempo, trabajo y cultura en el Occidente Medieval*. Madrid: Taurus.
- Le Goff, J.-P. (2002). *La démocratie post-totalitaire*. París: La Découverte.
- Lett, D. (1997). *L'enfant des miracles*. París: Aubier.
- Lipovetsky, G. (1990). *El imperio de lo efímero*. Madrid: Anagrama.
- Lipovetsky, G. (2003). *Metamorfosis de la cultura liberal. Ética, medios de comunicación, empresa*. Barcelona: Anagrama.
- Lipovetsky, G. (2007). *La felicidad paradójica*. Barcelona: Anagrama.
- Locke, J. (2006). *Segundo Tratado sobre el Gobierno Civil*. Madrid: Alianza editorial.

- López Calle, P. (2018). Subjetividad precaria como recurso productivo. Crisis, trabajo e identidad en las periferias metropolitanas desindustrializadas. *RES* n.º 27: 347-364.
- Lukes, S. (1984). *Émile Durkheim. Su vida y su obra*. Madrid: SXXI.
- Madureira, S. et al. (2022). Practices, values and attitudes of young people: a case study based on students at the University of Minho. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 17(3): 1993-2021.
- Manacorda, M. (1987). *Historia de la Educación* (Vol. II). México: SXXI. São Paulo: Cortez Editora.
- Marx, K. (1984). *La ideología alemana*. Valencia: Universidad de Valencia.
- Marx, K. (2001). *Manuscritos de economía y filosofía*. Madrid: Alianza Editorial.
- Matias Diogo, Ana (2016). Trajetórias escolares e sentidos atribuídos à escola entre a tradição e a modernidade: Perfis de jovens açorianos. *Revista Portuguesa de Educação*, 29(2): 329-357.
- Mauritti, R. (2002). Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta. *Sociologia, problemas e práticas*, 39, 2002: 85-116.
- Mead, M. (1971). *Cultura y compromiso. Estudio sobre la ruptura generacional*. Buenos Aires: Granica.
- Méda, D. (1998). *El trabajo, un valor en peligro de extinción*. Barcelona: Gedisa.
- Moya, C. (1984). *Señas de Leviatán. Estado nacional y sociedad industrial: España 1936-1980*. Madrid: Alianza Editorial.
- Nada, C. et al. (2022). Growing up in a never-ending crisis: Youth transitions and aspirations in Portugal. *Profesorado, Revista de Currículum y Formación del Profesorado*, n.º 26. 125-149.
- Navarro López, M. (2004). Los jóvenes y la familia. *Arbor* CLXXVIII, 702: 377-400.
- Néraudau, J.-P. (1984). *Être enfant à Rome*. París: Les Belles Lettres.
- Néraudau, J.-P. (1998) L'enfant dans la culture romaine. In E. Becchi & D. Julia: *Histoire de l'enfant en occident* (Vol. I). París: Editions du Seuil.
- OCDE (2000). *Estudio sobre el empleo* (Parte I). Barcelona: Universitat Autònoma.
- Oliveira-Silva, L. C. et al. (2019). Professional fulfilment: Concept and instrument proposition. *Psico-USF*, 24(1), 27-39. doi:10.1590/1413-82712019240103.
- Pais, J. M. (1999). *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*. Lisboa: SEJ/ICS.
- Pais, J. M. (2003). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, J. M. (2005). *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Âmbar: Porto.
- Pais, J. M. (2009). A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde Sociedade*, 18(3), 371-381.
- Pais, J. M. (2012). A esperança em gerações de futuro sombrio. *Estudos Avançados*, 26, 75: 267-280.
- Pais, J. M. (2019). Entrevista a José Machado Pais. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Vol. 17/1: 405-418.
- Pais, J. M. et al. (2017). Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação – uma entrevista com José Machado Pais. *Educar em Revista*, n.º 64, 301-313.
- Pappámikail, L. (2005). *Sentidos de la edad adulta: juventud y cambio social en el Portugal contemporáneo*. *Revista de Estudios de Juventud*, 71, pp. 43-55.
- Pastor de Togneri, R. (1986). Papel e imagen de la «Juventus» en la España medieval. *Revista de Educación*, 281, 87-97.

- Pastoureau, M. (1996). Los emblemas de la juventud. Atributos y formas de representación de los jóvenes en la imagen medieval. In G. Levi & J.-C. Schmitt (dirs.). *Historia de los jóvenes*. (Vol. I). (pp. 281-299). Madrid: Taurus.
- Piore, M. & Sabel, Ch. (1990). *La segunda ruptura industrial*. Madrid: Alianza Editorial.
- Pohl, A. & Walther, A. (2007). Activating the disadvantaged: Variations in addressing youth transitions across Europe. *International Journal of Lifelong Education*, 26(5), 533-553. <https://doi.org/10.1080/02601370701559631>
- Pollard, S. (1987). *La génesis de la dirección de empresa moderna. Estudio sobre la Revolución Industrial en Gran Bretaña*. Madrid: Ministerio de Trabajo y SS.
- PORDATA (31/07/2023). No âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude Pordata faz retrato dos jovens entre os 15 e os 24 anos, <https://www.pordata.pt/imprensa>
- Prats, J. & Reventós, F. (dir.) (2005). Los sistemas educativos europeos ¿Crisis o transformación? Barcelona: Fundación La Caixa.
- Prieto, C. (1999). Crisis del empleo: ¿Crisis del orden social? In F. Miguelez & C. Prieto: *Las relaciones de empleo en España*. (pp. 529-548). Madrid: SXXI.
- Prost, A. (1970). *Histoire de l'enseignement en France, 1800-1967*. París: Armand Colin.
- Ramiro, J. (2015). *De los derechos para la infancia a la ciudadanía de los niños. Estrategias de orden y control social (siglos XVIII al XXI)*. *e-SLegal History Review*, 19, pp. 1-42.
- Ramos, A. & Magalhães, P. (2021). *European values study – Relatório do estudo dos valores europeus, 2017-2019*. [Gulbenkian Studies, #1], Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. <https://gulbenkian.pt/publications/european-values-study/>
- Ramos Torre, R. (2008). Los tiempos vividos. In C. Prieto & R. Ramos: *Nuevos tiempos de trabajo. Entre la fl exhibilidad competitiva de las empresas y las relaciones de género* (pp. 107-385). Madrid: CIS.
- Ricard, F. (2001). *La génération lyrique. essai sur la vie et l'oeuvre des premiers-nés du baby-boom*. París: Éditions Climats.
- Ricardo, D. (2003). *Principios de economía política y tributación*. Madrid: Pirámide.
- Riché, P. & Alexandre-Bidón, D. (1994). *L'enfance au Moyen Âge*. París: Éditions du Séuil.
- Rifkin, J. (1996). *El fin del trabajo*. Barcelona: Paidós.
- Robertson, P. (1994). El hogar como nido: La infancia de la clase media en la Europa del siglo XIX (pp. 444-471). In Lloyd de Mause (dir.). *Historia de la infancia*. Madrid, Alianza Editorial.
- Rosa, H. (2019). *Resonancia. Una sociología de la relación con el mundo*. Buenos Aires: Katz.
- Rousseau, J. J. (2002). *Emilio o de la Educación*. Madrid: Alianza Editorial.
- Sagnier, L. & Morell, A. (Coords.) (2021). *Os Jovens em Portugal, Hoje. Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Savage, J. (2007). *Teenage: The Creation of Routh Culture*. London: Randon House.
- Schnapp, A. (1996). La imagen de los jóvenes en la ciudad griega. In Levi, G. & Schmitt, J.-C. (dirs.). *Historia de los jóvenes* (Vol. I). Madrid: Taurus.
- Sennett, R. (2001). *La corrosión del carácter. Las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo*. Barcelona: Anagrama.
- Serrano Pascual, A. (2007). Supranational expertocracy and the policies of production of identities. In M. Kuhn (ed). *The European – a new global player?* (pp. 1-18). New York: Peter Lang.
- Sewell, W. H. (1992). *Trabajo y revolución en Francia*. Madrid: Taurus.

- Sieyès, E. (1989) *¿Qué es el Tercer Estado?* Madrid: Alianza Editorial.
- Smith, A. (1997). *Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones*. México: FCE.
- Smith, A. & McBride, J. (2020). Working to Live, Not Living to Work': Low-Paid Multiple Employment and Work-Life Articulation. *Work, Employment and Society*: 1-21.
- Smithson, J. et al. (1998). «Percepções dos jovens sobre a insegurança no emprego e suas implicações no trabalho e na vida familiar», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27: 97-113.
- Spek, V. et al. (2008). Internet administration of the Edinburgh depression scale. *Journal of Affective Disorders*, v. 106, n.º 3, 301-305.
- Stone, L. (1990). *The Family, Sex and Marriage in England, 1500-1800*. London: Penguin Books.
- Tavares, I. et al. (2021). *Desemprego e precariedade laboral na população jovem: Tendências recentes em Portugal e na Europa*. Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE.
- Thompson, E. P. (1979). Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In E. P. Thompson: *Tradición, Revuelta y conciencia de clase* (pp. 239-293). Barcelona: Critica.
- Tomás de Aquino (2001). *Suma de teología*. Madrid: Biblioteca de autores cristianos.
- Torres, A. (2001). *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*. Oeiras: Celta Editora.
- Turner, V. (1988). *El proceso ritual. Estructura y antiestructura*. Madrid: Taurus.
- Vallejo, M. et al. (2007). Psychological assessment via the internet: a reliability and validity study of on-line (vs. paper-and-pencil) versions of the General Health Questionnaire-28 (GHQ-28) and the Symptoms Check-List-90-Revised (SCL-90-R). *Journal of Medical Internet Research*, v. 9, n. 1. <https://www.jmir.org/2007/1/e2/>
- Varela, J. (1991). El triunfo de las pedagogías psicológicas. *Cuadernos de Pedagogía*, 198: 56-58.
- Varela, J. & Álvarez-Uría, F. (1991). *Arqueología de la escuela*. Madrid, La Piqueta.
- Veblen, T. (2004). *Teoría de la clase ociosa*. Madrid: Alianza Editorial.
- Veira, J. & Muñoz, C. (2004). Valores y actitudes del trabajo en Europa Occidental. *RES*, 4: 51-66.
- Vernant, J. P. & Vidal-Naquet (1985) *Travail et Esclavage en Grece Ancienne*. Paris: Complexe.
- Weber, M. (1998). La ética protestante y el espíritu del capitalismo. In M. Weber: *Ensayos sobre sociología de la religión*. (Vol. I) (pp. 25-231). Madrid: Taurus.
- Weber, M. (1993). *Economía y sociedad*. Madrid: FCE.
- White, J. (2013). Thinking generations. *British Journal of Sociology*, 64 (2), 216-247.
- Willis, P. (1988). *Aprendiendo a trabajar. Cómo los chicos de clase obrera consiguen trabajos de clase obrera*. Madrid: Akal.

ANEXO

Questionário às gerações

Este questionário desenvolve-se no âmbito de uma recolha de informação para compreender as gerações dos jovens, pais e avós do município de Braga, pertencentes às gerações 1940-1950, 1965-1975 e 1990-2000.

Responda somente a este questionário se pertencer a uma destas gerações.

Serão formuladas questões sobre as dimensões do trabalho, família, religião e lazer. Todas as respostas são confidenciais, não havendo respostas certas ou erradas.

MÓDULO 1

A0 – Antes de mais, diga-me por favor qual das seguintes situações se aplica ao seu caso:

Está a trabalhar		→ Passar para a secção B
Não está a trabalhar, mas já trabalhou		→ Passar para a secção B
Nunca trabalhou		→ Passar para a secção BA

SECÇÃO B

Esta parte do questionário refere-se ao seu trabalho atual. Caso não esteja a trabalhar, mas já trabalhou, responda em relação ao seu último trabalho.

B1 – Qual das seguintes situações descreve melhor o seu regime de trabalho:

Trabalho a tempo inteiro	
Trabalho a tempo parcial	

B2 – No seu trabalho é ou era:

Trabalhador por conta de outrem	
Trabalhador por conta própria	
Trabalhador no negócio ou empresa da família	

B3 – O seu contrato de trabalho é ou era:

Contrato de duração ilimitada (Permanente)	
Contrato de duração limitada (Temporário)	
Não tem contrato	

B4 – Em que medida acha que as tarefas que desenvolve ou desenvolvia estão adequadas à formação escolar que obteve:

Nada adequadas	Pouco adequadas	Adequadas	Muito adequadas

B5 – A organização\empresa para que trabalha ou trabalhava pertence a qual dos seguintes tipos?

Governo central ou local	
Outro sector de administração pública (como a educação, saúde, entre outros)	
Uma empresa do Estado	
Empresa do sector privado	
Outra	
NS/NR	

B6 – Por favor, refira as 3 qualidades mais importantes que valoriza na sua vida profissional do presente ou do passado:

A independência e autonomia que me foi concedida	
A segurança e estabilidade que me deu	
O tempo que ele me deixou para fazer outras coisas na vida	
As oportunidades que me deu de melhorar a minha vida e a da minha família	
Permitiu-me ser uma pessoa honesta e respeitada, reconhecida pelos outros	
Possibilitou-me fazer o que sempre gostei e assim realizar-me	
Permitiu-me aprender um ofício	
Consegui o dinheiro necessário para o aplicar noutras áreas da vida	
Os colegas de trabalho	

B7 – No seu trabalho, quem foram as pessoas mais importantes para si?

Os meus colegas de trabalho	
Os meus chefes	
Os colegas do sindicato	
Outras pessoas	
Ninguém em especial	

B8 – Indique até que ponto concorda que o que lhe foi transmitido no trabalho serve para:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Ser uma pessoa mais responsável					
Ser uma pessoa mais segura e confiante					
Ser uma pessoa com mais dúvidas e inseguranças, porque apenas serviu para a minha vida profissional					
Criou-me conflitos					

B9 – Agora diga, por favor, entre as afirmações que se seguem qual delas mais se aproxima da forma como passa ou passava um dia do seu trabalho:

Focado no meu trabalho, num horário fixo, dificilmente interagindo com alguém	
Ocasionalmente, quando as minhas ocupações permitiam, parava o meu trabalho e conversava um pouco com quem por ali estivesse	
Embora o meu horário de trabalho fosse fixo e contínuo, havia sempre uma pausa para conversar com os colegas	
Só interajo com os meus colegas antes ou depois do horário de trabalho	
O meu trabalho implica o relacionamento com os meus colegas	
Enquanto trabalho, interajo com os colegas	

B10 – Considerando todos os aspetos, em que medida se sente ou sentia satisfeito com o seu trabalho?

Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	NS/NR

SECÇÃO BA

B1a – Está atualmente à procura de emprego

Não	
Sim	
NS/NR	

B2a – Em que medida está disponível para ir viver noutro país por razões profissionais?

Nada disponível	Pouco disponível	Disponível	Muito disponível	NS/NR

B3a – Em que medida a formação escolar que recebeu é adequada para as funções que o mercado de trabalho está a exigir atualmente?

Nada adequada	Pouco adequada	Adequada	Muito adequada	NS/NR

B4a – Até que ponto a formação escolar é importante para:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	NS/NR
B4a1...arranjar trabalho					
B4a2...ter sucesso profissional					
B4a3...ganhar bem					
B4a4...ter uma maior dimensão cultural					

MÓDULO 2

GOSTARIA DE LHE FAZER AGORA ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE A SUA VIDA EM GERAL E AS SUAS ATIVIDADES DE LAZER.

C1 – Da seguinte lista, diga as **3 qualidades** mais importantes que a sua família lhe transmitiu:

Boas maneiras	
Independência e autonomia	
Respeito pelos idosos	
Responsabilidade	
Imaginação e criatividade	

Trabalhar duro	
Senso de autoridade e obediência	
Generosidade	
Dialogar e respeitar a opinião dos outros	
Economizar e poupar	
A valorização da cultura	
Sacrifício e esforço	
Desfrutar da vida	
Ter palavra e confiar nos outros	
Fé religiosa	
Ser honrado e honesto	

C2 – Dessas qualidades, indique as 3 que considera mais importantes para inculcar aos filhos:

Boas maneiras	
Independência e autonomia	
Respeito pelos idosos	
Responsabilidade	
Imaginação e criatividade	
Trabalhar duro	
Senso de autoridade e obediência	
Generosidade	
Dialogar e respeitar a opinião dos outros	
Economizar e poupar	
A valorização da cultura	
Sacrifício e esforço	
Desfrutar da vida	
Ter palavra e confiar nos outros	
Fé religiosa	
Ser honrado e honesto	

C3 – Indique até que ponto acredita que o que lhe foi transmitido pela sua família o ajudou a tornar-se numa pessoa:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
C3.1... mais responsável					
C3.2... mais segura e confiante					
C3.3... com muitas dúvidas e inseguranças					

C4 – E agora diga, das seguintes pessoas da sua família, quais foram as mais importantes para si na sua construção como pessoa?

Pais	
Avós	
Irmãos	
Tios	
Outros familiares	
NS/NR	

C5 – Para continuar a responder ao inquérito, seleccione novamente a sua GERAÇÃO:

1940-1950 ou 1965-1975		→ Passar para a C6
1990-2000		→ Passar para a C6A

C6 – Da seguinte lista, diga quais eram os seus hábitos diários com a sua família quando era mais jovem?

Tomar o pequeno-almoço, almoço e jantar juntos	
Ver juntos a TV	
Falar um pouco todas as noites	
Rezar juntos	
Os nossos horários não coincidiam e estávamos pouco juntos	
Cada um estava nos seus espaços	
Passava a maior parte do dia fora de casa, sem a presença da minha família, ocupado com diversas atividades	
NS/NR	

C7 – Alguma vez discutiu com os seus filhos por alguma das razões abaixo indicadas?

Religião	
Lazer e diversão	
Política	
Relacionamentos entre o casal	
A autoridade dos pais	
Estudos	
Colaboração no trabalho doméstico	
Difícilmente discutíamos, porque não tínhamos formas muito diferentes de pensar	
NS/NR	

C6a – Da seguinte lista, diga quais os hábitos diários que tinha ou tem em casa de seus pais?

Tomar o pequeno-almoço, almoço e jantar juntos	
Ver juntos a TV	
Falar um pouco todas as noites	
Estar no meu quarto a ouvir música ou ligado ao meu telemóvel ou computador	
Rezar juntos	
Como os nossos horários não coincidem, dificilmente estamos juntos	
Passo a maior parte do dia fora de casa, em diferentes atividades e ocupações	
NS/NR	
NS/NR	

C7a – O que o leva ou levava a discutir com os seus pais quando vivia com eles?

Religião	
Lazer e diversão	
Política	
Relacionamentos entre o casal	
A autoridade dos pais	
Estudos	
Colaboração no trabalho doméstico	
Difícilmente discutimos, porque não pensamos de forma muito diferente	
NS/NR	

D1 – Seguidamente apresentamos alguns aspetos que as pessoas consideram importantes na sua vida. Indique, por favor, 3 aspetos que mais valoriza e que lhe tenham sido transmitidos na escola:

O sacrifício e o esforço	
A amizade com os colegas da escola	
A importância de um título para trabalhar	
O valor da cultura para a vida	
O mérito próprio e a realização pessoal	
A imaginação e a criatividade	
Progredir socialmente	
O sentido da autonomia e da independência pessoal	
Dialogar e respeitar a opinião dos outros	
Ter um critério próprio e saber defendê-lo perante os outros	

D2 – E na sua vida escolar, quais as pessoas que mais o influenciaram?

Professores	
Colegas	
Funcionários	
Ninguém em especial	
NS/NR	

D3 – Indique até que ponto concorda com a afirmação de que o que lhe transmitiram na escola o ajudou a ser:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Uma pessoa mais responsável, segura e confiante					
Uma pessoa com mais dúvidas e inseguranças, porque não teve muito a ver com a vida que levei.					
Rejeitei o que me transmitiram, porque não fazia sentido para mim					
Criou-me contradições e conflitos					

D4 – Recebeu algum tipo de educação religiosa?

Não		→ Passar para a E1a
Sim		→ Passar para a E1

E1a – Indique até que ponto concorda que se tivesse sido educado nos valores religiosos o teriam feito melhor pessoa:

Discordo totalmente	Discordo	Concordo totalmente	Concordo	NS/NR

E2a – Até que ponto concorda que praticar uma religião ajuda a:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Alcançar consolo em tempos de dificuldades					
Fazer amigos					
Dar sentido à vida					
Dar valores para a formação da pessoa					
Criar paz no mundo					
Enfrentar as dificuldades com esperança					

E3a – Em que medida concorda que a religião é:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Algo do passado e não do futuro					
Hoje em dia tão importante na vida como o era no passado					

E4a – Em qual das seguintes frases se revê melhor?

Sou membro de uma religião e considero-me uma pessoa espiritual (interessado nas coisas do sagrado e do sobrenatural)	
Sou membro de uma religião, mas não me considero uma pessoa espiritual	
Não pertença a nenhuma religião, mas considero-me uma pessoa espiritual	
Não pertença a nenhuma religião e também não me considero uma pessoa espiritual	
NS/NR	

E1 – Diga, a partir da lista que se segue, os 3 valores mais importantes que recebeu por meio da religião:

Boas maneiras	
Respeito pelos idosos	
Responsabilidade	
Trabalhar arduamente	
Sentido de autoridade e de obediência	
Generosidade	
Ter confiança nos outros	
Dialogar e respeitar a opinião dos outros	
Economizar e poupar	
Sacrifício e esforço	
Ser de palavra e confiar nos outros	
Ser honrado e honesto	

E2 – Quem foram as pessoas mais importantes para si na esfera religiosa?

Família	
Amigos	
Catequista	
Sacerdote	
Membros da minha paróquia	
NS/NR	

E3 – Quando era mais novo como costumava realizar as suas práticas religiosas?

Rezávamos em casa com a família e íamos à missa aos domingos	
Na missa todos os domingos	
Ocasionalmente rezava, quando tinha que pedir algo	
No colégio	
Embora fôssemos crentes, dificilmente praticávamos	
NS/NR	

E4 – Quando era mais novo com que frequência os seus pais (mãe e/ou pai) assistiam aos serviços religiosos?

Pelo menos uma vez por semana	
Uma vez por mês	
Apenas em dias festivos, uma vez por ano ou muito raramente	
Nunca	
NS/NR	

E5 – Falando agora da sua vivência pessoal, com que frequência costuma assistir aos serviços religiosos?

Pelo menos uma vez por semana	
Uma vez por mês	
Apenas em dias festivos, uma vez por ano ou muito raramente	
Nunca	
NS/NR	

E6 – Até que ponto concorda que praticar uma religião ajuda a:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Alcançar consolo em tempos de dificuldades					
Fazer amigos					
Dar sentido à vida					
Dar valores para a formação da pessoa					
Criar paz no mundo					
Enfrentar as dificuldades com esperança					

E7 – Em que medida concorda que a religião é:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Algo do passado e não do futuro					
Hoje em dia tão importante na vida como o era no passado					

E8 – Em qual das seguintes frases se revê melhor?

Sou membro de uma religião e considero-me uma pessoa espiritual (interessado nas coisas do sagrado e do sobrenatural)	
Sou membro de uma religião, mas não me considero uma pessoa espiritual	
Não pertencço a nenhuma religião, mas considero-me uma pessoa espiritual	
Não pertencço a nenhuma religião e também não me considero uma pessoa espiritual	
NS/NR	

VAMOS AGORA FAZER ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE A VIDA DE LAZER E DE COMPRAS

F1 – Das frases que se seguem, diga a que melhor define a sua vida de lazer:

As amizades que fiz e as pessoas que conheci	
O que desfruto e desfrutei	
Os lugares que visitei e as experiências que tive	
Tornei-me uma pessoa mais interessante e educada	
NS/NR	

F2 – Da lista que se segue, refira as 2 razões que mais o motivam a fazer compras:

Melhorar a minha qualidade de vida e ter uma vida mais confortável	
Melhorar a minha posição social	
Estar atualizado em relação às últimas tendências	
Ser uma pessoa mais original e interessante	
Ter bens materiais para que os meus filhos os possam herdar	

F3 – Que pessoas teve como referência na hora de fazer compras?

Família	
Amigos	
Pessoas que aparecem nos anúncios	
Outras	
Ninguém em especial	
NS/NR	

F4 – Na sua JUVENTUDE, como vive ou vivia os momentos de lazer e de diversão?
(selecione até 4 opções)

Em bares com amigos	
A jogar cartas, dominó ou outros jogos	
A ver filmes	
Em festas e discotecas	
Em restaurantes	
Em festivais da cidade	
Saímos para caminhadas aos fins de semana	
Sair à noite, para pubs e discotecas	
Sair para ir às compras	
Fazer desporto	
A escutar música	
A viajar	

F5 – E agora diga em que medida concorda que a vida de lazer, diversão e compras fez de si uma pessoa:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
F5.1. Mais responsável					
F5.2. Mais segura e mais confiante					
F5.3. Com mais dúvidas e inseguranças, porque nunca tive o que quis					
F5.4. Com alguma frustração, porque nunca me puseram limites					

F6 – Diga, por favor, com qual das seguintes frases mais concorda:

Prefiro viver o dia-a-dia o mais intensamente possível, aproveitando todas as oportunidades que ela me oferece, sem pensar no dia amanhã	
As minhas experiências, e o que aprendi e me ensinaram no passado, ajudam-me a viver o presente e a confiar no futuro	
Tudo muda tão rapidamente, que me sinto um pouco confuso	
Não tenho muita certeza do que vai acontecer amanhã, mas sei que haverá mudanças que nem imaginava	
Há que estar atualizado para ter capacidade de antecipar o futuro	
Há que ser flexível e adaptar-se às mudanças	
NS/NR	

G1 – Pertence ao Município de Braga?

Não	
Sim	

G2 – Sexo

Masculino	
Feminino	

G3 – Ano em que nasceu: _____

G4 – Se somar o rendimento de todas as fontes, qual é a letra que melhor descreve o seu rendimento líquido (depois de deduzidos todos os impostos), mensal? Se não souber o número exato, por favor, dê um valor aproximado:

A – Até 300 Euros	
B – Entre 300 e 500 Euros	
C – Entre 500 e 700 Euros	
E – Entre 700 e 900 Euros	
G – Entre 900 e 1200 Euros	
H – Entre 1200 e 1500 Euros	
I – Mais de 1500 Euros	

G5 – Qual o grau de escolaridade mais elevado que completou?

Nenhum	
1º ciclo do básico (4º ano)	
2º ciclo do básico (5º e 6º anos)	
3º ciclo do básico (9º ano)	
Secundário (12º ano – através do Ensino Regular)	
Secundário (12º ano – através de Curso Profissional)	
Curso de Especialização Tecnológica	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	

G6 – Qual o grau de escolaridade mais elevado que o seu pai completou?

Nenhum	
1º ciclo do básico (4º ano)	
2º ciclo do básico (5º e 6º anos)	
3º ciclo do básico (9º ano)	
Secundário (12º ano – através do Ensino Regular)	
Secundário (12º ano – através de Curso Profissional)	

Curso de Especialização Tecnológica	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	
NS/NR	

G7 – Qual o grau de escolaridade mais elevado que a sua mãe completou?

Nenhum	
1º ciclo do básico (4º ano)	
2º ciclo do básico (5º e 6º anos)	
3º ciclo do básico (9º ano)	
Secundário (12º ano – através do Ensino Regular)	
Secundário (12º ano – através de Curso Profissional)	
Curso de Especialização Tecnológica	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	
NS/NR	

Obrigado pela sua colaboração.

